



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**“AQUI TEM GENTE!”: AS MULHERES EM AÇÃO DO PORTO DO CAPIM**

EMILAYNE DA SILVA SOUTO

JOÃO PESSOA - PB  
2016

EMILAYNE DA SILVA SOUTO

**“AQUI TEM GENTE!”: AS MULHERES EM AÇÃO DO PORTO DO  
CAPIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de Pesquisa: Teoria de Gênero e Estudos da Sexualidade.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José Machado

JOÃO PESSOA – PB  
2016

**Catlogação na publicação**  
**Seção de Catlogação e Classificação**

S728a Souto, Emilayne da Silva.

AQUI TEM GENTE: AS MULHERES EM AÇÃO DO PORTO DO CAPIM  
/ Emilayne da Silva Souto. - João Pessoa, 2016.  
95 f.

Orientação: Charliton José Machado.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Associação de Mulheres do Porto do Capim. 2. gênero.  
3. reconhecimento. 4. direito à cidade. I. Machado,  
Charliton José. II. Título.


UFPB/BC

**Universidade Federal da Paraíba**  
**Programa de Pós Graduação em Sociologia**

**“AQUI TEM GENTE!”: AS MULHERES EM AÇÃO DO PORTO DO CAPIM**


Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

**Banca examinadora**



---

**Orientador: Prof. Dr. Charliton Machado**



---

**Coorientador: Prof. Dr. Rogerio Medeiros**

---

**Examinadora Externa: Profa. Dra. Jovanka Baracuhy**

**João Pessoa**  
**2016**

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1 – Mulheres nos movimentos sociais urbanos: por uma transversalidade de gênero .....</b>	<b>21</b>
1.1. Repensando as relações sociais de gênero: as abordagens de gênero .....	24
1.2. Gênero em uma teoria da ação coletiva .....	30
<b>Capítulo 2 - “Aqui tem gente! – Pare, Olhe e Escute”: rede, reconhecimento e direito à cidade.....</b>	<b>38</b>
2.1. Do direito à cidade: Pare, Olhe e Escute .....	39
2.2. Castells e o conceito de rede: da experiência do desrespeito à indignação coletiva .....	42
2.3. Porto do Capim em Ação – um movimento em rede .....	45
2.4. Honneth e as lutas por reconhecimento: da experiência do desrespeito à construção de semânticas coletivas .....	48
2.5. Associação de Mulheres do Porto do Capim – em busca de reconhecimento .....	52
<b>Capítulo 3 – Percurso metodológico: entre histórias de vida, disposições e entrevistas..</b>	<b>57</b>
3.1. História oral, história de vida e o uso de entrevistas .....	58
3.2. O singular plural: disposições e contextos em Bernard Lahire .....	61
3.3. Lahire e a construção teórica das grades de entrevistas .....	66
<b>Capítulo 4 - As mulheres em Ação do Porto do Capim .....</b>	<b>69</b>
4.1. Ariana: “Eu faço da comunidade o meu mundo” .....	71
4.2. Retrato de Nívea: “se disser, você agora vai falar com a presidente, eu vou lá e falo”. ...	78
4.3. Retrato de Mônica: “eu sou uma pessoa preocupada com o meio onde eu vivo” .....	81
<b>Conclusão .....</b>	<b>86</b>
<b>Referências .....</b>	<b>89</b>
<b>Anexo 1 – Roteiro das entrevistas .....</b>	<b>94</b>

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeira e fundamentalmente, às mulheres do Porto do Capim, sem as quais este trabalho não seria possível.

Agradeço à minha família, pelas bases de toda a vida. Obrigada, mãe, irmãs, irmão e Guilhermino.

Agradeço aos meus amigos ninjas, aos meus amigos gogodilos, aos meus amigos do mestrado e a tantos outros de copo e de cruz. Obrigada, Beto e Eli, pelos mimimis, pela força e tudo o mais. Obrigada, Victor, por ser o abrigo que sempre posso voltar. Obrigada, Larissa, pelos ímpetos de chamuscas na Babilônia. Obrigada, Henny, Gabriel, Ana Olívia, Serge, Helber, minha experiência acadêmica não faria tanto sentido sem vocês.

Agradeço ao PPGS, aos funcionários e professores. Obrigada, Profa. Simone, Prof. Giovanni, pelas leituras, diálogos e referências fundamentais na minha formação.

Agradeço ao meu orientador Charliton, pelas leituras e pela confiança.

Agradeço ao meu coorientador Rogerio, pelas leituras e pelas palavras de apoio.

Agradeço à Profa. Dra. Jovanka Baracuhy, pelas considerações atentas que compõem a banca.

Agradeço à Capes, pelo financiamento à pesquisa.

**Resumo:** No limiar dos 800 mil habitantes, João Pessoa é uma cidade que, nos últimos quinze anos, vem vivenciando um acelerado processo de urbanização. Como parte deste intenso processo, em 2013, a Prefeitura Municipal de João Pessoa anunciou o desenvolvimento do Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável, inserido no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes (ICES), visa à implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na capital paraibana voltadas principalmente para as mudanças climáticas e o planejamento urbano. Dentre os projetos de revitalização da cidade, estão os Planos Urbanísticos para os Complexos Beira Rio e Linha Férrea, o Projeto de Requalificação do Porto do Capim, o Projeto de Redução/Contenção da Barreira do Cabo Branco e o Projeto de Revitalização do Parque Solon de Lucena (Lagoa). Iniciada a execução dos projetos, no entanto, emerge uma série de mobilizações e questionamentos quanto ao modelo de desenvolvimento urbano e às formas de organização da cidade a serem implementados em João Pessoa. Dentre estas mobilizações está o Ocupe Porto do Capim, formado pela Comissão Porto do Capim em Ação e pela Associação de Mulheres do Porto do Capim, reivindica a permanência da comunidade às margens do rio Sanhauá. A partir desta reivindicação, o presente trabalho analisa o papel de protagonistas das mulheres em Ação do Porto do Capim. Das categorias gênero, luta por reconhecimento e direito à cidade, traça um panorama sobre a trama de vida dessas mulheres que fazem parte da Associação de Mulheres do Porto do Capim.

**Palavras-chave:** Associação de Mulheres do Porto do Capim; gênero; reconhecimento; direito à cidade;

-

**Abstract:** In the threshold of 800 thousand habitants, João Pessoa is a city that, in the last fifteen years, has been under an urbanization process. As part of this intense process, in the year of 2013, it's prefecture announced the development of the "João Pessoa Sustainable City Plan of Action", inside the Emergent City Initiative (or ICES), that aims to implement policies of sustainable development in the Paraíba State capital, that includes changes towards climatic changes and urban planning. One of these projects of revitalization of the city, is the project of revitalization of the "Porto do Capim", that, once initiated, aroused a series of popular mobilizations and questionings about the model of development and about the ways that the city has been organized since. One of such mobilizations is the "Ocupe Porto do Capim", that has as a backbone the Comissão Porto do Capim em Ação, and the association of the Women of the Porto do Capim. Of the categories of genre, fight for acknowledgment and right to the city, it lays a view about the plots of the lives of these women that organize the association at the Porto do Capim.

**Key words:** Association of the Women of the Porto do Capim, genre, aknowlegdment; right to the city.



*À voinha,  
por todas as ladeiras*

## Introdução

O século XXI vem sendo comumente chamado de “Século Urbano”, no qual mais da metade da população mundial encontra-se vivendo nas cidades. Nos tornamos, neste sentido, *homo urbanus*, ocupando espaços que, cada vez mais, apresentam grandes transformações em relação à economia, à sociedade e ao meio ambiente. Para Neil Brenner (2015), no entanto, entender a diversidade dos processos de urbanização que estão ocorrendo em todo o mundo extrapola a ideia de que estes são simplesmente movimentos populacionais do interior para a cidade. Segundo ele, aos estudos urbanos contemporâneos, cabe (re)afirmar a sua dimensão política, enfatizar as implicações políticas, as estratégias de luta e os atores envolvidos nos mais diferentes processos de urbanização, vislumbrando-os assim em seus próprios termos.

É esta a perspectiva ora adotada quando penso na transformação das cidades, na exclusão que ela provoca e como a cidade de João Pessoa se configura como exemplo disto, enquanto uma cidade, dentre as muitas cidades brasileiras, que vive às voltas com problemas relacionados à questão fundiária, ao acesso a serviços públicos básicos, à implementação de projetos urbanos de larga escala (considerados por parte da população local como projetos urbanos gentrificadores), em suma, a um padrão de urbanização marcadamente excludente.

No limiar dos 800 mil habitantes, João Pessoa é uma cidade que, nos últimos quinze anos, vem vivenciando um acelerado processo de urbanização. Integrado a um modelo internacional de desenvolvimento das grandes cidades, a este processo vêm sendo associadas contradições de toda ordem, marcadas pelas diferentes formas como a cidade é apropriada, como os espaços são utilizados e os direitos aos usos e à apropriação dos bens da cidade são garantidos. Como parte deste intenso processo de urbanização, no primeiro semestre de 2013, a Prefeitura Municipal de João Pessoa anunciou o desenvolvimento do Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável<sup>1</sup>, inserido no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes (ICES), visa à implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na capital paraibana voltadas principalmente para as mudanças climáticas e o planejamento urbano. Dentre os projetos de revitalização da cidade, estão os Planos Urbanísticos para os Complexos Beira Rio e Linha Férrea, o Projeto de Requalificação do Porto do Capim, o Projeto de

---

<sup>1</sup> O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) juntamente com a Caixa Econômica Federal (CEF), o Governo Federal via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – Cidades Históricas), a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) estão atualmente à frente dos planos de revitalização do centro histórico da cidade. Os recursos para a execução destes projetos giram em torno de 230 milhões de reais via financiamentos do BID e 660 milhões de reais via Caixa Econômica Federal.

Redução/Contenção da Barreira do Cabo Branco e o Projeto de Revitalização do Parque Solon de Lucena (Lagoa).

No que consta no Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável, o projeto de cidade que está sendo colocado apresenta João Pessoa como uma “capital humana”, ao transformá-la em uma “cidade referência em universalização de direitos, nos seus indicadores sociais, econômicos, ambientais e, assim, no seu indicador de “felicidade sustentável”. Baseada em três dimensões de sustentabilidade (ambiental e mudança climática; urbana; e fiscal e governança), esta “capital humana” deve contar com um governo local cuja capacidade fiscal e administrativa permita o crescimento econômico e cujas funções urbanas sejam conduzidas com a participação ativa da sociedade.

Iniciada a execução dos projetos, no entanto, emerge uma série de mobilizações e questionamentos quanto ao modelo de desenvolvimento urbano e às formas de organização da cidade a serem implementados em João Pessoa. A partir do uso da internet, blogs e redes sociais, diferentes grupos, associações, coletivos, ONGs e fóruns de discussão vêm se organizando em torno de temas como direito à cidade, sustentabilidade, reivindicação do espaço urbano, mobilidade urbana, segurança, mudanças climáticas, lutas por moradia. As atividades e os debates por eles realizados congregam diversos movimentos, tais como #OcupePortodoCapim, #OcupaPavilhão, #Mobiliza5deAgosto, #SOSRioGramame, #BikeAnjo.

Realizado em junho de 2013, o primeiro #OcupePortodoCapim consistiu em um dia de intensa mobilização contra o Projeto de Revitalização do Porto do Capim, que prevê a retirada da comunidade ali estabelecida desde a década de 1940. O local onde hoje vivem essas famílias, às margens do rio Sanhauá, afluente da margem direita do rio Paraíba, no bairro do Varadouro, aparece como ponto importante no projeto de revitalização do centro histórico da Prefeitura por dois motivos principais: foi o lugar onde nasceu a cidade de João Pessoa, em 1585, e o local onde se instalou o Porto do Varadouro, na década de 1920, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa. Após a desativação do Porto do Varadouro, em 1935, transferido para a cidade de Cabedelo, houve uma intensa desvalorização imobiliária da área. Com a cidade se expandindo no sentido oposto, do centro para a região litorânea, o Porto do Varadouro ficou abandonado. Aos poucos, iniciaram-se as ocupações do terreno por parte dos antigos trabalhadores e pescadores do porto, que, então desempregados, começaram a usar aquela área como moradia (GONÇALVES, 2014). São aproximadamente quinhentas famílias, cerca de duas mil e quinhentas pessoas das comunidades do Porto do Capim, da Vila Nassau, da Rua Frei Vital, da Praça XV de novembro e do Curtume, genericamente conhecidas

como comunidade do Porto do Capim, que precisarão ser retiradas do local. Estas famílias devem ser, segundo a Prefeitura, transferidas para apartamentos financiados através do programa de habitação social do governo federal – Minha Casa Minha Vida. No local, serão construídos basicamente um Parque Ecológico do Rio Sanhauá e uma Arena de Eventos e Cultura, esta intitulada pelos moradores de “concretão” por ser basicamente uma grande praça à base de concreto, com área aproximada de 20 mil m<sup>2</sup>, destinada à realização de grandes shows na cidade.

De acordo com o Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável (2014, p.98), o Porto do Capim é uma das prioridades do governo por se tratar de uma “área de ocupação irregular e de grande fragilidade ambiental”. Além disso, o projeto de urbanização da cidade, incluindo o Porto do Capim e o Parque Solon de Lucena, pretende oferecer à população pessoense o resgate do contato com o rio e com a história da cidade. Segundo os organizadores do #OcupePortodoCapim, no entanto, o projeto de revitalização da Prefeitura dá prioridade aos custos e benefícios econômicos para a cidade, transformando uma área de moradia em área turística, a exemplo do que foi realizado no Pelourinho, em Salvador. Ao caracterizar a requalificação urbana da área como parte do “resgate do uso original” e da “vocação para ser porto”, o Plano de Ação não apenas nega a cidadania da população ribeirinha, residente no local há mais de setenta anos, como também a exclui como parte da história da cidade. Desde então, a Comissão Porto do Capim em Ação e a Associação de Mulheres do Porto do Capim vêm se mobilizando para que a comunidade permaneça no Porto do Capim e para que a Prefeitura promova uma requalificação da área que não acarrete em um processo de gentrificação do local.

Gentrificação, neste sentido, consiste em transformações dos centros urbanos nos seus aspectos materiais, econômicos, sociais e simbólicos, nas quais populações locais são retiradas de suas moradias e realocadas para outras áreas para a efetivação de novos cenários (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p.22). Para Smith, processos de gentrificação vêm se tornando uma característica marcante do urbanismo contemporâneo no que se refere a projetos de desenvolvimento econômico, restauração e revitalização de centros urbanos. Cidades como Nova York, Barcelona, Cidade do México, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife passaram por mudanças em seus aspectos urbanísticos que acabaram por priorizar o turismo e a elitização dos espaços. A gentrificação contemporânea se apresentando assim como “o motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana” (SMITH, 2006, p.62).

No Brasil, temos que “esconder a pobreza foi, inclusive, um dos objetivos das reformas urbanas nas capitais brasileiras desde finais do século XIX e início do século XX e continua a ser no século XXI” (SCOCUGLIA, 2004, p.11). Caso emblemático foi a histórica Reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1902 e 1906, que visava limpar/higienizar a cidade, saneando, urbanizando e embelezando a então capital federal. Segundo Freitag (2006), a reforma urbana empreendida pelo então prefeito tinha como objetivo

evitar a concretização do plano que, desde a época dos vice-reis, rondava a cidade como um fantasma: a transferência da capital para o interior. Pereira Passos reordena e amplia a malha de ruas e avenidas, providencia o escoamento de águas pluviais, remodela praças, consolida a orla marítima, moderniza o porto e, antes de mais nada, derruba os velhos prédios coloniais insalubres e decrepitos, o que lhe vale a alcunha de “Bota-Abaixo” (FREITAG, 2006, p.166).

Seguindo o exemplo de Paris, saneada, urbanizada e embelezada pelo Barão de Haussmann, as intervenções na cidade carioca transformaram a “cidade maravilhosa”. Segregados nos morros, restou à população pobre a condição de moradores irregulares, vivendo em favelas, invasões e cortiços. Esse modelo de “haussmanização” das cidades foi seguido também por Buenos Aires, entre 1935 e 1937, e por São Paulo, entre 1938 e 1940. O que se tem hoje são essas cidades, enquanto megalópoles, vivendo às voltas com um modelo de desenvolvimento insustentável. Como prática característica da política urbana brasileira, os processos de requalificação das cidades acabaram por tornar os pobres invisíveis ao deslocá-los para periferias, longe dos centros urbanos. Neste sentido, para os organizadores do #OcupePortodoCapim, a maioria sendo de mulheres da própria comunidade, o projeto de revitalização da Prefeitura dá prioridade aos custos e benefícios econômicos para a cidade, transformando uma área de moradia em área turística, a exemplo do que foi realizado no Pelourinho, em Salvador.

À possibilidade de retirada da comunidade às margens do rio Sanhauá, os moradores respondem, através de práticas cotidianas e da constituição de um movimento dentro da própria comunidade, com notícias, eventos, divulgações online e off-line, mobilizações sobre as vantagens tanto concretas quanto simbólicas da sua permanência no local. Essas respostas seriam o que Certeau (1994) vai chamar de “as formas subreptícias que assume a criatividade dispersa, tática e bricoleuse dos dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide”. À frente deste movimento de permanência da comunidade Porto do Capim, esteve,

inicialmente, a Comissão Porto do Capim em Ação. No entanto, com o crescimento da mobilização, no final de 2013, à Comissão Porto do Capim em Ação, foi agregada a Associação de Mulheres do Porto do Capim em Ação, constituída por doze mulheres da própria comunidade. No início de 2014, com a assessoria técnico-jurídica dos colaboradores do Centro de Referências em Direitos Humanos (CRDH/UFPB), as mulheres da Comissão elaboraram um regimento interno e formalizaram a Associação. Como protagonistas da mobilização pela permanência da/na comunidade, as mulheres sentiram a necessidade de institucionalizar esta organização para poder ter mecanismos de representação institucional junto aos poderes públicos.

Durante o período da pesquisa de campo, constatei que a Associação, a partir de reuniões semanais, organizou palestras sobre patrimônio e educação patrimonial, como medidas para a comunidade entender sua importância enquanto detentora de memórias e sociabilidades próprias, e oficinas de formação em direitos humanos e comunidades ribeirinhas, ministradas por advogados do CRDH/UFPB, para que as próprias mulheres da Associação, ao entender dos seus direitos, pudessem se munir de vocabulário adequado, de ferramentas na representação da comunidade. Além disso, fora organizado um calendário cultural e de festividades do Porto do Capim, destacando-se o Carnaval, o Arraial, o Raízes do Porto e a Procissão de Nossa Senhora da Conceição. Preocupadas com a valorização das tradições culturais da comunidade, após reuniões e discussões, as mulheres decidiram ainda retomar a pesca do marisco no rio Sanhauá, organizando um dia das Mulheres Marisqueiras. Dentre outras medidas, as mulheres da Associação buscam ressaltar a importância da reivindicação do Porto do Capim enquanto comunidade tradicional e ribeirinha.

Sobre o conceito de comunidade tradicional e ribeirinha, este vem sendo amplamente utilizado pela mobilização como recurso na luta pela permanência da comunidade. Enquanto recurso para ampliar direitos, para o CRDH/UFPB,

sendo habitada por pescadores, ribeirinhos e pequenos comerciantes, deve-se ressaltar que a identidade desta comunidade está tradicionalmente associada a um estilo de vida que se relaciona diretamente com o rio, cuja exclusão não pode se submeter aos anseios empreendedorísticos na busca insensata pela ascensão de um modelo de turismo predatório no centro histórico pessoense (...) Convém, por fim, ressaltar que o diferencial do centro histórico pessoense frente aos centros históricos de outras capitais brasileiras reside precisamente na existência de uma comunidade ribeirinha tradicionalmente assentada à margem do rio Sanhauá, cabendo às instâncias do governo a proteção de suas manifestações culturais – sendo descabida

sua remoção forçosa (Relatório de Violações aos Direitos Humanos no processo de implantação do PAC – Cidades Históricas e PAC- Sanhauá na Comunidade do Porto do Capim, 2014, p.18).

Isto posto, tendo em vista a constituição de sujeitos por meio de práticas políticas dentro de um movimento social, bem como a relação entre constituição de identidades e ação política, como ponto de partida para a pesquisa, me interessa saber, afinal, dentro do movimento Porto do Capim em Ação, quais mulheres são estas que vêm sendo constituídas como partícipes ativas no processo de reivindicação de permanência da comunidade nas margens do rio Sanhauá a partir da afirmação de uma identidade local? E que identidade é esta que vem sendo reivindicada? Há uma identidade comum para estas mulheres? Quanto a estes questionamentos, no entanto, Butler já me respondia

[...] Será que precisamos pressupor teoricamente desde o início um sujeito com capacidades de agir antes que possamos articular os termos de uma tarefa significativa de transformação, social e política, de resistência, de democratização radical? Se não oferecemos de antemão a garantia teórica daquele agente, estamos condenados a desistir da transformação e da prática política significativas? Minha sugestão é que a capacidade de agir pertence a um modo de pensar sobre as pessoas como atores instrumentais que confrontam um campo político externo. [...] Em certo sentido, o modelo epistemológico que nos oferece um sujeito ou agente dado de antemão se recusa a reconhecer que a capacidade de agir é sempre e somente uma prerrogativa política. (BUTLER, 2012, p.31)

Disso deriva que, mais do que trabalhar com categorias de gênero conjugadas à sexualidade, constituição de femininos e masculinos, ou com políticas de identidade, me proponho a refletir como são constituídos esses sujeitos/mulheres que se insurgem contra as políticas de reurbanização local empreendidas pelo poder público e como se dá sua ação política. Se nos termos de Butler, a capacidade de agir é sempre e somente uma prerrogativa política, quais são os sentidos da ação política e as possibilidades de agência dos sujeitos? Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como afirma Scott (1990), como é que as coisas mudam? Em Lutas por Reconhecimento, Honneth (2003) se pergunta por que os homens se engajam em movimentos sociais. No caso do Porto do Capim, me questiono: quais são as especificidades sociais e culturais ali existentes que en-gendraram a formação política de um grupo específico de mulheres dentro desta comunidade? Em termos de ação coletiva, Castells (2013, p.17) propõe que a questão-chave para este entendimento é

saber “quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas?”. No caso do Porto do Capim, a partir da reivindicação dos moradores em defesa do “lugar”, me interessa entender como essas mulheres saíram do lugar que era quase um “não-lugar” para o papel de protagonistas do movimento Porto do Capim em Ação. Analisar este processo complexo requer, como aponta Scott (1990), que tenhamos sempre em mente que temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas acontecem para descobrir porque elas acontecem.

Expor parte dos meus dilemas e problematizações no decorrer da pesquisa preenche-se de sentido a partir do entendimento de que, tanto quanto a elaboração do texto final, as definições e opções metodológicas constituem um processo deveras importante na formação da pesquisa e nas escolhas do pesquisador, orientadas pelas informações que o trabalho de campo nos fornece. Neste sentido, me proponho a analisar a atuação das mulheres na comunidade Porto do Capim a partir do uso da história oral, mais especificamente da história de vida, e da observação participante, utilizados como recurso metodológico. A colaboração destas duas metodologias qualitativas convém nesta pesquisa por três motivos: a noção de processo em ambas, a possibilidade de dar vozes aos sujeitos estudados e o enfoque nas experiências vivenciadas pelos atores sociais.

Apresentado brevemente o percurso metodológico adotado, minhas fontes de pesquisa se baseiam assim na literatura que vem sendo produzida atualmente tendo o Porto do Capim como foco ou como objeto, nas áreas de Arquitetura, História e Geografia; nas entrevistas realizadas com as mulheres da Associação de Mulheres Porto do Capim em Ação; assim como nos relatórios frutos de observação direta em eventos realizados na comunidade. Reitero que a metodologia utilizada se justifica, primordialmente, pelo enfoque dado às experiências vivenciadas pelos atores sociais, pelo acesso dado às suas vivências subjetivas. E por quê? Porque as categorias de análise ora postas – gênero, lutas por reconhecimento e direito à cidade – só fazem sentido a partir das experiências dessas mulheres.

Ao analisar o movimento Porto do Capim em Ação e, principalmente, as mulheres em ação do Porto do Capim, tomo como pressuposto que, metodologicamente, orientar a experiência das pessoas em categorias analíticas de estruturas sociais é útil, mas, em última instância, são os indivíduos que fazem com que os movimentos sociais surjam e transformem a realidade social. As práticas sociais que geram mudanças culturais surgem, antes de tudo, no corpo e na mente dos indivíduos. A pergunta “quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente



aconselhadas a não fazer porque seriam punidas?”, Castells, utilizando-se da teoria da inteligência afetiva, responde que, no plano individual, os movimentos sociais são emocionais. Segundo ele, “a insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política (...) o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação” (Castells, 2013, p.18).

Entender a luta dessas mulheres pela moradia, pela permanência da comunidade no Porto do Capim, como a participação na Associação de Mulheres resulta em um empoderamento<sup>2</sup> delas nos espaços públicos, como essas mulheres se tornam referência política da e para a comunidade, o que as leva a perder horas do seu dia, muitas vezes abdicando de atividades domésticas, por exemplo, para estarem em reuniões, como a iminente possibilidade de remoção da comunidade se configura numa experiência de desrespeito que leva à luta por reconhecimento, reitero, passa pelas experiências das próprias mulheres.

Neste sentido, as categorias centrais de análise para esta pesquisa são gênero, lutas por reconhecimento e direito à cidade. Estas três categorias denotam um desafio epistemológico e político: trabalhar as lutas por reconhecimento dentro do espaço urbano a partir das relações sociais de gênero. No âmbito das análises sobre espaço urbano, as discussões do direito à cidade na perspectiva de gênero são ainda incipientes. Segundo Brandão (2014), os estudos sobre o urbano a partir das relações de gênero giram em torno da necessidade de tornar as cidades mais seguras e acessíveis às mulheres, enfatizando as melhorias das condições urbanas e do acesso à moradia adequada. Estas análises levam em consideração que, ainda hoje, as principais responsáveis pelo lar e pelo cuidado da família são as mulheres, logo, os problemas de moradia, fornecimento de água, energia, saneamento básico, creches, escolas, postos de saúde, afetam mais diretamente as mulheres.

Corroboro com esses estudos, entretanto, duas ressalvas precisam ser feitas. Primeiro, acredito que seja necessário pensar o direito à cidade para além de apenas acesso a direitos. É preciso ter em mente que, ao reivindicar o direito à cidade, os sujeitos, em última instância, estão reivindicando “algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas” (HARVEY, 2014, p.30). As mulheres em ação do Porto do Capim, ao questionarem o Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável, estão, sim, reivindicando o acesso a direitos, a condições dignas de vida e de moradia, mas estão também reivindicando o direito à cidade, estão questionando sua condição

---

<sup>2</sup> Empoderamento (*empowerment*), como conceito, surge na década de 1960, nos Estados Unidos, e vincula-se às reivindicações do *American blacks* por direitos civis, pelo fim do preconceito e das discriminações. Apenas na década de 1970, passa a ser usado pelos movimentos feministas.

de invisibilidade social, a produção do espaço urbano e o próprio modelo de cidade que ratifica processos de gentrificação tão comuns no cenário brasileiro contemporâneo.

Segundo, é necessário refletir a categoria gênero articulada com outros marcadores sociais da diferença, tomando o gênero como “intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais e de classe das identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2012, p.20). Como categoria útil de análise, mais do que um conceito relacional (Scott, 1990), é preciso trabalhar o gênero em seu potencial epistemológico radical. Segundo Lauretis, por potencial epistemológico radical, entende-se

um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e de classe: um sujeito, portanto, múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p.208).

Neste sentido, ao estudar a constituição de sujeitos e suas identidades<sup>3</sup> dentro da articulação entre gênero e mobilização política, tem-se que

o gênero nem sempre é uma identidade fundante de um sujeito e sua ação, podendo estar, ou não, presente como significado assumido centralmente. Não é necessário que mulheres (e homens) participantes de movimentos sociais concebam sua ação sob esta perspectiva, e esta pode estar diluída em outro discurso estruturador do movimento – como o de classe, por exemplo, ou o de carências sociais, ou os fundados na cor e na etnicidade. Como a maioria dos pesquisadores das relações de gênero sabe, esta é a situação mais comum nos movimentos sociais que se compõem, inclusive majoritariamente, de mulheres – como é o caso dos chamados movimentos sociais urbanos (PAOLI, 1990, p.118).

Dito isto, ao articular gênero, lutas por reconhecimento e direito à cidade, inserindo-os nos estudos dos movimentos sociais urbanos e nas perspectivas feministas pós-estruturalistas, tomo as categorias gênero e direito à cidade como categorias vazias e transbordantes. Se para Scott (1990), gênero é uma categoria vazia e transbordante porque não possui nenhum significado definitivo e transcendente e, mesmo quando parece fixado, contém dentro dela definições alternativas negadas ou reprimidas, para Harvey (2014), o direito à cidade é um significante vazio, tendo em vista que tudo depende de quem vai lhe conferir significado.

---

<sup>3</sup> Considerando identidade como “resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas” (LAURETIS, 1994, p.137).

Trabalhar essas duas categorias como vazias e transbordantes requer o esforço teórico de pensar o conflito como força motriz das mudanças sociais.

Postos os pressupostos teóricos das categorias gênero e direito à cidade, resta articular as relações entre estes e a mobilização política, para isto, volto-me a Honneth, segundo o qual é na tríade conflito - lutas por reconhecimento - mudança social que se encontra a explicação do engajamento individual na luta política, sendo esta capaz de restituir ao indivíduo seu autorrespeito perdido. Trabalhar as lutas por reconhecimento dentro do espaço urbano a partir das relações de gênero requer, em suma, pensar a negação do reconhecimento como força motriz do engajamento político, tomando minhas categorias de análise enquanto processos políticos nos quais estão em cena enfrentamentos permanentes entre diversos atores e seus meios e modos de significação.

Definidas as categorias de análise apontadas acima e exposto brevemente o referencial teórico e metodológico, no decorrer da pesquisa aprofundarei cada uma delas a fim de tornar mais sólido o significado das abordagens realizadas. Além desta parte introdutória - que apresenta uma abordagem genérica da construção do objeto de estudo (a justificativa do tema e a inserção no campo), do percurso metodológico (utilização de observação participante e história de vida para traçar um panorama sobre a trama de vida dessas mulheres que fazem parte da Associação de Mulheres Porto do Capim em Ação) e da definição das categorias de análise (gênero, lutas por reconhecimento e direito à cidade) –, a dissertação é composta de três capítulos e das considerações finais.

No primeiro capítulo, trato das relações entre mulheres, gênero e movimentos sociais. Faço uma revisão das diferentes abordagens dos estudos de gênero para poder repensar as próprias relações de gênero e justificar a perspectiva ora adotada – a da transversalidade de gênero. Por transversalidade de gênero, considero como sendo a noção de que a construção social de gênero abrange as mais diversas áreas da vida social. Logo em seguida, disserto sobre o gênero em uma teoria da ação coletiva, tem-se como objetivo refletir sobre a perspectiva dos estudos de gênero dentro dos novos movimentos sociais para poder compreender como se estabelece a participação das mulheres nos movimentos populares urbanos que reivindicam, através do reconhecimento de identidades próprias, transformações sociais e políticas.

No segundo capítulo, disserto, a partir de conceitos como desrespeito, indignação, redes e semânticas coletivas, sobre as perspectivas de Honneth e Castells e suas contribuições às teorias dos movimentos sociais, ao focarem na importância das experiências individuais para a mobilização social. Dos conceitos apresentados, em Castells, caracterizo o Porto do

Capim em Ação como um movimento em rede, e, a partir de Honneth, caracterizo a Associação de Mulheres em busca de reconhecimento. O objetivo está em destacar os processos políticos, os vários atores, as lutas por reconhecimento e as distintas significações presentes na questão da revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa.

No terceiro capítulo, disserto sobre meu percurso metodológico e os percalços entre metodologias a serem utilizadas e as reivindicações que o campo fazia e que exigiram de mim novas escolhas. Como parte da tessitura do fazer dissertativo, traço breves considerações acerca da história oral e história de vida, do uso de entrevistas e da sociologia disposicional nesse processo/projeto de refazer experiências.

No último capítulo, apresento um panorama sobre a trama de vida dessas mulheres que fazem parte da Associação de Mulheres do Porto do Capim. O trabalho está assentado nas narrativas pessoais dessas mulheres. Ao trabalhar a história de vida como fonte de pesquisa, entre entrevistas e trabalho de observação, o objetivo foi recompor um conjunto de informações sobre a trajetória de vida dessas mulheres e de como essa trajetória se manifesta na Associação e na mobilização.

Para finalizar, em face do exposto, fundamento o lugar do qual eu falo, justificando assim o uso do pronome na primeira pessoa do singular. Nasci e me criei no centro da cidade de João Pessoa. Minhas memórias afetivas estão todas lá, pulsantes nas pessoas que ali vivem, nas pessoas que fazem dele o seu lugar. Com ou sem revitalização, conheço o meu lugar e sei que há vida a cada vez que o mangue se renova. Existem mulheres febris que habitam os mariscos e os caranguejos. Existem mulheres que vão pintando e segurando as paredes do mangue do seu quintal. Tal qual às margens do Capibaribe, aos olhos de João Cabral de Melo Neto, às margens do rio Sanhauá, há vida. Há uma “vida que se desdobra em mais vida”, “uma vida que se luta cada dia, o dia que se adquire cada dia (como uma ave que vai cada segundo conquistando seu voo)”.

Termino assim essa introdução com a fala de uma das componentes da Associação de Mulheres Porto do Capim em Ação, “eles podem até arrancar as raízes do mangue, mas nossas raízes são tão profundas que não é qualquer vento que irá arrancá-las”.

*“Aqui tem gente! – Pare, olhe e escute”*

## **Capítulo 1 – Mulheres nos movimentos sociais urbanos: por uma transversalidade de gênero**

Movimento de mulheres, movimento feminista, estudos das mulheres, estudos feministas, estudos de gênero, os dilemas entre igualdade e diferença, entre redistribuição e reconhecimento nos movimentos sociais, o feminismo e suas contribuições para os novos movimentos sociais, patriarcado, dominação masculina, pós-estruturalismo, todos estes são termos com os quais me deparei, atônita, quando adentrei nos estudos de gênero.

À frase, tão repetidamente celebrada, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, me foi acrescentada que “não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea”. Mal entendi a conceituação do sistema sexo-gênero que Gayle Rubin (1975), entre Lévi-Strauss, Freud e Marx, me falava, e já me vi enredada no desconstrucionismo derridariano de Butler. Vi-me entre o desconforto da desconstrução e o desafio de trabalhar gênero como categoria relacional. Mal entendi o feminismo e suas etapas históricas, aquilo que chamam de três ondas feministas, a fase universalista, a fase diferencialista, a fase pós-moderna. Mal entendi a passagem da mulher, com letra maiúscula, singular e universal, para as mulheres, minúsculas, plurais e localizadas, e já me vi desnorteada com a proposição de que não fazia sentido reivindicar nada em nome das mulheres porque as mulheres não existiam em si. Não entendi como as feministas que se colocavam como críticas de *O Segundo Sexo* o faziam atribuindo sua explicação filosófica a Sartre, para quem ‘ser’ nada mais é do que um constante ‘vir a ser’, ao mesmo tempo em que esperavam que, em 1949, Beauvoir utilizasse o termo ‘mulheres’, no plural, quando fazia mais sentido, em plena luta por direitos civis e políticos, reivindicar iguais condições de existência para a “Mulher”. Em defesa de Beauvoir, concordo com Saffioti (1994), quando esta afirma que reside em *O Segundo Sexo* a manifestação primeira do conceito de gênero. O tornar-se mulher enfatiza que é preciso aprender a ser mulher, logo, o que se tem como feminino não está na biologia nem é designado pela anatomia do corpo em que se encontra, e sim construído pela sociedade. Ainda em defesa de Beauvoir, concordo com Lauretis (1994), quando ela afirma que o problema maior está em que as mulheres (até mesmo as feministas) continuem a se tornar Mulher, continuem fixas, presas ao seu gênero, embora saibam que são sujeitos históricos governados por relações sociais concretas.

Foram tantos não-entendimentos que se tornou difícil compreender como eu iria trabalhar gênero dentro dos movimentos sociais urbanos pensando em termos de lutas por reconhecimento e direito à cidade diante de tantas conceituações e atribuições distintas.

Pensando em movimento social, refletia, de um lado, com Perry Anderson, para quem não fora o marxismo a grande revolução do século XX, mas o feminismo, e, do outro, pensava em Bourdieu, para quem onde todos viam mudanças, ele via apenas conservação. Indagações outras surgiam em mim ao ler a Lucila Scavone, em texto proferido no XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 2005, sobre se é possível uma sociologia feminista, quais são seus sentidos e suas limitações. Indagava-me assim sobre as relações entre as questões de gênero e o fazer científico. Penso que, como apontam Heilborn e Sorj (1999), trabalhar gênero como categoria de análise implica compreender a relevância das relações de gênero na organização da vida social, mas implica também entender como o gênero afeta a própria produção do conhecimento científico. Segundo elas,

a despeito de mudanças recentes, ainda é notório o fraco interesse que o tema tem despertado entre profissionais homens, fenômeno observado internacionalmente. Por um lado, isto reflete o peso que a hierarquia de prestígio entre os sexos tem em ordenar objetos científicos e cientistas; por outro, a percepção de que existe uma forte associação entre a área de estudos de gênero e movimentos de mulheres dificulta a incorporação de pesquisadores homens. Segundo, os temas favoritos dessa área continuam a ser aqueles mais próximos da experiência das mulheres como família, sexualidade, trabalho, educação, o que acaba por reforçar a imagem que esse é um assunto sobre e para mulheres (HEILBORN e SORJ, 1999, p.189)

À primeira vista, tomar a produção científica como androcêntrica, e a teoria sociológica não se configura em exceção, parece situar-se nas versões mais radicais das feministas acadêmicas. No entanto, um episódio recente denota que se faz necessário postular críticas à produção do conhecimento científico. No início de junho de 2015, durante palestra realizada na Conferência Mundial para Jornalistas de Ciências, o cientista Tim Hunt, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia de 2001, teceu o seguinte comentário a respeito das mulheres na ciência. Segundo ele, “três coisas acontecem quando há mulheres no laboratório: você se apaixona por elas; elas se apaixonam por você; e elas choram quando são criticadas”<sup>4</sup>. O cientista apontou assim que lugar de mulher não é no laboratório, o laboratório da mulher seria a cozinha. O caso ganhou repercussão internacional. Muitos cientistas, homens e mulheres, se posicionaram contra a “piada”. A Royal Society, corporação de cientistas britânicos da qual Hunt fazia parte, divulgou uma nota lamentando o ocorrido e

<sup>4</sup> Sobre a repercussão internacional do caso, ver mais em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150611\\_cientista\\_renuncia\\_comentarios\\_sexista](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150611_cientista_renuncia_comentarios_sexista)

afirmando que “muitos indivíduos talentosos não atingem plenamente seu potencial científico por questões de gênero”.

Diante de tantos não-entendimentos, e tendo sempre em mente o entendimento sobre quais são os sentidos da ação política e as possibilidades de agência dos sujeitos, passei a me questionar como é possível, como afirma Gohn (2007), não obstante presença majoritária nos movimentos sociais, que ainda hoje perdure uma invisibilidade da atuação das mulheres. Sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais,

as mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm todos os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas. As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas (...). Portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas (GOHN, 2007, p.45).

Citando Beth Lobo, Gohn (2007) ressalta que frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares sempre foram, de fato, atrizes. Como sujeitos históricos, as lutas das mulheres datam de vários séculos, desde as sociedades mais antigas até os tempos atuais. No entanto, foi apenas com o feminismo que as mulheres ganharam visibilidade na esfera pública enquanto coletivo, enquanto atrizes principais nos movimentos sociais. Segundo Scott, o feminismo tem sua importância na medida em que

assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas (SCOTT, 1994, p.69).

Pensando nos termos de Scott (1994), segundo a qual é preciso tornar histórico o que fora escondido da história, se as mulheres participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana, então por que e desde quando elas são invisíveis como sujeitos históricos? Ou ainda, como explicar a ausência das mulheres na política e na ciência? Como explicar os fatores políticos, econômicos e sociais que obstruem – muitas vezes minam – as possibilidades das mulheres assumirem posição de liderança nos movimentos sociais? Para Scott (1990, p.28), a

exploração dessas perguntas faz emergir uma história política que sempre fora encenada no terreno do gênero, que sempre fora utilizada para justificar determinadas posições de desigualdade no campo político, econômico, científico, social.

Neste ponto, é pertinente esclarecer que não pretendo elaborar um apanhado histórico demasiado alongado ou mesmo uma genealogia da categoria gênero nem da categoria de movimentos sociais. Sobre movimentos sociais, existem estudos teóricos que tratam com afinco das mais diversas perspectivas sobre o tema (Castells, 1999; Gohn, 1997; Melucci, 1987; Scherer-Warren, 2006; Touraine, 1987). De forma geral, tomo a definição de movimento social como sendo

uma noção presente em diferentes espaços sociais: do erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular. Na teoria e/ou na prática, todos têm uma representação do que seja um movimento social. Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico (GOHN, 2007:242).

A partir desta noção, proponho que o Ocupe Porto do Capim, juntamente com a Comissão Porto do Capim em Ação e a Associação de Mulheres Porto do Capim em Ação, pode assim ser considerado como um movimento social, na medida em que, enquanto coletivo, demandam tanto bens materiais (requalificação urbana da área em que vivem) quanto bens simbólicos (através da construção e da reivindicação do reconhecimento de identidades da comunidade). Adentrarei na discussão sobre os estudos teóricos acerca dos movimentos sociais de forma mais aprofundada no próximo capítulo, quando trato do Ocupe Porto do Capim como um movimento em rede; do Porto do Capim em Ação e a reivindicação do direito à cidade; e das mulheres da Associação e suas lutas por reconhecimento. Por ora, no que tange a gênero, no entanto, a fim de esclarecer possíveis incompreensões sobre a perspectiva então adotada, considero importante elaborar algumas considerações acerca dessa categoria, tendo em vista que esta encerra em si uma gama variada e complexa de abordagens teóricas.

### **1.1. Repensando as relações sociais de gênero: as abordagens de gênero**

Tendo em vista o objeto de estudo ora posto, que seja, as mulheres da Comunidade Porto do Capim frente à revitalização do centro histórico de João Pessoa, dentre as múltiplas possibilidades de problematização, o que me vem sendo possível perceber é a de como se



estabelece a participação das mulheres dentro de movimentos populares enquanto sujeitos que reivindicam, através do reconhecimento de identidades próprias, transformações sociais e políticas. Mas, mais do que isso, como se constituem e são constituídos esses sujeitos/mulheres que se insurgem contra as políticas de reurbanização local empreendidas pelo poder público. Meu intuito é perceber como se constituem os percursos de participação política das mulheres dentro dos movimentos sociais urbanos, considerando a questão de gênero, a partir das experiências das mulheres como protagonistas.

Analisar as formas como sujeitos são constituídos dentro das relações de gênero implica tomar esses sujeitos como constituídos por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas (Scott, 1990). Implica ainda considerar que esses sujeitos não existem enquanto categorias universais, essencializadas, mas que são contingentes e políticos. Neste sentido, como categoria de análise, gênero se apresenta aqui de forma assertiva, levando-se em conta, segundo Safiotti (1994), seu “universo conceitual relacional”, ou seja, que gênero não é sinônimo de mulher e não atua apenas nas relações binárias homem-mulher, mas em quaisquer configurações possíveis. Ademais, como bem expressa Scott (1990), utilizar o termo gênero como categoria de análise no lugar de “mulheres” implica necessariamente em estudos sobre os homens, na medida em que

esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1990, p.7).

Para Scott (1990), fazer um estudo a partir dessas premissas, permite problematizar as categorias unitárias e universais ao se colocar em xeque conceitos que geralmente são considerados como naturais, como os de “homem” e “mulher” ou de “natureza” e “cultura”. Como grande contribuição, Scott evidencia que não se pode entender o corpo fora da cultura, na medida em que não existem experiências corporais que não estejam inscritas nos processos sociais e históricos de construção de significados. Segundo ela, “masculino e feminino não são características inerentes e sim edificações subjetivas (ou fictícias) que se encontram num processo constante de construção” (SCOTT, 1990, p.16) ou, ainda, “são categorias vazias e transbordantes, sem significado definitivo e transcendente”. Em última e primeira instância, o gênero seria, portanto, “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado ”.

Dito isto, me volto à chave de acesso, ao mote deste capítulo: repensar as relações de gênero a partir de um apanhado sobre suas diferentes abordagens. No que tange aos problemas teórico-conceituais desenvolvidos pelos estudos de gênero e feministas, Scavone ressalta que

as questões básicas da historicidade (por que, como, quando) da ‘dominação masculina’ deram lugar a inúmeras teorias explicativas e conceitos, que, com base em um diálogo com o marxismo, com o estruturalismo, a psicanálise, o pós-estruturalismo, passaram a integrar o universo das teorias sociais contemporâneas. Entre esses conceitos, o mais integrado às pesquisas sociológicas na academia brasileira e internacional é o conceito de gênero, que dá nome a esses estudos e responde pela construção social das diferenças entre os sexos. As diversas teorias que deram origem a esse conceito indicam a multiplicidade das reflexões feministas como também a incidência de influências teóricas distintas e conflitantes (SCAVONE, 2008, p.179)

Em termos de referências teóricas sociológicas, o conceito de gênero pode ser associado a duas principais linhas de pensamento: à tradição anglo-saxã, funcionalista, e à tradição francesa, eminentemente marxista. Vale destacar que a linhagem francesa nunca incorporou o conceito de gênero, *gender*, utilizando em seu lugar o conceito de “relações sociais de sexo” (*rappports sociaux de sexe*). No que se refere às contribuições do pensamento funcionalista para os estudos de gênero, tem-se que este

forneceu conceitos básicos, como papel sexual e status, através dos quais as diferenças entre homens e mulheres foram estudadas (...) supriu os estudos de gênero com a hipótese de que as diferenças sexuais são mais centrais na instituição familiar do que em qualquer outra instituição social e que os arranjos de gênero funcionam primordialmente para assegurar a reprodução social. Finalmente, as análises sociológicas no conceito de papéis sexuais desafiaram as visões essencialistas da biologia e da psicologia sobre as identidades humanas na medida em que facilitou o reconhecimento de que os indivíduos se constroem por intermédio da vida social (HEILBORN e SORJ, 1999, p.197).

Para as autoras, no entanto, ao associar gênero a papel social, as leituras funcionalistas acabaram limitando-se muito aos comportamentos individuais, deixando a desejar quando o foco de análise se volta para a organização da vida social. É justamente na capacidade explicativa das relações de gênero no interior das instituições sociais que as feministas

marxistas focam suas análises. Segundo Heilborn e Sorj (1999, p.198), embora “as categorias centrais do marxismo focalizadas na produção, trabalho e classes sociais sejam mais androcêntricas do que as noções de papel sexual apresentada pelo funcionalismo”, o debate situado nas relações entre família, trabalho e política permitiu que as análises de gênero saíssem dos limites da família, do âmbito privado, do trabalho doméstico.

Nos anos 1990, o conceito de gênero ganhou novos contornos ao ser incorporado pela *teoria queer*. Autoras como Delphy, Wittig, Butler, passaram a enfocar os *transgender* (gays, lésbicas, transexuais, travestis), questionando “a normatividade heterossexual ao ressaltar o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade” (SCAVONE, 2008, p.180). Ainda nos anos 1990, foi publicado *A Dominação Masculina*, de Bourdieu (2002). Apesar de não utilizar a categoria gênero, Bourdieu enfatiza a construção social dos corpos, a dissimetria fundamental entre os sexos, o papel das mulheres na economia dos bens simbólicos (já descrita por Lévi-Strauss), a violência simbólica que, generativa, produz pensamentos, percepções e expressões e se transfigura em poder, dominação e controle. Partindo da centralidade do *habitus* na dominação masculina, Bourdieu, ao trabalhar a dominação a partir do corpo, segundo Heilborn e Sorj (1999, p.204), “se propõe a superar a dicotomia entre dominação e consentimento e que atua por meio de uma internalização por parte dos sujeitos, constituindo uma dimensão pré-reflexiva, manifesta nas posturas dos corpos socializados”. Com a incorporação da dominação, Bourdieu explica como, em termos de estruturas sociais, os homens são equacionados à posição de sujeitos e as mulheres à posição de objetos.

Retomando a questão que Scavone (2008) se coloca sobre se é possível uma sociologia feminista, é importante destacar que Bourdieu sofreu uma enxurrada de críticas por parte das teóricas feministas. Primeiro, pelo fato dele praticamente ter ignorado que já havia um vasto desenvolvimento teórico a respeito dos estudos de gênero. Segundo Scavone, em seu primeiro artigo sobre dominação masculina, Bourdieu, no seu papel de intelectual dominante, não incluiu referências substanciais quanto às produções feministas. Em segundo lugar, nos termos dos esquemas de dominação internalizados enquanto *habitus*, as mulheres apareceriam assim, na teoria da dominação masculina, como responsáveis pela violência que lhe é impingida. Não corroboro com estas críticas, na medida em que, como dito anteriormente, a violência simbólica se exerce e perdura a partir de uma intrincada relação entre dominação e consentimento. Segundo Bourdieu (2001, p.207), a lógica paradoxal da dominação masculina, forma por excelência da violência simbólica e da submissão feminina, que se exerce, ao mesmo tempo, de forma espontânea e extorquida, só pode ser entendida

desde que se leve em consideração os efeitos duráveis exercidos pela ordem social sobre as mulheres, sob a forma de disposições espontaneamente concedidas a essa ordem que ela lhes impõe.

Gênero, relações sociais de sexo, patriarcado, heterossexualidade normativa, dominação masculina, todos estes termos denotam implicações teóricas, ao mesmo tempo em que reverberam reflexões políticas e sociais. No Brasil, tem-se que na década de 1970, entre os limites do feminismo e da academia, privilegiou-se o uso dos “estudos sobre mulher” para enfatizar a condição das mulheres nas mais variadas esferas sociais, salientando a posição de exploração/subordinação/dominação a que estavam sujeitas. A década de 1980 observou a substituição do termo mulher pela categoria gênero no país. Em termos gerais, essa substituição permitiu enfatizar os aspectos relacionais do processo de construção social de femininos e masculinos. Como categoria relacional, gênero passou a incluir os homens em seus estudos.

A primazia do conceito de gênero em detrimento dos termos mulher e feminismo no país não fora aleatória, ocorrera devido ao fato que, originada nos movimentos feministas, a questão dos estudos das mulheres ou estudos feministas, sendo eminentemente política, não dispunha de aceitação pela academia. Por ser uma história “militante”, estudos feministas ou a história das mulheres não era considerado científico. A institucionalização da temática se deu mediante a diferenciação entre estudos de gênero e os problemas políticos elencados pelo feminismo (HEILBORN e SORJ, 1999, p.187-8). Não fora, entretanto, um fenômeno reservado ao Brasil. Scott (1990) já apontava que

o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por conseqüência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica (SCOTT, 1990, p.6).

Para ela, entretanto, apesar de denotar a aceitabilidade política desse campo de pesquisa, a busca pela legitimidade acadêmica dos estudos feministas, este é apenas um aspecto da questão. De forma que o ponto a ser salientado é a tomada do gênero, como substituto de

“mulheres”, enquanto categoria relacional, implicando que a informação a respeito das mulheres necessariamente se configura em informação sobre os homens.

Diante da seara exposta, tendo em vista as implicações e considerações teóricas diferenciadas dentro dos estudos de gênero, a perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho se insere nos estudos do sujeito do feminismo à luz do pós-estruturalismo. Ao pós-estruturalismo, estão associadas as críticas ao universalismo, ao binarismo, ao essencialismo e ao racionalismo iluminista. O sujeito do/no feminismo passa a ser visto então como “algo que é construído discursivamente, em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizões” (MARIANO, 2005, p.10).

Partindo das perspectivas das pensadoras pós-estruturalistas Teresa de Lauretis e Judith Butler, penso na categoria “mulheres” em termos de pluralidades, tomando o gênero como “intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais e de classes das identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2012, p.20), e considerando a identidade como “resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas” (LAURETIS, 1994, p.137). Analisar as mulheres do Porto do Capim sob esses aspectos, me permite entender como elas vêm se constituindo de formas múltiplas e contraditórias, por meio de discursos e práticas discursivas cotidianas expressas nos esforços da Comissão Porto do Capim em Ação e da Associação de Mulheres em concentrar os vínculos históricos e as perspectivas atuais e futuras da comunidade.

Dentro dos estudos de gênero sobre as práticas políticas, tenho em mente uma discussão mais acurada sobre a ação política de mulheres diferentemente posicionadas e engendrando identidades dentro de coalizões, de contingências. Para tal, é preciso levar em consideração, segundo Butler, a necessidade da desconstrução da categoria mulher no feminismo, o que acaba por permitir sua ressignificação, na medida em que

a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar (BUTLER, 2012, p.213).

Neste sentido, a análise das mulheres em ação no Porto do Capim trata das noções entre reconhecimento de novas identidades e solidariedades, gênero e ação política como sendo

interrelacionadas. O meu desafio em estudar essas mulheres enquanto sujeitos políticos se concentra no fato de que estes mesmos sujeitos estão sendo construídos na e através da ação política da própria comunidade. Tomando esta ação política enquanto processo e as interações entre os sujeitos enquanto produtos e produtores das relações de gênero, dentro daquilo que Lauretis (1994) vai chamar de uma complexa tecnologia política, que abarca os sistemas legais, científicos, religiosos, pedagógicos, psicológicos, dentre outros.

Elaborada uma revisão das diferentes abordagens dos estudos de gênero, saliento a perspectiva ora adotada – a da transversalidade de gênero. Por transversalidade de gênero<sup>5</sup>, entendo como sendo a noção de que a construção social de gênero abrange as mais diversas áreas da vida social, por isso a necessidade de pensar em termos de interseccionalidade entre raça, classe e sexo, por exemplo.

A seguir, disserto sobre o gênero em uma teoria da ação coletiva, o objetivo é refletir sobre a perspectiva dos estudos de gênero dentro dos novos movimentos sociais para compreender como se estabelece a participação das mulheres nos movimentos populares urbanos que reivindicam, através do reconhecimento de identidades próprias, transformações sociais e políticas.

## **1.2. Gênero em uma teoria da ação coletiva**

Tomando como ponto de partida que problemas sociais e pesquisas sociológicas são retroalimentados, justifica-se a existência dos diversos paradigmas nos estudos dos movimentos sociais e como eles têm se superado e se renovado. A pergunta “De onde vêm os movimentos sociais e como eles são formados?” pode ser preenchida com um amplo leque de perspectivas teóricas. Assim, há o paradigma da Mobilização de Recursos – com a perspectiva de construção de estratégias -, o paradigma da Mobilização Política – com a perspectiva de estruturas de oportunidades políticas -, e o paradigma dos Novos Movimentos Sociais – com a perspectiva de construção de identidades<sup>6</sup>. Dentre esses paradigmas, percebe-

---

<sup>5</sup> Sobre o conceito de transversalidade de gênero, ver em: BANDEIRA, L. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM UnB, Brasília, Janeiro, 2005.

<sup>6</sup> Para Inglehart (1971), esses movimentos se diferenciam pela ênfase nas demandas “pós-materialistas”, no sentido em que, organizados por jovens, mulheres, estudantes, de classe média, demandavam não apenas melhores condições de vida ou redistribuição de recursos, mas afirmação e reconhecimento dos seus diferentes modos de vida (ALONSO, 2009, p.50).

se a oscilação da categoria movimentos sociais entre processos de determinação econômica e a fundamentação da cultura na constituição de sujeitos históricos.

Às teorias dos Novos Movimentos Sociais, associam-se os nomes de Alain Touraine, Jurgen Habermas, Alberto Melucci, Claus Offe, Manuel Castells. Embora não constituam uma escola de pensamento, todos estes autores se apresentam como

críticos da ortodoxia marxista, mas mantêm o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos. Nisso não diferem da Teoria da Mobilização Política. A especificidade está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os Movimentos Sociais (ALONSO, 2009, p.59).

Segundo Gohn (1997), como características gerais das teorias dos Novos Movimentos Sociais, tem-se o enfoque nos estudos de cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, solidariedade e processos de formação de identidade. Para estes autores, os movimentos sociais são capazes de institucionalizar práticas sociais e modificar a linguagem cultural de sua época, na medida em que representam e lutam por transformações culturais. Tanto para Melucci (1987) quanto para Touraine (1987), os movimentos sociais não devem ser considerados como simples respostas a uma determinada crise. Como “profetas do presente”, eles revelam, antes de tudo, conflitos sociais. Nessa mesma linha, seguem os teóricos contemporâneos Manuel Castells e Axel Honneth. Para ambos, o conflito está na base dos movimentos sociais, é sua mola propulsora. Como aponta Gohn (2011), esses novos movimentos sociais se apresentam assim como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas.

Dentro dos estudos dos movimentos sociais, Castells e Honneth se destacam pelo enfoque da dimensão individual, da ação social moldada pelas experiências corporais e afetivas. Diferentemente das teorias utilitaristas (Mobilização de Recursos e Mobilização Política), ambos contribuem para a discussão dos movimentos sociais contemporâneos ao demonstrarem a importância das experiências individuais para a mobilização social dentro de uma sociedade injusta e não democrática. Sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, Gohn salienta que

há um novo cenário neste milênio: novos tipos de movimentos, novas demandas, novas identidades, novos repertórios. Proliferam movimentos multi e pluriclassistas. Surgiram movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação, são transnacionais, como o já citado movimento alter ou antiglobalização. Mas também emergiram com

força movimentos com demandas seculares como a terra, para produzir (MST) ou para viver seu modo de vida (indígenas). Movimentos identitários, reivindicatórios de direitos culturais que lutam pelas diferenças: étnicas, culturais, religiosas, de nacionalidades etc. Movimentos comunitários de base, amalgamados por ideias e ideologias, foram enfraquecidos pelas novas formas de se fazer política, especialmente pelas novas estratégias dos governos, em todos os níveis da administração. Novos movimentos comunitaristas surgiram – alguns recriando formas tradicionais de relações de autoajuda; outros organizados de cima para baixo, em função de programas e projetos sociais estimulados por políticas sociais (GOHN, 2011, p.344).

Há ainda os movimentos sociais em torno da questão urbana (o Ocupe Porto do Capim pode assim ser considerado), movimentos por moradia, movimentos contra a violência, mobilizações em torno da modernização e da expansão dos espaços públicos, movimentos em torno da questão da saúde, movimentos na área de demandas por direitos humanos e dos animais, fóruns de mobilização da sociedade civil (Ex: Fórum Social Mundial), movimentos nos setores de comunicação (Ex: mobilização pela democratização das mídias no país), movimentos contra políticas neoliberais. Segundo Alonso (2009, p.61), os novos movimentos sociais aparecem assim como um novo ator coletivo, portador de um projeto cultural, que demanda não apenas outro tipo de democracia política ao Estado, mas também democracia social, mudanças nas leis, nos costumes e, principalmente, na cultura. Há um forte horizonte normativo em todos esses movimentos que gira em torno da preocupação com a formulação de novos valores e objetivos. Exemplos principais desses novos atores coletivos estão nos movimentos ambientalistas e feministas. Enquanto protagonistas desses novos movimentos sociais, os movimentos feministas, ao politizar o privado, põem em discussão temas como

a forma de organização horizontal e descentralizada das práticas políticas, a valorização das experiências cotidianas e privadas, a reconceituação do mundo privado e do mundo público, o deslocamento dos lugares e dos tempos da política, a reconceituação do que vem a ser participação e representação (PAOLI, 1990, p.116).

Ciente das diferenciações e implicações destas entre as categorias movimentos sociais e ação coletiva, considero, como Tilly e Melucci, movimentos sociais como formas de ação coletiva que se exercem em campos combinados de oportunidades, constrangimentos e estratégias. No entanto, em concordância com Castells e Honneth, o foco de análise para os movimentos sociais aqui posto reside na centralidade da experiência do desrespeito na vida dos indivíduos. Tendo em vista que a própria noção de ação nas ciências sociais é tão problemática quanto os



motivos ou as intenções que levam os indivíduos a ela, ambos os autores trabalham a ação social enquanto mediadora das interações sociais e das identidades individuais ao discutirem conceitos como desrespeito, indignação, injustiça, redes e semânticas coletivas dentro dos movimentos sociais.

Em termos de teoria da ação coletiva, o que os movimentos feministas apontam é a “especificidade das práticas e identidades das pessoas que, coletivizando-se, expressam sua experiência de mundo como ação e sociabilidade política” (PAOLI, 1990, p.117). Apesar de propor novos temas, oposições e conceituações, no entanto, seja como “movimento feminista”, seja como “movimento de mulheres”, ao refletir sobre a temática da mulher dentro dos movimentos sociais, o que se tem é que a mulher não possui visibilidade. Sobre a diferenciação entre “movimento feminista” e “movimento de mulheres”, Gohn ressalta que

as feministas estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, interferem nas políticas, participam das coordenadorias e das políticas sociais. Elas têm visibilidade, têm voz e dão voz às mulheres, multiplicam os espaços de atuação das mulheres, estão nas ONGs, nas passeatas, nos protestos, etc. Elas levam à frente campanhas e lutas em que as demandas e reivindicações estão centradas nas mulheres propriamente ditas, tais como o câncer de seio e outras doenças que atingem o corpo da mulher, a violência física contra as mulheres, as discriminações no mundo do trabalho – simbólicas e reais, como as salarial, questões sobre o aborto e sexualidade em geral, etc. (...) O “movimento das mulheres” é algo mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras: creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde, etc. São demandas que atingem toda a população e todos os sexos, mas têm sido protagonizadas pelas mulheres (GOHN, 2007, p.41-42).

Apesar de protagonistas nas demandas, segundo Jelin (1987, p.11 apud PAOLI, 1990, p.107), os estudos sobre movimentos sociais praticamente não identificam o gênero de seus participantes nem se questionam sobre o caráter que este imprime à participação, às práticas coletivas e aos sentidos da ação. Tratam da temática como se o movimento fosse assexuado. Neste sentido, ao refletir sobre o gênero em uma teoria da ação coletiva, sobre a perspectiva de gênero dentro dos movimentos urbanos contemporâneos, considero necessário pensar a partir de dois pontos: gênero como categoria relacional e transversal (Scott, 1990; Lauretis, 1994) e a problemática da igualdade e da diferença, ou ainda do reconhecimento ou

redistribuição, nos movimentos sociais (Santos, 1999; Fraser, 2007; Honneth, 2007; Pierucci, 1999).

Enquanto categoria transversal e relacional, trabalhar as relações sociais de gênero como construções de significantes e significados implica que

embora os significados constituintes das diferenças de gênero possam estar funcionando “todo o tempo” eles são atravessados por outros discursos: discursos de outras identidades e discursos cristalizados da repetição, das tradições, dos estereótipos, todos postos em operação em contextos específicos (...) o que a emergência dos movimentos sociais nos faz compreender mais profundamente é que as relações sociais podem estar todas, em sua diversidade, prefiguradas no mundo, mas são indissociáveis da capacidade de estarem significadas nas ações dos sujeitos. E isto quer dizer que as categorias que figuram as relações sociais – gênero, classe, idade, etnicidade, nacionalidade – vêm à tona no fluxo e no movimento da temporalidade, inscrita nos sujeitos e em sua ação. Por isso nenhuma delas é, a priori, mais central que as outras quando se trata da constituição da ação e dos sujeitos (PAOLI, 1990, p.118-119).

No que tange à constituição da ação e dos sujeitos, o gênero se apresenta assim como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças entre os sexos”, mas principalmente “um modo básico de significar as relações de poder”. Por isso a importância de problematizar o reconhecimento (ou sua denegação) do gênero nos movimentos sociais. Em referência às críticas pós-estruturalistas às categorias fundantes, ao trabalhar gênero como categoria transversal e relacional, como aponta Scott (1990, p.4), considero que assim como o termo “mulheres” não existe em si, classe, raça, idade, nacionalidade, também não existem em si e a associação “classe, raça e gênero sugere uma paridade entre os termos que na realidade não existe”, existem, na verdade, através da formulação de discursos que os operacionalizam.

Quanto ao debate igualdade / diferença, Boaventura de Sousa Santos (1999) questiona quando é interessante insistir na igualdade e quando interessa insistir na diferença para os movimentos sociais. Seu já clássico aforisma "as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza" coaduna com a perspectiva de Scott sobre o debate. Para ela, no que concerne aos movimentos feministas,

existem momentos em que faz sentido para as mães pedir consideração por seu papel social, e contextos nos quais a maternidade é irrelevante na conduta das mulheres; mas ao defender que ser mulher é ser mãe encobrimos as diferenças que tornam possível essa eleição. Existem momentos nos quais faz sentido pedir uma reavaliação de *status* do que tem sido socialmente construído como 'trabalho de mulher' (...) e contextos nos quais faz muito mais sentido preparar as mulheres para que ingressem em trabalhos 'não tradicionais' (SCOTT, 1999, p.221).

Enquanto Scott (1999), reivindicando o poder analítico da problemática, envereda pelo requerimento da diferença em favor “das experiências das mulheres” como estratégia política para os movimentos feministas, Pierucci (1999), em contraposição, argumenta que os movimentos sociais de esquerda, ao reivindicarem o direito à diferença, acabam recaindo nas “ciladas da diferença”. Em seus estudos, ele relembra que o recurso ao direito à diferença sempre fora uma característica da direita política, que, historicamente, sempre se negara a aceitar o princípio da igualdade entre as pessoas. O racismo, por exemplo, está centrado no princípio da diferença, na recusa da aceitação étnico-cultural do outro. O problema é que a esquerda, ao reivindicar o direito à diferença, cai numa cilada no sentido que tenta desassociar diferença de desigualdade. Ao mergulhar na lógica diferencialista, acaba-se incorrendo em alguma forma de discriminação. Ao lutar por “igualdade na diferença”, sem atentar para as distinções de valor, a esquerda acaba produzindo uma luta estabelecida mais no discurso do que na realidade, enquanto a direita a exerce de forma concreta. Para ele, a tentativa da desconstrução igualdade/diferença acaba por exigir “um trabalho intelectual muito sofisticado e cheio de sutilezas, que torna difícilimo de ser apreendido pela militância” em face da inconciliável luta pela igualdade junto com a defesa da diferença. (PIERUCCI, 1999, p.49). Para Fraser (2007), esse debate não se sustenta, na medida em que ao lutar por políticas de ações afirmativas, por exemplo, os movimentos sociais acabam por reivindicar o reconhecimento da diferença, mas, o mais importante, exigem do Estado as possibilidades de acesso à igualdade.

Ainda dentro deste debate, Paoli (1990, p.108) interroga se a luta por reconhecer o gênero nos movimentos sociais se configura numa luta comum por um objetivo geral, pela cidadania baseada na igualdade, ou se pelo direito de sustentar a diferença que encena. Segundo Macedo (2002), o contexto urbano articula uma pluralidade de lógicas e contrastes que atingem de forma diferenciada os diversos segmentos sociais, variando com o recorte de classe, racial, de orientação sexual, de orientação religiosa, de gênero, etc. Pensar nesse contexto as múltiplas formas de opressão que aproximam e diferenciam os sujeitos requer,

portanto, uma combinação de arranjos que expliquem sua existência. Em termos de semelhanças e diferenças, tem-se, por exemplo, que homens e mulheres, na luta pela ocupação de determinado espaço urbano, podem partilhar da mesma situação de desposseção de moradia e estarem unidos na mesma causa. No entanto, eles vivenciam de formas distintas em seu cotidiano a luta política devido aos fatores diferenciais daquilo que, dentre outros autores, Lauretis (1994) vai chamar de experiência de gênero. Por experiência de gênero, ela toma como sendo

processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais. Procurei definir experiência mais exatamente como um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior (nas palavras de C.S. Peirce). A constelação ou configuração de efeitos de significados que denomino experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através de seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para as mulheres, de forma capital – as relações sociais de gênero (LAURETIS, 1994, p.228).

No limite, fica evidente que as mulheres, ao se constituírem enquanto sujeitos sociais, estão cotidianamente reelaborando suas ações a partir de suas experiências de gênero. No Brasil, em meio às lutas populares por moradia, as mulheres, diante das rígidas hierarquias de gênero e de classe e das demarcadas desigualdades sociais a que são submetidas, passam a reelaborar tanto a representação quanto a autorrepresentação que possuem sobre gênero.

Neste sentido, a luta da Associação de Mulheres Porto do Capim em Ação se configura em reivindicações de necessidades objetivas (permanecer no Porto do Capim; com uma requalificação urbana da área; com melhorias no abastecimento de água, luz, saneamento básico, segurança, transporte público), mas, em última instância, se apresenta como uma luta por reconhecimento (reconhecimento do seu lugar próprio, da sua cultura, dos seus hábitos e modos de vida). Das falas das mulheres da Associação, emergem as noções de respeito, dignidade e autoestima. Quando no Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável, a Prefeitura propõe que revitalizar o Porto do Capim representa devolver o rio à cidade, enquanto sujeitos de luta, estas mulheres experienciam, de formas distintas a partir de suas experiências de gênero (ser mãe, mulher, pobre, trabalhadora), a denegação do reconhecimento do seu direito à cidade.

Por fim, considero importante enfatizar aqui o que Pinto (1992) ressalta como “questões estratégicas de análise do espaço da mulher no campo político”. Tendo em vista

que a constituição do sujeito-mulher reorganiza, no seu cotidiano, o espaço público e privado, a presença da mulher,

é modificadora das práticas sociais, quer pela presença em si e seu explícito contraste com a presença dos homens, quer por constituir, pelo menos potencialmente, um canal de aproximação com os movimentos feministas. Que a presença da mulher no interior dos movimentos sociais, em geral, transforma a mulher de sujeito privado em sujeito público, tornando-se um importante canal para o aparecimento, nas relações de poder, tanto a nível público como a nível privado, de novas posicionalidades da mulher em relação às desigualdades de gênero. Que a presença da mulher, tanto em sindicatos como em cargos eletivos, tem em princípio a mesma potencialidade de se tornar canal de expressão e de luta pela igualdade nas relações de gênero, acrescida do fato de que, sendo canais institucionalizados, abrem espaços para a luta por implementação de políticas públicas (PINTO, 1992, p.147).

Dessa forma, pensar nas mulheres como protagonistas dos movimentos urbanos contemporâneos, seja em termos de lutas por moradia ou em termos de lutas por reconhecimento, seja em termos de movimento feminista ou movimento de mulheres, seja através de reivindicações igualitaristas ou diferencialistas, requer refletir sobre a ausência da perspectiva de gênero nos estudos sobre esses movimentos, assim como sobre a invisibilidade das mulheres como atrizes centrais desses movimentos sociais, não obstante sua presença majoritária. Acredito que, como salienta Pinto (1992, p.149), destas questões vêm à tona as possibilidades de pensar “a mulher, quando visível, emergindo como novo sujeito político e provocando novas relações de poder; e, quando invisível, apresentando-se como objeto do estudo do silêncio do discurso político”, e, eu acrescento, do discurso científico. São estes direcionamentos e perspectivas que me motivaram a me aproximar destas mulheres em ação no Porto do Capim.

## Capítulo 2 - “Aqui tem gente! – Pare, Olhe e Escute”: rede, reconhecimento e direito à cidade

“O nosso movimento é político, mas não partidário”, esta foi uma das primeiras coisas que li nas redes sociais, por volta de maio de 2013, a respeito da Comissão Porto do Capim em Ação. Na época, lembro que associei de imediato às manifestações que se iniciavam do Movimento Passe Livre pelo país. Sobre as mobilizações que ocorreram no país em junho do mesmo ano, Castells (2013), em seu posfácio, caracteriza-as como movimentos sem líderes, sem partidos nem sindicatos, sem apoio da mídia, que se difundiram pelas redes sociais e levaram a ocupação das ruas em mais de 350 cidades. O Movimento Passe Livre, por exemplo, ao afirmar que “não são os centavos, são nossos direitos”,

como todos os outros movimentos do mundo, ao lado de reivindicações concretas, que logo se ampliaram para a educação, saúde, condições de vida, o fundamental foi – e é – a defesa da dignidade de cada um. Ou seja, o direito fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão (CASTELLS, 2013, p.178)

Neste sentido, das breves aproximações entre o #OcupePortodoCapim e outros #Occupy pelo mundo, o que venho a considerar como primordial é a noção de redes como modelo analítico para o estudo dos movimentos sociais contemporâneos. Assim, tomo como substrato para a caracterização do Ocupe Porto do Capim enquanto um movimento em rede, o conceito de rede em Castells. Objetivando ainda destacar os processos políticos, os vários atores, as lutas por reconhecimento e as distintas significações presentes na questão da revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa, disserto, a partir de conceitos como desrespeito, indignação, redes e semânticas coletivas, sobre as contribuições de Honneth e Castells às teorias dos movimentos sociais, ao focarem na importância das experiências individuais para a mobilização social. Da categoria chave de luta por reconhecimento, considero a luta das mulheres da Associação como uma luta, em última instância, por reconhecimento.

O protagonismo das mulheres na Associação Porto do Capim se faz notório, todavia, porque representa a participação política de sujeitos historicamente excluídos, do debate público, dos movimentos sociais, do lugar de cidadão. Dito isto, neste capítulo, disserto sobre o conceito de direito à cidade e as lutas a ele associados na cidade de João Pessoa, o conceito de rede e a categorização do movimento Porto do Capim em Ação como um movimento em rede e, por fim, a categoria reconhecimento dentro da mobilização da Associação de mulheres.

## 2.1. Do direito à cidade: Pare, Olhe e Escute

“A gente tá não só numa agenda reativa, em ser crítico a um modelo de cidade, mas a gente quer colocar algo no lugar a partir desse novo sentido que é construído por essa dinâmica de ocupação que vem acontecendo em vários lugares do mundo” (Trecho extraído da fala de um dos representantes do grupo Direitos Urbanos do Recife, durante o segundo #OcupaPavilhão, em 2015)

Se há um ponto de convergência entre o que está acontecendo na cidade de João Pessoa e o que está sendo realizado em outras cidades brasileiras, a exemplo de Recife, com o Ocupe Estelita, do Resiste Izidora em Belo Horizonte, do Ocupe Cocó em Fortaleza, do Rio Vermelho em Ação em Salvador, mas também entre o que foi realizado no Genzi Park da Turquia, no 15-M da Espanha, no Occupy Wall Street nos Estados Unidos, são os questionamentos ao modelo atual de desenvolvimento urbano e às mais diversas reivindicações que irrompem no espaço público.

Como movimentos de cidadanias insurgentes<sup>7</sup>, se há um fio condutor entre esses processos, ele reside no fato deles apresentarem proposições de novas agendas políticas urbanas, nas quais as cidades são postas não apenas como palco das disputas, tensões e manifestações, mas também como aquilo que está em jogo, aquilo que está sendo disputado. Em linhas gerais, ao refletir sobre como lugares tão diferentes apresentam problemas tão próximos, poderia ser dito que a causa dessa convergência estaria na expansão do capital como resultado da globalização. No entanto, faz-se necessário compreender as disputas locais em termos de disputas políticas que moldam as cidades contemporâneas.

Pensar a cidade como aquilo que está sendo disputado requer, de acordo com Maricato (2011), considerar o planejamento urbano como um processo político, cujos resultados têm o plano e a legislação urbanística apenas como ponto de partida, principalmente levando-se em

---

<sup>7</sup> Por cidadania insurgente, tomo o sentido de “insurgente” utilizado por James Holston (2013), segundo o qual “a insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta”. Holston atenta para o fato de que o sentido de insurgente não deve ser normativo, visto que não possui valor moral ou político inerente. Segundo ele, cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas. O Nazismo na Alemanha, por exemplo, era um movimento de cidadania insurgente. Por isso, cada caso deve ser analisado nas suas particularidades, sem naturalizá-las ou essencializá-las.

consideração que há atualmente um avançado arcabouço jurídico<sup>8</sup> (a Constituição de 1988, o Estatuto das Cidades de 2001, os Planos Diretores Municipais) que deveria ser base para as políticas públicas urbanas. Disso deriva a ideia de que “reivindicar o direito à cidade equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como as cidades são feitas e refeitas” (Harvey, 2014) e, em última instância, sobre quem decide a política urbana.

Em termos de mobilizações e questionamentos quanto ao modelo de desenvolvimento urbano e às formas de organização da cidade a serem implementados em João Pessoa, destaco o #OcupaPavilhão, o #Mobiliza5deAgosto, o #SOSRioGramame, o #BikevsCars. Em última instância, considero que estes movimentos estão reivindicando participação nos processos decisórios de definição e implantação das políticas urbanas locais.

Realizado em junho de 2014 e fevereiro de 2015, o #OcupaPavilhão<sup>9</sup> concentrou suas discussões na necessidade de preservação do patrimônio histórico da cidade, enfatizando que o patrimônio não só material, mas o humano, as tradições, os valores, as formas de vida tradicionais que, segundo participantes da mobilização, vêm sendo degradados pelos grandes projetos de intervenção funcionais ao processo de “especulação” imobiliária – já em curso avançado e acelerado – em João Pessoa. Nos dois momentos, houve apresentações de artistas locais, realização de bazares, intervenções de rua e mesas redondas.

Em abril de 2015, foi realizado o “Funeral dos Ipês da Beira Rio”. Durante o alargamento da Avenida Beira Rio, a Prefeitura derrubou mais de 30 árvores consideradas tradicionais na cidade (Ipês Amarelos), gerando uma mobilização que consistiu no enterro simbólico das espécies. Com cartazes escritos “Prefeito Lenhador”, “João Pessoa para Todos”, “abaixo o projeto insustentável”, o ato manifestou ainda descontentamentos em relação ao fato do projeto do Complexo Beira Rio não ter sido publicizado, nem ter havido um estudo (ou licença) ambiental divulgado à população.

Ocorrido durante as comemorações de aniversário de 430 anos da cidade, o #Mobiliza5deAgosto reuniu cerca de quinze ONGs, movimentos sociais e cidadãos em geral

---

<sup>8</sup> Vale destacar que, segundo Harvey (2014), foi em um cenário de estranha convergência entre neoliberalização e democratização, que surgiram os artigos 182 e 183 da Constituição, regulamentadores do princípio da função social da cidade e da propriedade urbana.

<sup>9</sup> Construído em 1917, com nome oficial de Praça Venâncio Neiva e destinado à patinação, durante o mandato do presidente João Pessoa, transformou-se em um pavilhão central, para fins de serviço dos chás das cinco, no estilo britânico. A partir daí, passou a chamar-se de Pavilhão do Chá. Localizado no centro da cidade, em seu entorno há o Palácio do Governo do Estado, o Tribunal de Justiça da Paraíba, o Fórum e a Delegacia Regional do Trabalho. Segundo representantes da Prefeitura, o atual projeto de revitalização do Pavilhão do Chá, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan), prevê a instalação no local de uma nova agência do Banco Cidadão, de um núcleo de atendimento do Sistema Nacional de Emprego de João Pessoa (Sine-JP) e da Secretaria Municipal da Receita (Serem).



e promoveu “uma mobilização cidadã”, na qual os manifestantes estenderam na barreira do Cabo Branco<sup>10</sup> uma faixa preta com a inscrição “luto” e plantaram cruzeiros nas areias da praia de Tambaú. Segundo a coordenadora da ação, o objetivo foi de chamar a atenção do setor público, da mídia e da sociedade civil para os problemas e as prioridades da cidade.

Entre os inúmeros coletivos, associações, ONGs e fóruns de discussão, além do movimento Porto do Capim em Ação (com foco no direito à cidade e nas lutas por moradia), há na cidade o grupo João Pessoa Que Queremos (com foco nas reivindicações ao direito à cidade), a Escola Viva Olho do Tempo (com foco na sustentabilidade), o Massa Crítica Parahyba (com foco na mobilidade urbana), a Associação Paraibana Amigos da Natureza – Apan (com foco nas mudanças climáticas). Envolvidos em redes (Castells, 2013), essas mobilizações e os grupos<sup>11</sup> a elas associados tocam nos pontos centrais apresentados pelo Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável: sustentabilidade, mobilidade urbana, mudanças climáticas, segurança, lutas por moradia.

Como pauta unificadora desses diversos movimentos, tem-se o direito à cidade. Quando o Massa Crítica Parahyba exige mais ciclovias na cidade, é ao direito a “uma cidade que possa ser usufruída por todos” a que estão se remetendo, ao direito à cidade. Quando as mulheres do Porto do Capim, sob o lema “Pare, Olhe e Escute”, reivindicam a permanência da comunidade e a requalificação da área onde vivem, o direito à moradia e a melhores condições de vida, é ao direito à cidade a que estão se remetendo. Quando essas mulheres questionam o projeto de revitalização da Prefeitura, estão ainda reivindicando o direito à cidade não apenas no sentido das pessoas terem acesso à qualidade de vida, ao transporte público, a saneamento básico, à educação de qualidade, mas também ao direito de definir a própria cidade, de participar dos processos decisórios das políticas urbanas locais.

Isto posto, concordo com Harvey (2015), no entanto, que todos gostam do direito à cidade. Todo mundo quer ter direito à cidade. As grandes empreiteiras, os ricos, os políticos. O direito à cidade não vem se tornando pauta apenas para os movimentos sociais, para as

---

<sup>10</sup> Localizado no litoral norte da cidade de João Pessoa, o bairro do Cabo Branco vive às voltas com a questão do processo de erosão marinha da falésia do Cabo Branco. O projeto de revitalização da Prefeitura prevê a pavimentação, a drenagem e a contenção do processo de erosão. Segundo os grupos mobilizados, a erosão da falésia se configura como um processo natural e os impactos ambientais e ecológicos serão muito maiores do que os benefícios desse projeto.

<sup>11</sup> Presentes nestas mobilizações, estão a Associação Balaio Nordeste, a Associação de Mulheres do Porto do Capim, a Comissão Porto do Capim em Ação, a Associação Paraibana Amigos da Natureza – Apan, a ONG Porta do Sol, o Centro de Referências em Direitos Humanos – CRDH/UFPB, o Fórum de Artes Visuais, o Fórum de Teatro, o Grupo Amigos da Barreira, o Instituto Soma Brasil, o Movimento Cultura é Prioridade, o Movimento João Pessoa Que Queremos, o Movimento Massa Crítica Parahyba, o Movimento UrbaniCidade, o Movimento SOS Patrimônio Histórico, a Fundação Casa de Cultura Cia. da Terra, o Museu do Patrimônio Vivo, a Escola Viva Olho do Tempo.

mobilizações urbanas locais. Direito à cidade virou um daqueles conceitos com os quais todos são a favor, assim como democracia, boa vida, sustentabilidade, conceitos que se tornaram, segundo Souza (2010), espécies de “expressão guarda-chuva”, utilizados de forma trivial e até banal para definir quase tudo, acabam por carecer muitas vezes de rigor teórico e analítico, visto que a elasticidade de um conceito é inversamente proporcional à sua capacidade explicativa.<sup>12</sup>

Dessa forma, entendendo este como um significante vazio, uma categoria transbordante de significados, ou ainda, entendendo a cidade como um teatro de uma guerra de relatos (Certeau, 1997), dentre as questões que devem estar presentes quando se advoga o direito à cidade, é preciso atentar para a questão: direito para quem? Quais os sentidos desta luta? Apesar dos avanços nos discursos e nas reivindicações referentes ao direito à cidade, em termos de enfrentamentos da problemática urbana das cidades contemporâneas, entretanto, estes vêm se mostrando incipientes.

## **2.2. Castells e o conceito de rede: da experiência do desrespeito à indignação coletiva**

Tanto para Honneth quanto para Castells, a importância da experiência dos indivíduos faz-se central na discussão sobre movimentos sociais, bem como a dimensão do conflito enquanto fonte da mudança social. Em ambos, há a perspectiva de que os movimentos sociais se constituem de causas estruturais e motivos individuais e que suas raízes estão “na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça” (Castells, 2013, p.18) ou, ainda, nas concepções de boa vida, impedida de se realizar pela dominação social dentro do sistema capitalista.

Focando nas manifestações ocorridas nos últimos anos em todo o mundo, Castells se utiliza da noção de redes como modelo analítico para o estudo dos movimentos sociais. Para ele, redes se configuram enquanto redes sociais, redes de relações, redes de indignação, redes de solidariedade, redes de redes de movimentos. Sobre o conceito de rede, Scherer-Warren (2006), ressalta que a “ideia de rede de movimento social é um conceito de referência que

---

<sup>12</sup> Sobre o conceito de direito à cidade, especificamente, cunhado pelo francês Henri Lefebvre por volta do final da década de 1960, este vem sendo amplamente utilizado na literatura nacional e internacional nos últimos anos. Dentre os autores que se lançaram ao debate sobre ele, têm-se Mitchell (2003), Fernandes (2007), Harvey (2005), Souza (2010), Marcuse (2010), Vainer (2000), Rolnik (2006), Maricato (2001). No Brasil, foram realizados inúmeros debates acerca do tema no último ano. Dentre eles, os seminários Direito à Cidade, Teoria e Prática, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), A Cidade do Capital e o Direito à Cidade, realizado pelo Instituto Pólis, e o Seminário Internacional Cidades Rebeldes, realizado pela Editora Boitempo.

busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos”.

Neste sentido, Castells propõe abarcar em seus estudos os diferentes níveis de experiências das pessoas e das organizações coletivas. Para ele, as redes seriam estruturas abertas que, em princípio, se pretendem sem lideranças e hierarquias, primando pela horizontalidade. Sobre a estrutura desses movimentos sociais contemporâneos,

são conectados em rede de múltiplas formas. O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais online e off-line, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral (CASTELLS, 2013, p.160).

Deste modo, as redes possibilitariam a formação e a expansão ilimitadas de compartilhamentos de códigos de comunicação e informação. Para que haja um movimento em rede, faz-se necessária a “existência de um processo de comunicação que propague os eventos e as emoções a ele associadas” (Castells, 2013, p.19). Os “nós” de compartilhamentos de comunicação e informação em Castells, de certo modo, se coadunam com a formação de semânticas coletivas nas lutas por reconhecimento em Honneth.

Vale ressaltar que, em ambos os autores, a perspectiva de compartilhamento de experiências pode ser remetida ao conceito de solidariedade em Melucci, segundo o qual seria a “capacidade dos atores em reconhecer os outros e serem reconhecidos como partes integrantes da mesma unidade social” (Melucci, 1996, p.23). O que podemos inferir desses conceitos é que os movimentos sociais são constituídos pelo compartilhamento de experiências, que, através de redes de comunicação e informação, constroem sentidos concebidos intersubjetivamente, solidariedades e identidades.

Neste sentido, Castells ressalva que, metodologicamente, orientar a experiência das pessoas em categorias analíticas de estruturas sociais é útil, mas que, em última instância, são os indivíduos que fazem com que os movimentos sociais surjam e transformem as instituições. As práticas sociais que geram mudanças culturais surgem, antes de tudo, no corpo e na mente dos indivíduos. A pergunta “quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas?”, Castells, utilizando-se da teoria da inteligência afetiva, responde que, no plano individual, os movimentos sociais são

emocionais. Segundo ele, “a insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política (...) o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação” (Castells, 2013, p.18).

Ao considerar em seus estudos sentimentos como humilhação, medo, indignação, raiva, entusiasmo e esperança, Castells coloca que um movimento social ocorre quando a ativação emocional dos indivíduos conecta-se a de outros indivíduos. Como exemplo recente, tem-se a Primavera Árabe, cuja centelha

veio de eventos específicos em cada país: autoimolações e martírios simbólicos como forma de protesto; imagens de tortura e espancamento, pela polícia, de manifestantes pacíficos; assassinatos de defensores dos direitos humanos e de blogueiros populares (CASTELLS, 2013, p.75)

A contradição exposta entre os movimentos, em princípio, não violentos e as ações repressoras dos Estados levou ao que Castells considera como uma explosiva combinação de emoções: esperança junto com indignação. Nos levantes árabes, estes sentimentos, somados com a circulação de informações nas redes digitais e a ocupação do espaço urbano, demonstraram a força dos movimentos sociais frente aos violentos ataques das instituições políticas. Seja na Tunísia, na Islândia, no Egito, nos Indignados da Espanha, no Occupy Wall Street, dos Estados Unidos ou nas Manifestações de Junho no Brasil, todos estes são exemplos de que

movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do mundo (CASTELLS, 2013, p.159).

Em “Redes de Indignação e Esperança”, Castells questiona se as mobilizações e os movimentos sociais, como a Primavera Árabe, são o padrão emergente dos nossos tempos. Em resposta, ele elenca alguns pontos comuns aos movimentos em rede ora analisados: 1) são conectados em redes de múltiplas formas; 2) são simultaneamente locais e globais; 3) seguindo a lógica das redes de internet, são virais e possuem uma estrutura que favorece a horizontalidade; 4) são movimentos profundamente autorreflexivos; 5) raramente são programáticos, mas são muito políticos em seu sentido mais fundamental; 6) são movimentos

voltados para a mudança dos valores da sociedade. Para ele, em cada dimensão da experiência humana, estamos em rede.

Como Castells, Honneth também lida com conceitos como vergonha, humilhação, indignação. Para ele, são esses sentimentos, deflagrados pela experiência do desrespeito, os impulsos motivacionais de uma luta por reconhecimento dentro dos movimentos sociais. Se os movimentos sociais, no plano individual, são emocionais, isso se deve simplesmente porque

os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus tratos físicos, pela privação de direitos e pela degradação (...) pois toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política (HONNETH, 2003, p.224).

Dessa forma, o que se observa nas análises de Honneth e de Castells é o enfoque na dimensão individual, na ação social moldada pelas experiências corporais e afetivas. Diferentemente das teorias utilitaristas, ambos contribuem deveras para a discussão dos movimentos sociais contemporâneos ao demonstrarem a importância das experiências individuais para a mobilização social dentro de uma sociedade injusta e não democrática. Para Honneth, ao tomar os conflitos como interesses e estratégias “permanece sempre uma questão empírica saber até que ponto um conflito social segue a lógica da persecução de interesses ou a lógica da formação da reação moral” (Honneth, 2003, p.71). Em ambos os autores, há a preocupação de entender como indivíduos ou grupos transformam situações específicas em uma agenda comum.

### **2.3. Porto do Capim em Ação – um movimento em rede**

O primeiro #OcupePortodoCapim, realizado em 2013, e o segundo #OcupePortodoCapim, realizado em 2015, consistiram em eventos organizados pela Comissão Porto do Capim em Ação, em parceria com o movimento Varadouro Cultural, a Fundação Casa de Cultura Cia. da Terra, o projeto de Extensão da UFPB Subindo a Ladeira, o Museu do Patrimônio Vivo, dentre outros agentes culturais.

Houve divulgação intensa nas redes sociais para incentivar as pessoas a atravessarem a linha férrea que divide a comunidade do resto da cidade e atentar para a sua condição de

invisibilidade perante a sociedade pessoense, bem como a importância de sua luta. Sobre a condição de invisibilidade social a que está sujeita a comunidade,

a cidade não vê a comunidade Porto do Capim. Parece que quando o ônibus faz a curva em direção à integração ou à ferrovia, só vê o trilho do trem, mas por trás daquele trilho, tem uma vida fértil, criativa e importante pra cidade, que a cidade precisa conhecer. (Fala de Ana<sup>13</sup>, membro da Associação de Mulheres Porto do Capim em Ação, realizada em junho de 2015)

Houve ainda apresentações de artistas locais, bazar comunitário, intervenções nas ruas e um Pós TV (transmissão online dos debates realizados entre representantes convidados da Prefeitura, do IPHAN e dos moradores). Sob o lema “Pare, Olhe e Escute – Aqui tem gente!”, a mobilização, em ambos os momentos, questionava os conceitos de requalificação basilares do projeto de revitalização da Prefeitura. Para a comunidade, não era preciso existir revitalização onde já existem vidas. Para Ana, membro da Associação de Mulheres, o #OcupePortoDoCapim, representou “um dia de síntese de toda uma vida do Porto do Capim. Foi uma vida, e de lá pra cá nunca mais parou”.

O que pude perceber a partir daquele momento foi a comunidade reivindicando seu lugar próprio, suas relações, sua cultura, seus hábitos e modos de vida. Conforme argumenta Scocuglia (2004), para além do espaço histórico, há na comunidade um “lugar” para onde convergem vivências, trocas e práticas de diferentes grupos sociais. Essas tentativas de construção e consolidação de identidades dentro da comunidade Porto do Capim aparecem assim enquanto mecanismos de transformação de espaços em lugares, ou seja, estariam inseridas naquilo que Certeau (1994) considera como táticas e estratégias<sup>14</sup> de redefinições e contra-usos dos espaços urbanos.

Formada desde 2011, a Comissão Porto do Capim em Ação passou a se reunir semanalmente para discutir as formas de lidar com o poder público quanto ao projeto de retirada das famílias do Porto do Capim, tratando ainda de problemas mais imediatos da comunidade (água, luz, saneamento básico, segurança, transporte público, escolas, etc.) e das

<sup>13</sup> Sobre a participação dos colaboradores da pesquisa, optei por utilizar nomes fictícios, tendo em vista que as falas das mulheres ora expostas são bem demarcadas e significativas no sentido do que aqui proponho, que seja, retratar as trajetórias de vida dessas mulheres que estão à frente da mobilização.

<sup>14</sup> Estratégia seria o “cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isoláveis de um ambiente”. Tática seria “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível (...) o ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho” (CERTEAU, 1994, p.46-47).

condições para solucioná-los. Em entrevista com as mulheres da Associação, elas me informaram que a Comissão

surgiu de acordo com a angústia das crianças, com a preocupação das crianças que iam estudar nesse colégio, nesse grupo do Porto do Capim. Essas crianças começaram a estudar e demonstravam sua angústia pra Cira, que era a professora do Subindo a Ladeira. Surgiu a preocupação dela entender o que tava angustiando aquelas crianças. E as crianças quando falaram pra Cira, foi quando que ela começou a procurar as mães e se informar direitinho o que tava acontecendo, pra nos ajudar. E foi muito bem vinda essa ajuda. Devido a isso começamos a entender mais, um pouco melhor, buscar os nossos direitos, nos informar, com essa primeira reunião que começou tudo (Fala de Ariana, membro da Associação, realizada em janeiro de 2016).

Dessa preocupação inicial da professora de história, houve uma primeira reunião com os moradores. Segundo as próprias mulheres, nessa mesma reunião, foram discutidos os medos e anseios da comunidade perante a possibilidade de retirada do Porto do Capim e foram escolhidos representantes de cada área: da Vila Nassau (conhecido também por Galpão), da Praça XV de Novembro e do Porto do Capim, na época, o Curtume ainda não tinha sido ocupado.

Compõem atualmente a Comissão Porto do Capim em Ação, o “Abraço o Porto do Capim” – Programa de Extensão da UFPB, o projeto de extensão, também da UFPB, “Subindo a Ladeira”, o movimento Varadouro Cultural, o movimento João Pessoa Que Queremos, o movimento Amigos da Natureza, o movimento SOS Patrimônio Histórico, o Museu do Patrimônio Vivo, o CRDH/UFPB e a ONG Porta do Sol, localizada na própria comunidade. Em divulgação nas redes sociais, A Comissão Porto do Capim em Ação afirma que

pretende chegar a um consenso, e a um projeto que leve em consideração a vida dos moradores da área, a preservação ambiental e do patrimônio histórico. Reconhecemos que é preciso atender aos interesses da cidade, no entanto, sem deixar de lembrar que somos parte dela. As pessoas que vivem no Porto do Capim criaram laços de convivência entre as suas famílias e a interação com o Rio Sanhauá. O que os moradores desejam é viver em situação digna, com suas moradias em melhores condições, com saneamento básico, saúde, educação e o direito de escolha. A Comunidade Porto do Capim quer ser vista e ouvida pela cidade! (Trecho publicado em fevereiro de 2013, na página Porto do Capim em Ação).

Investindo no slogan “Aqui tem gente! Pare, olhe e escute”, a Comissão a todo o momento foca sua luta na reivindicação de que, na comunidade, existem histórias de vida que precisam ser respeitadas. O que se percebe então é todo um processo de articulação política entre os demais movimentos populares na cidade e seus diversos atores envolvidos (gestores públicos, ativistas, moradores, acadêmicos, advogados). Com o crescimento da mobilização em/nas redes (sociais, de relações, de indignação, de solidariedade, de movimentos), em 2013, à Comissão foi agregada a Associação de Mulheres do Porto do Capim.

#### **2.4. Honneth e as lutas por reconhecimento: da experiência do desrespeito à construção de semânticas coletivas**

Juntamente com Nancy Fraser e Charles Taylor, Axel Honneth pode ser considerado como um dos autores que mais contribuíram para a renovação da Teoria Crítica. Em que sentido esta afirmação pode ser feita? No sentido de que Honneth se propõe a resolver o déficit sociológico que, segundo ele, persiste tanto na primeira geração da Teoria Crítica quanto em Habermas. Esse déficit sociológico consistiria na tomada da ação social enquanto mediadora das interações sociais e das identidades individuais. Para ele, a interação social estaria estruturada nos conflitos sociais e o reconhecimento seria basilar na gramática moral desses conflitos, na medida em que o que estaria por trás de todo conflito social seria a luta por reconhecimento e toda luta por reconhecimento se iniciaria na experiência do desrespeito. Para demonstrar como se dá esta relação entre desrespeito, luta por reconhecimento e mudanças sociais, Honneth retoma a intuição original de Hegel. Na verdade, segundo Mattos (2006, p.88), sua grande contribuição seria demonstrar empiricamente como ocorre o processo de reconhecimento entre os sujeitos, o que Hegel só demonstrou no plano metafísico.

Contrapondo-se a Hobbes e a Maquiavel, Hegel aponta que há conflito até no entendimento. Longe de encerrar as disputas de todos contra todos, o contrato social inicia uma interminável luta por reconhecimento. Da relação entre indivíduo e sociedade, Hegel aponta que a autonomia individual só se exerce pelo reconhecimento mútuo. No “Ensaio Senhorio e Escravo”, do livro *Fenomenologia do Espírito*, Hegel aponta como o senhor de escravos só se reconhece enquanto tal porque assim se vê reconhecido pelo escravo e vice versa. Metafisicamente, ele demonstra que o reconhecimento, enquanto conceito filosófico, passa por três esferas de relações: o amor, o direito e a solidariedade.



A autorrealização do indivíduo passaria necessariamente por essas três esferas de reconhecimento. O reconhecimento na esfera amorosa lograria ao indivíduo autoconfiança. Para Honneth (2007, p.86), a atitude positiva em relação a si próprio que surge desse reconhecimento afetivo se refere à camada fundamental de autoconfiança emocional e corporal na expressão das necessidades e sentimentos do indivíduo, que forma as pré-condições psicológicas para o desenvolvimento de todos os outros aspectos do autorrespeito. O reconhecimento na esfera jurídica lograria ao indivíduo o autorrespeito. De forma elementar, segundo Honneth, a atitude positiva que os sujeitos podem tomar em relação a si mesmos faz com que eles se tornem capazes de compartilhar, na comunidade, os atributos de um ator moralmente competente. O reconhecimento na esfera da solidariedade lograria ao indivíduo autoestima. O aspecto singular desse relacionamento ético de reconhecimento contém em si mesmo um escopo crescente para a autorrealização, na medida em que o “relacionamento de reconhecimento associado à solidariedade incorpora o princípio da diferença igualitária”<sup>15</sup>. Em termos de autorrealização prática do indivíduo, a autoconfiança estaria no “saber-se amado”, o autorrespeito estaria no “saber-se respeitado em seus direitos” e a autoestima estaria no “saber-se valorizado em sua comunidade”.

A dimensão emancipatória se situaria nessas três esferas do reconhecimento. No entanto, às três formas de reconhecimento associam-se três tipos de desrespeito. O desrespeito no amor se dá a partir de maus tratos e violação, no direito, a partir da privação de direitos e exclusão social e na solidariedade, a partir de degradações e ofensas. Para Honneth (2007, p.85), “consideradas juntas, as esferas do reconhecimento então estabelecidas formam a rede de pressuposições normativas que têm de sustentar as sociedades liberais modernas”.

A partir da concepção normativa de eticidade de Hegel, Honneth utiliza-se da psicologia social de Mead e Winnicott para demonstrar empiricamente como as esferas do reconhecimento e as formas de desrespeito se relacionam diante da formação do indivíduo e das interações sociais. Em termos de concepção normativa de eticidade, Honneth afirma que

um conceito formal de ética contém as condições qualitativas para a autorrealização e elas diferem da pluralidade de todas as formas específicas de vida à proporção que elas constituem as pré-condições gerais para a integridade pessoal dos sujeitos. Como essas mesmas condições estão abertas à possibilidade de progresso normativo, esse conceito formal não pode ser separado da mudança histórica, mas

---

<sup>15</sup> Sobre o debate igualdade/diferença dentro dos movimentos sociais, ver Souza (1999), Pierucci (1999), Fraser (2007), já discutidos no Capítulo 1.

está, sim, ligado à situação específica do seu próprio período de origem (HONNETH, 2007, p.89).

Assim sendo, a teoria do reconhecimento de Honneth empreende assim um forte teor normativo e crítico quanto à explicação da gramática dos conflitos e das mudanças sociais, cujo objetivo é fornecer “um padrão para identificar patologias sociais”. Como parte integrante da Teoria Crítica, Honneth se mantém preocupado em resolver o problema das patologias da modernidade. Em sua teoria, persiste o teor normativo, o resgate ao dever ser e a centralidade da experiência na moralidade. O conflito aparece como condição necessária à evolução da sociedade, na medida em que a experiência do desrespeito fornece a mola propulsora para a luta por reconhecimento. É através da experiência do desrespeito que o indivíduo percebe que a realização de uma vida boa encontra-se bloqueada por outros indivíduos. Por luta por reconhecimento, Honneth entende como sendo

O processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2003, p.257)

Nesse sentido, Honneth se apresenta como um dos teóricos contemporâneos que mais vêm contribuindo com as discussões sobre movimentos sociais, visto que, ao articular experiências de desrespeito e lutas por reconhecimento, tem-se em sua teoria uma ponte entre experiências individuais e particulares e ações coletivas. Para ele, mais do que interesses e recursos, estratégias e frames interpretativos, os movimentos sociais se dão a partir da percepção dos prejuízos morais e da denegação do reconhecimento a que um grupo de indivíduos está submetido. Ao compartilharem experiências de desrespeito, indivíduos isolados são capazes de formarem um “nós” e um vocabulário comum (semânticas coletivas), empreendendo movimentos e lutas por reconhecimento.

A partir da teoria do reconhecimento, Honneth considera que o sofrimento moral, ativado pela experiência do desrespeito, se configura como sendo uma das principais motivações dos movimentos sociais. Neste aspecto reside sua principal crítica às teorias dos movimentos sociais. Para ele, as teorias da mobilização de recursos, da mobilização política e dos frames coletivos focam suas explicações nas crises macrossociais, mas não conseguem responder como essas crises geram insatisfações individuais, tendo em vista que são estas

únicas capazes de impulsionar os movimentos. As teorias utilitaristas dos movimentos sociais não conseguem explicar satisfatoriamente a passagem da indignação individual à ação coletiva. Para Honneth, essa passagem se dá necessariamente da experiência do desrespeito, causada pela denegação do reconhecimento intersubjetivo, para a construção de semânticas coletivas. Segundo Garcêz,

a contribuição de Honneth às teorias dos movimentos sociais seria considerar os sentimentos morais de injustiça como molas propulsoras das lutas sociais – o porquê do surgimento dos movimentos sociais. A percepção das experiências de sofrimento são aquelas capazes de motivar os sujeitos a se engajarem em lutas coletivas que buscam ampliar as relações de reconhecimento. O sofrimento levaria os sujeitos a uma indignação moral a partir da qual se articulariam a outros que vivenciam as mesmas experiências (GARCÊZ, 2014, p.14)

Assim sendo, a ponte entre a indignação moral (os sentimentos individuais) e a ação coletiva se daria a partir da construção de semânticas coletivas. O compartilhamento das experiências de desrespeito levaria à constituição dessa semântica coletiva capaz de formar um “horizonte subcultural de interpretação dentro do qual as experiências de desrespeito, até então desagregadas e privadamente elaboradas, podem tornar-se os motivos morais de uma luta coletiva por reconhecimento” (Honneth, 2003, p.259). Ao participarem do movimento Porto do Capim em Ação e da Associação de Mulheres, as mulheres em ação do Porto do Capim, por várias vias e esferas de interação, acabaram adquirindo a percepção de que são desrespeitadas pela denegação do reconhecimento de seus direitos.

Vale destacar, no entanto, que a teoria do reconhecimento de Honneth não se configura por si como sendo uma teoria dos movimentos sociais. Para Honneth, as lutas por reconhecimento ultrapassam os movimentos sociais. Estes são apenas uma parte das lutas por reconhecimento, na medida em que

não é todo conflito e nem toda luta que podem ser considerados movimentos sociais e não é todo sofrimento que gera luta. Ainda que central para as lutas por reconhecimento, o conflito não ganha necessariamente a conotação de uma ação coletiva estruturada, mas de uma relação intersubjetiva conflituosa com potencial normativo. Ele pode assumir diferentes formas, que vão desde a ação cotidiana de resistência individual e as conversações informais até as formas mais organizadas (GARCÊZ, 2014:5).

Grosso modo, a perspectiva de Honneth acerca dos movimentos sociais se estrutura em: 1) são lutas com um fundo moral e com uma perspectiva normativa, buscam alterar valores e normas que representam a dominação social; 2) traduzem as experiências de desrespeito sofridas pelos indivíduos a partir do não reconhecimento intersubjetivo; 3) a partir do compartilhamento de sentimentos, os indivíduos percebem que estas são experiências sofridas pelo grupo social; 4) este compartilhamento gera semânticas coletivas capazes de formar identidades e ações de resistência; 5) os indivíduos lutam por autorrespeito e estima social. Em suma, para Honneth, é na tríade conflito, lutas por reconhecimento e mudança social que se encontra a evolução moral da sociedade e sua gramática.

Em suma, na teoria do reconhecimento, o conflito envolve uma dimensão individual inabarcável dentro dos movimentos sociais. A autorrealização do indivíduo dentro das três esferas do reconhecimento perpassa, mas ultrapassa as lutas dos movimentos sociais. É esta a perspectiva adotada quando me volto para as trajetórias individuais, trajetórias de vida destas mulheres que fazem parte da Associação.

## **2.5. Associação de Mulheres do Porto do Capim – em busca de reconhecimento**

Durante o trabalho de campo, me foi possível perceber que a luta da Associação de Mulheres Porto do Capim em Ação se configura, em última instância, como uma luta por reconhecimento: reconhecimento do seu lugar próprio, da sua cultura, dos seus hábitos e modos de vida. Das falas das mulheres da Associação, emergem as noções de respeito, dignidade e autoestima. A fala elencada abaixo é emblemática, neste sentido,

Então eu sou moradora do Porto do Capim, sou pescadora por opção, meu marido também é por opção, meu filho tem oito anos de idade, irá fazer agora dia 3 de julho, e ele também é pescador porque eu passo a minha cultura, como veio do meu avô que ensinou a minha mãe, como veio da minha mãe para mim, como veio de mim para o meu irmão e assim sucessivamente. Nós moramos naquela comunidade num é porque somos, com licença da palavra, miseráveis não, nem porque não temos aonde ir, é porque amamos o Porto do Capim, amamos aquela maré, a maré para nós é muito importante, não é só no caso de, vocês podem até dizer assim, "tá se amostrando, porque tão querendo se amostrar ao turista", não, de maneira alguma, porque antes mesmo dos turistas conhecerem a maré, antes mesmo de Luciano Cartaxo, antes mesmo do outro que agora é governador, conhecer a maré, nós já conhecíamos e gostávamos da maré. Foi por isso que por iniciativa dos próprios moradores deixamos de jogar lixo na maré, por respeito à maré. Nós merecemos é

um saneamento, é que nossas casas sejam reformadas, nós merecemos é que os moradores que estão em risco sejam realocados próximo à comunidade, nós merecemos uma pavimentação digna da nossa comunidade. Merecemos, sim, que o turista venha a nós, que nós mostramos a nossa beleza, a beleza da nossa comunidade. Essa beleza não tem que ser mostrada por pessoas da Prefeitura, nem por aí de alto gabarito não. Tem que ser mostrada por nós, moradores, com nossas palavras simples, com a nossa maneira de pescar, com a nossa maneira de agir, mas é digna e honrada (Fala de Nívea, membro da Associação, realizada em junho de 2015).

Entender a luta dessas mulheres pela moradia, pela permanência da comunidade no Porto do Capim, como a participação na Associação de Mulheres resulta em um empoderamento delas nos espaços públicos, como essas mulheres se tornam referência política da e para a comunidade, o que as leva a perder horas do seu dia, muitas vezes abdicando de atividades domésticas, por exemplo, para estarem em reuniões, como a iminente possibilidade de remoção da comunidade se configura numa experiência de desrespeito que leva à luta por reconhecimento, reitero, passa pelas experiências das próprias mulheres. Novamente, a fala da moradora faz-se emblemática nesses aspectos,

hoje em particular eu sou admiradora de Ana (presidente da Associação), porque ela foi a primeira pessoa na comunidade a tomar essa luta pra ela. Antes vinham dizendo "vai sair, vai sair", e quando a gente dizia às pessoas da prefeitura, não era nem através dos grandões, quando a gente perguntava: "o que é que a gente pode fazer pela nossa permanência aqui no Porto do Capim?" "ah, não pode fazer nada, porque eles são grandões, tem que aceitar, acabou a história, porque vocês chegaram aqui, vocês aterraram o mangue, vocês agrediram o mangue, vocês poluíram o mangue". E a conversa só era essa, só colocavam isso na nossa cabeça e a gente tinha que aceitar. Então Ana tomou esse grito e disse que não era dessa maneira. E foi através dela que aprendi a gritar, através das minhas palavras, vocês me perdoem, que não são palavras, acredito eu, de alto gabarito, mas é a maneira que eu sei falar (Fala de Nívea, membro da Associação, realizada em junho de 2015).

De mulheres que se tornam referência da e para a comunidade, ao lutarem por dignidade, autorrespeito e autoestima, é isto que tenho em vista quando problematizado o gênero nos movimentos sociais urbanos, o conceito de redes nos movimentos sociais, as lutas por reconhecimento. Em suma, tenho em mente mulheres que vêm experienciando, há mais de 20 anos, a denegação do reconhecimento do seu direito à cidade, pois, quando no Plano de Ação

João Pessoa Cidade Sustentável, a Prefeitura propõe que revitalizar o Porto do Capim representa devolver o rio à cidade, é o direito à cidade que a estas mulheres e à comunidade da qual fazem parte está sendo negado. Para a moradora Ana, além de não ter havido nenhuma participação da comunidade na elaboração do projeto, o problema é que

esse projeto ameaça os moradores desde 97, e até antes quando se tinha as ideias, quando começava o burburinho que esse projeto ia surgir. Então em 97 eu tinha sete anos. Hoje eu tô aqui representando a Associação de Mulheres e seus moradores. Estou aqui representando a minha família. A minha família está na comunidade há cinco gerações e vive nesse processo de “esse projeto de, não, vai retirar”, “não, não, vai ser agora” (Fala de Ana, membro da Associação de Mulheres, realizada em 2015).

A teoria do reconhecimento, particularmente a contribuição de Honneth às teorias dos movimentos sociais, oferece assim ferramentas para entender não só a luta das mulheres do Porto do Capim, mas também as lutas que vêm ocorrendo nas grandes cidades, nas comunidades que vivem às voltas com processos de gentrificação e invisibilidade social.

A pesquisa de campo me mostrou que, sim, “as experiências de desrespeito, até então desagregadas e privadamente elaboradas, podem tornar-se os motivos morais de uma luta por reconhecimento” (HONNETH, 2003, p.259). No caso das mulheres da Associação, o pertencimento a esta, parece ter ocasionado mudanças positivas em sua autoconfiança, sua autoestima e seu autorrespeito. Afetadas pela denegação do reconhecimento ao direito à cidade, estas mulheres, juntas, acabaram se constituindo como sujeitos de luta.

Depois que começou essa Associação, abriu mais a nossa mente. Apesar de estudo e tudo, mas a gente não tinha o entendimento dos nossos direitos, do que a gente poderia fazer, que a gente poderia lutar, de como a gente poderia lutar. Aí abriu essa porta através da PROEXT, do pessoal da universidade, um pessoal mais estudado com a mente mais aberta. Explicando pra gente, trazendo os direitos humanos, advogado, como a gente poderia lutar. Foi ótimo isso pra gente e pra gente poder passar pras pessoas. Porque às vezes você não entende, acha que o órgão público como a prefeitura pode chegar e fazer o que quer. Porque hoje eu entendo que eles são nossos funcionários. A gente colocou eles lá, os vereadores, os senadores. Nem isso eu entendia, que trabalhava e pagava os impostos. Eles tão lá, a gente colocou eles lá, na câmara, pelo voto, pra eles lutarem em melhorias da comunidade. Então tudo que a gente tem, é obrigação deles e um direito nosso. E têm pessoas que infelizmente ainda não entendem isso. Acham que eles tão fazendo um favor tirando a gente daqui, se eles quiserem tirar a gente daqui, a gente tem que ficar de boca

fechada. Não, é um direito ter moradia. É um direito, e tem os direitos humanos pra defender nós que somos humanos. E muita gente acha que "não, se eles quiserem tirar...". Infelizmente que ainda têm pessoas assim. Graças a deus, é a minoria. Bem frisado que é a minoria. Agora por que existem essas pessoas? Por que não se interessaram, se esclarecer igual a gente, né. A gente entendia algumas coisas. Mas não entendia que a comunidade junta tem força (Fala de Ariana, membro da Associação, realizada em janeiro de 2016).

Isto posto, dois pontos precisam ser ressaltados. Primeiro, estas são mulheres que antes da participação na Associação não possuíam o conhecimento dos “direitos a que têm direitos”. Das entrevistas, depreende-se que é a partir de tal participação, imbricada em uma complexa relação entre o público e o privado, o particular e o geral, a casa e a rua, que as mulheres puderam tomar conhecimento da existência dos seus direitos e passaram de uma identidade inicialmente negativa, em função da percepção de que são desrespeitadas enquanto cidadãs, de que o direito constitucional à moradia estava lhe sendo negado, para uma identidade positiva, de sujeitos de luta pela permanência da comunidade, pelo direito à cidade, pelo direito à moradia.

Segundo, a importância da Associação atuar juntamente com a Comissão Porto do Capim em Ação, de possuir uma rede de colaboradores que as auxiliam em várias de suas ações. Como exemplo disto, tem-se a Rádio Web Porto do Capim, na qual as mulheres possuem um programa onde produzem e divulgam notícias sobre as ações da Associação para a comunidade e a sociedade pessoense em geral. Rádio esta fruto de pesquisas na área de Comunicação Social da UFPB. Vale destacar ainda as oficinas de formação em direitos humanos e direitos das comunidades tradicionais e ribeirinhas, ofertadas por advogados do CRDH/UFPB, justamente para que as mulheres da Associação, ao entender dos seus direitos, pudessem se munir de vocabulário adequado, de ferramentas legais na representação da comunidade. As diversas parcerias do movimento Porto do Capim em Ação reverberam nos discursos, afinados, das mulheres da Associação. Como exemplo disto, a fala a seguir:

já foi dito algumas vezes que a comunidade estava lá desmatando, degradando o rio. Enfim, hoje o mangue que existe por trás das nossas casas foi sendo restaurado, veio sendo existente conforme os moradores foram morar, vieram ocupar aquele espaço. Quando se tinha a previsão pra instalar o antigo porto, que não aconteceu, tudo ali foi desmatado, só era terra, a gente só via terra, então o mangue que existe por trás das nossas casas, hoje existe porque os moradores existe e resiste naquela área. A cultura? A Associação de mulheres, juntamente com os moradores e a Comissão

Porto do Capim em Ação, formou um calendário cultural com o intuito de fortalecer as atividades que já existiam, que foi o carnaval tradição. A gente sempre reforça essa história: resgatar por quê? Porque já é uma tradicionalidade da comunidade. A gente não queria inventar nada, e sim fortalecer, valorizar e fomentar a cultura já existente na comunidade. Então montamos quatro datas comemorativas: o carnaval, o são joão que tem o arraiaá do porto, o 5 de agosto que na verdade não acontece só no dia 5, acontece no decorrer do mês de agosto, que é em comemoração ao aniversário da cidade, foi o mês que a cidade surgiu e surgiu naquele espaço. E hoje a gente percebe que se têm memórias vivas na comunidade, de toda a história que aconteceu antigamente. O 5 de agosto é pra isso, é pra mostrar a história da comunidade na comemoração. E temos a tradicional Procissão de Nossa Senhora da Conceição, que acontece há mais de cinquenta anos (Fala de Ana, membro da Associação, realizada em 2015).

Das entrevistas realizadas, nas falas das mulheres estão acentuados termos como direto, tradição, reforço à tradição, preservação do patrimônio, preservação do meio ambiente, identidade. São termos que foram incorporados, dentro de um horizonte interpretativo, na formação de semânticas coletivas, de um movimento em rede, são termos que foram e vêm sendo inscritos nas/pelas mulheres em suas trajetórias dentro do próprio movimento Porto do Capim em Ação.



### **Capítulo 3 – Percurso metodológico: entre histórias de vida, disposições e entrevistas**

Do meu referencial teórico, pode ser extraída uma gama de autores (Honneth, Castells, Scott, Lauretis, Harvey) e de teorias (de gênero, de movimentos sociais). Em termos metodológicos, cada um destes me diria para olhar para coisas diferentes, me levaria para caminhos ou estilos de pesquisas completamente distintos, cada qual com potencialidades e limites bastante variados. Se eu fosse trabalhar, metodologicamente, com Harvey, por exemplo, me voltaria para os aspectos econômicos de classe, as origens de classe das pessoas que compõem o movimento Porto do Capim em Ação. Se eu fosse pela via das teorias dos movimentos sociais, me voltaria para como o movimento Porto do Capim em Ação se formou, a construção e as estratégias dos seus discursos, seus enquadramentos políticos, etc.

No entanto, ao utilizar como ferramenta metodológica a história oral, mais particularmente a história de vida, e a observação participante, mais especificamente a observação direta em eventos e mobilizações, meu objetivo estava em assinalar não apenas os pontos relevantes da atuação política na trajetória dessas mulheres, mas também como essa trajetória de vida foi e vem sendo construída. Neste sentido, um ponto fundamental precisa ser destacado: a compreensão que ora tenho da importância de tomar as experiências de participação dentro dos movimentos sociais enquanto processo, sem prescindir da questão da classe social, do gênero e da raça/etnia enquanto mecanismos de classificação dos indivíduos nos mundos sociais, ou seja, a noção da transversalidade de gênero, presente tanto na estruturação das entrevistas quanto nos depoimentos dados pelas entrevistadas, tendo em vista que as trajetórias analisadas são, implícita ou explicitamente, trajetórias marcadas pela condição de gênero.

Estabelecida minha orientação metodológica, todavia, os percalços entre metodologias a serem utilizadas e as reivindicações que o campo fazia exigiram de mim novas escolhas. Afinal, se eu tinha como perspectiva recompor um conjunto de informações sobre a trajetória de vida das mulheres da Associação Porto do Capim, por que não me utilizar da sociologia disposicional? Dentro do percurso teórico e no desenvolvimento da pesquisa, revejo Bourdieu e sua crítica ao trabalho biográfico, segundo o qual é indispensável atentar para o fato de que “tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz de relações objetivas entre as diversas estações”.

(BOURDIEU, 1996, p. 81). Nesse sentido, pensando em trajetória não como uma linha reta, de Bourdieu recai nas disposições de Lahire. Bernard Lahire me surgiu com o “homem plural”, propondo a compreensão da diversidade das experiências socializadoras e como estas, quase sempre contraditórias, vão sendo absorvidas por cada um de nós.

Trabalhar com a sociologia contextual e disposicionalista na escala individual, como Lahire propõe, representa, sem dúvidas, desafios teóricos e metodológicos. Tentar identificar onde se localiza o patrimônio disposicional para agir ativamente (para participar de uma ação coletiva, de um movimento social) em cada uma das doze mulheres da Associação do Porto do Capim, sem recair nos braços “do demônio da generalização abusiva” (LAHIRE, 2004, p.12), que seduzem boa parte dos sociólogos em sua busca incessante pelas normas, regularidades, estatísticas e tendências representa, no entanto, adentrar terrenos alagadiços da sociologia, dos quais não me sinto ainda confiante para caminhar, seria apostar em um trabalho hercúleo que poderia resultar em um trabalho de Sísifo.

Dessa forma, do Lahire, não me utilizo do dispositivo metodológico (original) em si que ele propõe, mas de suas contribuições teóricas na construção das grades de entrevistas e de algumas noções como disposição, matrizes socializadoras e o singular plural. Para isto, como parte da tessitura do fazer dissertativo, a seguir traço breves considerações acerca da história oral e história de vida, do uso de entrevistas e da sociologia disposicional nesse processo/projeto de refazer experiências.

### **3.1. História oral, história de vida e o uso de entrevistas**

Com foco nos indivíduos, seus espaços e suas complexidades, a pesquisa qualitativa se caracteriza pela ideia de que a experiência humana só pode ser definida e vivenciada por seus próprios atores. Como ferramenta da pesquisa qualitativa, o método da história oral vem sendo utilizado pelas mais diversas áreas das ciências humanas, por historiadores, sociólogos, antropólogos, educadores, etc. A história oral, ao mesmo tempo em que “recupera aspectos individuais de cada sujeito, ativa memórias coletivas. À medida que cada indivíduo relata sua história, narra também o contexto sócio-histórico em que ela está contida e as questões sociais nela presentes” (OLIVEIRA, 2005, p.94). Sendo possível, desta forma, articular o particular e o geral, o que se constitui como específico de uma narrativa e o momento histórico a ela associado.

Para Meihy (1996, p.10), as fontes orais são imprescindíveis por garantir “sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem”. As fontes orais funcionam como uma “percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado”. Oralidade podendo ser entendida como estudo da construção identitária por meio da fala. Ao fazer uso da memória e da palavra, os sujeitos, nas tramas das falas sobre suas vidas, produzem sentidos - ditos, não-ditos e silenciados, requerendo do pesquisador atenção para esta dimensão da oralidade (ORLANDI, 1993, p.33). Em termos metodológicos, a história oral pode ser utilizada como técnica ou como método. Enquanto técnica, apresenta-se como subsidiária de outras fontes. Enquanto método, funciona como fonte principal de investigação.

Minha pesquisa se utiliza da história oral como método, na medida em que “se as fontes orais podem de fato transmitir informação ‘fidedigna’, tratá-las simplesmente ‘como um documento a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado” (THOMPSON, 1998: 137). Levando-se em consideração que meu objeto de estudo vem se constituindo enquanto sujeitos políticos de formas múltiplas e contraditórias, por meio de discursos e práticas cotidianas<sup>16</sup>, faço uso da história oral para traçar um panorama sobre a trama de vida dessas mulheres que fazem parte da Associação Porto do Capim em Ação. Para isto, tomo como pressuposto que “aceitar que a compreensão do comportamento de alguém só é possível quando este comportamento é visto sob o ponto de vista do ator” (HAGUETTE, 2001, p.81). Neste sentido, a perspectiva adotada é a de que entender a trajetória de vida dos sujeitos, dentro de um momento histórico específico, é fundamental como chave de acesso às suas vivências subjetivas.

Enquanto recurso metodológico, a história de vida, ao trabalhar com depoimentos orais, com entrevistas, recupera experiências de vida, lembranças pessoais, visões de mundo sobre determinadas realidades, determinadas trajetórias individuais e grupais. Trabalhar com histórias de vida possibilita a penetração na dinâmica das relações que os indivíduos estabelecem ao longo de suas trajetórias. Segundo Silva (2004, p.59), histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais, das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte. Segundo Queiroz (1988), a história de vida se apresenta como uma ferramenta importante por possibilitar os entrecruzamentos, os pontos de encontro entre trajetórias individuais e contextos sociais. Para

---

<sup>16</sup> Cotidiano sendo encarado, no sentido certauniano (1994), como movimento, como um jogo de táticas e estratégias ou, ainda, como um contínuo exercício de poder.

a autora, a história de vida se situa no quadro amplo da história oral, estando aí inclusos depoimentos, biografias, autobiografias, entrevistas, etc.

Sobre o uso de entrevistas, Zaia Brandão (2000, p.8) coloca que entrevista é, antes de tudo, uma relação social de trabalho e, como tal, “reclama uma atenção permanente à custa do que é dito, a refletir sobre a forma e o conteúdo da fala do entrevistado”. Algo que exige tempo, esforço, transcrição, textualização, transcrição, teorização. Toda entrevista é sempre uma interação social e carrega em si valores, definições e atitudes dos grupos aos quais os indivíduos pertencem.

Para a elaboração das entrevistas, norteei-me por alguns princípios estabelecidos por Thompson (1998, p.260-261), segundo o qual, para se fazer uma boa entrevista, é necessário ter perguntas simples, diretas e comuns; evitar perguntas diretivas, que expressem opiniões do entrevistador; evitar perguntas que sugestionem as respostas dos entrevistados. Neste sentido, boa parte das análises que ora se estabelecem acontece decorrente dos relatórios elaborados durante o trabalho de campo, fruto de observação e constantes idas à comunidade e acompanhamento periódico das reuniões realizadas pela Associação de Mulheres. Em 2014, no segundo semestre, ministrei ainda uma Oficina de Leitura, organizada pela ONG Porta do Sol, para as crianças do Porto do Capim. Momento em que pude manter contato não só com as crianças, mas com as mães das crianças e com a rotina da comunidade de forma geral.

Minha preocupação no que se refere à elaboração das entrevistas e à minha inserção no campo advém das leituras sobre trabalho de campo nas cidades, mais especificamente, das considerações de Foote-Whyte sobre pesquisa de campo com observação participante. Nos estudos de sociologia urbana, o autor é referência quando se trata da escolha por métodos qualitativos e estudos de casos e pelo interesse na temática de redes sociais, políticas locais e territorialidades, focando nas relações entre indivíduo e sociedade e nas mudanças sociais.

Gilberto Velho, na apresentação à edição brasileira de “Sociedade de Esquina”, ressalta que, para Foote-Whyte, o sentido do trabalho de campo estava em

viver e conviver com os universos pesquisados, participando dessas dificuldades e dramas, por períodos de tempo mais extensos, representava, de saída, um esforço para não ficar preso ao senso comum, estereótipos e preconceitos, estudando situações, matizes, ambiguidades, contradições, que são características inescapáveis. (VELHO apud FOOTE-WHYTE, 2005).

Ao acompanhar os dramas e as dificuldades da Associação de Mulheres em se organizar diante da iminente remoção da comunidade pela Prefeitura, por vezes, por exemplo, me

indagava sobre os limites da construção de relações igualitárias de gênero dentro de um grupo constituído por mulheres, diante das divisões de funções e tarefas realizadas por cada uma delas tanto na sua esfera privada quanto na esfera pública. Outro ponto a se mencionar é que me perturbava o fato de que, a priori, não havia uma perspectiva feminista ou uma perspectiva de gênero dentro da mobilização. Por isso, me voltei a Thompson, para reavaliar meu percurso metodológico e repensar o fazer das entrevistas, e a Foote-Whyte para reavaliar minhas categorias de análise. Deparei-me com situações semelhantes ao que Foote-Whyte relata no trecho a seguir de “Sociedade de Esquina”,

comecei com uma explicação um tanto elaborada. Eu estaria estudando a história social de Cornerville, mas possuía uma nova perspectiva. Ao invés de trabalhar do passado para o presente, estava buscando o conhecimento exaustivo das condições atuais para depois partir do presente em direção ao passado. Eu estava muito satisfeito com esta explicação, mas ninguém parecia dar importância a ela. (FOOTE-WHYTE, 2005, p. 79).

O fato das mulheres da Associação Porto do Capim não disporem explicitamente de questões de gênero em seus discursos, não significa que elas não estejam ali presentes. Destarte, pôr uma questão de gênero no estudo da ação política dessas mulheres é uma preocupação minha dentro dos estudos de gênero, e não delas. Gênero, direito à cidade e reconhecimento são enquadramentos sociológicos postos diante da perspectiva teórico-metodológica adotada nesta pesquisa em face de explicações por mim elaboradas. A lição aprendida no trabalho de campo fez com que eu modificasse meu roteiro de entrevistas. Seguindo os conselhos de Thompson e Foote-Whyte, e mais tardiamente de Lahire, a pergunta “qual a percepção das mulheres sobre a categoria gênero?” foi substituída por “pra você, o que é ser mulher?”; a pergunta “quais os motivos da Associação não conseguir a aderência da comunidade?” foi substituída por “como você vê a importância da Associação e da mobilização pra comunidade?”. Neste sentido, segue em anexo meu roteiro de entrevistas, por várias vezes, reelaborado no decorrer da pesquisa e das próprias entrevistas. O trabalho com a história oral e a observação participante foi fundamental para acompanhar diversas atividades do movimento Porto do Capim em Ação e ouvir as vozes das próprias mulheres nos relatos de suas trajetórias.

### **3.2. O singular plural: disposições e contextos em Bernard Lahire**

Em entrevista<sup>17</sup> recente, quando perguntado sobre as relações entre a sociologia francesa e a sociologia brasileira, Lahire levanta uma questão interessante e importante para se problematizar o que comumente se vem denominando de “colonialismo conceitual”: o fato de que os conceitos estão intrinsecamente ligados à história e à cultura de onde foram formulados. Os conceitos são históricos e estão marcados pelas experiências de seus países de origem. Para Lahire, não se pode perder esse fato de vista, na medida em que tratar do sucesso escolar das crianças em meios populares, por exemplo, é algo que

evidentemente interessa muito às Ciências da Educação ou à Sociologia da Educação no Brasil, país em que o sucesso das crianças das favelas é uma questão política importante. No entanto, sempre digo a meus colegas brasileiros: "Quando vocês dizem classes populares, e quando eu digo classes populares, não é a mesma coisa, temos as mesmas palavras para designar realidades que não têm nada a ver." As condições de vida dos operários franceses nos anos 1990, na França, não têm nada a ver com as condições de vida das pessoas que vivem em favelas, não são as mesmas condições de moradia, o mesmo sistema de proteção social, a mesma relação com a saúde, com a escola, etc. Do mesmo modo, quando falo de escola primária na França e de escola primária no Brasil, todo mundo acha que está falando da mesma coisa, mas os alunos do segundo ano do curso elementar que eu estudo têm aulas em turno integral, ao passo que os daqui vão à escola somente um turno, têm professores que são mal pagos, que acumulam cargos e que nem sempre são muito bem formados (LAHIRE, 2015).

Esta observação ora se faz pungente, ao passo que, quando se trata de experiências individuais, as realidades não são as mesmas, os significados não são os mesmos, logo, os conceitos não devem ser simplesmente transpostos para realidades locais distintas. Ao advogar por uma sociologia experimental, Lahire enfatiza a importância de se testar empiricamente a validade e a pertinência dos conceitos. É neste aspecto que reside uma de suas principais críticas a Bourdieu. Segundo Lahire (2005, p.24), quando Bourdieu propõe o *habitus* como um sistema de disposições duráveis e transferíveis, que funciona como princípio gerador e organizador de práticas e representações, por exemplo, acaba por gerar um problema de interpretação. Afinal, deve-se perguntar, estes esquemas de disposições seriam todos e em todas as ocasiões transferíveis e generalizáveis? O problema desta noção de *habitus* estaria justamente nesse processo de generalização. Lahire então questiona:

---

<sup>17</sup> Ver entrevista completa em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222015000100280](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000100280)

e se, em vez de se generalizar, as disposições estivessem, por vezes, simplesmente inibidas ou desactivadas para deixar lugar à formação ou à activação de outras disposições? E se elas se pudessem limitar a não ser mais do que disposições sociais específicas, com domínio de pertinência bem circunscrito, aprendendo o mesmo indivíduo a desenvolver disposições diferentes em contextos sociais diferentes? E se, em vez de um simples mecanismo de *transferência de um sistema de disposições*, estivéssemos a lidar com um mecanismo mais complexo de *suspensão/acção* ou de *inibição/activação* de disposições que supõem, com toda a evidência, que cada indivíduo singular seja portador de uma pluralidade de disposições e atravesse uma pluralidade de contextos sociais? (LAHIRE, 2005, p.25).

Esses questionamentos colocariam assim em xeque a própria validade do regime de transferência generalizada do qual Bourdieu se utiliza para caracterizar o habitus. E isso, segundo Lahire, ocorre justamente porque o conceito não foi suficientemente discutido nem posto à prova. Por isso a importância da pesquisa empírica, para assim se poder verificar, nas próprias práticas dos sujeitos, as regularidades e as variações, a transferibilidade ou não dos esquemas ou disposições. É da noção de que cada indivíduo é portador de uma pluralidade de disposições e atravessa uma pluralidade de contextos que Lahire vai defender a necessidade de uma sociologia à escala individual. Como sociologia experimental, Lahire se propõe assim a colocar em xeque a uniformidade das disposições e suas transformações nos mais variados contextos.

Vale destacar que tanto Bourdieu quanto Lahire empreendem uma sociologia da socialização<sup>18</sup>. Lahire corrobora com Bourdieu ao afirmar que as práticas mais individuais, todas elas, podem ser entendidas mediante uma miríade de processos socializadores (seja na família, na escola, no trabalho, nas relações de amizade, nas relações amorosas), estão todas elas sedimentadas nas nossas maneiras de agir, sentir e pensar, em um estoque de disposições (tendências, inclinações, hábitos). No entanto, se para Bourdieu, as práticas podem ser explicadas, de modo geral, pelas relações entre determinado habitus (capital) e determinado campo social, para Lahire, as práticas só podem ser explicadas pelas relações, por vezes conflituosas, contraditórias, inapropriadas entre as disposições e os contextos de ação a que os

---

<sup>18</sup> Segundo Lahire (2004), os processos de socialização pelos quais os indivíduos passam ao longo da vida podem ser divididos em três grandes blocos: socialização por treinamento ou prática direta (ocorre pela participação dos indivíduos em atividades recorrentes, na família, na escola e no trabalho); socialização mediante efeitos difusos de organização em determinadas situações (também conhecida por socialização silenciosa, ocorre através de dispositivos não-discursivos, como por exemplo, distinção de brinquedos para meninos e para meninas ou de banheiros para homens e mulheres); socialização por inculcação ideológico-simbólica de crenças (ocorre de forma discursiva ou não, está presente nas visões de mundo e nas normas culturais, por exemplo);

indivíduos estão sujeitos. Para Lahire (2004, p.12), são as forças internas (disposicionais) e as forças externas (contextuais), que nos fazem sentir o que sentimos, pensar o que pensamos e fazer o que fazemos, sendo os contextos de ação os responsáveis por desencadear e ativar, ou inibir e desativar as disposições que produzem as práticas sociais.

Sobre a noção de disposição, Lahire (2004) postula que: toda disposição possui uma gênese (em termos de instância de socialização, momento de socialização ou modalidades específicas de socialização); disposição como uma série de comportamentos, atitudes e práticas recorrentes, de repetição relativa, de série ou de classe de acontecimentos e práticas; disposição como produto incorporado de uma socialização (explícita ou implícita), cuja força dependerá da solicitação contínua dos contextos de ação; nenhuma disposição se configura como geral, transcontextual e ativa em todos os momentos da vida dos atores (crítica à distinção por gosto de classe expressa por Bourdieu); só se verifica se uma disposição é específica a um contexto particular através da pesquisa empírica; em termos conceituais, disposição se distingue de competência (capacidades) e apetência (paixão); como parte do trabalho interpretativo, é preciso relativizar a força, a permanência e a estabilidade das disposições.

Ainda sobre a noção de disposição, Lahire enfatiza que

o fato de que o indivíduo não ser nem uma realidade “em migalhas” (versão pós-moderna do indivíduo “despedaçado”, “disseminado”, sem “unidade” nem “coerência”), nem uma mera adaptação sensível às exigências variáveis dos contextos (versão empírica da experiência), não deve aumentar a coerência das experiências socializadoras e das características disposicionais que imprimiram sobre os indivíduos. Como certas disposições se combinam entre si para dar conta dos comportamentos neste ou naquele contexto? Possuem existências relativamente independentes umas das outras e se combinam de forma diferente entre si conforme os contextos de ação? Como podem entrar em conflito e travar a ação ou a decisão? (LAHIRE, 2004, p.30).

Tendo isso em vista, ele volta a reforçar que estas são questões que devem ser resolvidas por meio da pesquisa empírica. Em vez de nos restringirmos à ordem teórica e retórica, devemos “testar” os conceitos empiricamente. Para Lahire (2005, p.14), saber como as experiências socializadoras se instalam de modo mais ou menos duradouro em cada corpo e como elas intervêm na biografia de cada indivíduo passa necessariamente pela análise da sociologia em escala individual.



Estudar o social individualizado, o singular plural, as lógicas sociais individualizadas, o indivíduo não como átomo, mas como um produto complexo de múltiplos processos de socialização, nos leva a compreender que “o social se encontra nas dobras mais singulares de cada indivíduo”. É neste sentido que a história de vida e a sociologia à escala individual, bem como o uso de entrevistas, podem se apresentar como ferramentas metodológicas complementares. Para Camargo (1984), o uso da história de vida possibilita apreender a cultura “do lado de dentro”. Apreender a cultura do lado de dentro é o que Lahire propõe com a metáfora do “social em estado dobrado” ou “desdobrado”. Segundo Lahire (2013, p.20), o mundo social se apresenta tanto enquanto realidades exteriores (coletivas e institucionais) quanto em estado dobrado (incorporado sobre forma de disposições e competências). Não existem oposições irresolutas entre o desdobrado e o dobrado, o decomposto e o recomposto, o coletivo e o singular. Ambos são escalas distintas e complementares da realidade social. Sobre a metáfora do social dobrado e desdobrado, Lahire coloca que

se representarmos o espaço social em suas diferentes dimensões (econômica, política, jurídica, cultural, esportiva, sexual, moral, religiosa, científica, etc.; dimensões elas mesmas decomponíveis em subdimensões) à maneira de uma folha de papel, então cada indivíduo será comparável a uma folha amassada. Estas dimensões se dobram sempre de uma forma relativamente singular em cada ator e o pesquisador que se interessa pelos atores particulares encontra em cada um deles o produto de um conjunto de dobramentos do espaço social (LAHIRE, 2013, p.21).

Dessa forma, das noções de disposição e de homem plural, do dobrado e do desdobrado, seguem as considerações de Lahire no que concerne aos estudos de trajetórias individuais, sobre a necessidade de

em vez de considerar cada momento da trajetória individual como algo lógico em um percurso linear, postulando de antemão que não só cada indivíduo pode ser caracterizado por uma única fórmula (em vez de diversas fórmulas complementares ou concorrentes) que gera seus comportamentos, escolhas, decisões, mas também que ele está sujeito a forças sociais não necessariamente coerentes, quando é levado a optar por estudos, a orientar-se profissionalmente, a decidir sobre o local e a natureza de suas férias..., as entrevistas biográficas podem representar meios excelentes de questionar os modelos de personalidade coerente e estável, associados a modelos de decisão sem incertezas (LAHIRE, 2004, p. 35).

Essas recomendações teóricas e metodológicas apontam para o risco de fazer surgir, nas pesquisas envolvendo trajetórias de vida, “disposições genéricas”, causadas pelo “hábito intelectual contraído na profissão de sociólogo, de buscar a coerência e eliminar as pequenas diferenças” (LAHIRE, 2004, p.39). A sociologia experimental, disposicionalista, contextualista, à escala do indivíduo, do Lahire aponta assim para a necessidade de se fazer o esforço contrário: de tentar fazer surgir as diferenças, as bifurcações, os “nós”, tentar focar no substantivo em detrimento da substância. Estas considerações ora postas norteiam a construção das entrevistas no trabalho de campo.

### **3.3. Lahire e a construção teórica das grades de entrevistas**

Em sua obra Retratos Sociológicos (2004, p.314), Lahire expõe algumas considerações acerca das falas dos entrevistados e suas disposições. Segundo ele, os entrevistados dominam, de modo mais ou menos consciente, as “chaves de compreensão” de sua vida e fornecem, nas entrevistas, os elementos dessas chaves, na forma de relatos pessoais que elaboraram ao longo de múltiplas ocasiões anteriores de apresentação verbal. Isso é bastante observável no caso das mulheres do Porto do Capim, que já vêm sendo, há algum tempo, objeto de pesquisa das mais diferentes áreas e que vêm adquirindo, cada vez mais, formas mais elaboradas e recorrentes de apresentação de si. Nas falas das mulheres são recorrentes os termos: comunidade tradicional, ribeirinhos, luta, mobilização, etc.

Segundo Lahire, todos os entrevistados tendem, independentemente das perguntas elaboradas, a apresentar as grades de análise que mais lhes parecem pertinentes ao caso. O que se deve atentar, no entanto, é que

essa construção verbal pessoal raras vezes é totalmente ilusória ou fantasiosa. Ela é o produto de um trabalho de narração (e, às vezes, de quase teorização) baseado na auto-observação e na observação de si pelos outros. Mas o trabalho de interpretação de uma entrevista nunca deve se contentar em considerar exclusivamente o que entra no âmbito desse relato pessoal cujos elementos são particularmente significativos aos olhos do entrevistado (LAHIRE, 2004, p.315).

Para escapar, ao mesmo tempo em que se adentra no círculo vicioso das chaves de compreensão dadas pelos entrevistados, das “apresentações muito controladas de si mesmo e, por isso, muito coerentes”, Lahire (2004, p.44) propõe que o sociólogo se volte, por vezes, para questões aparentemente banais, para perguntas não previstas e que certamente os

entrevistados não escolheriam para falar de si. Por exemplo, quando se relaciona a grade corpo, cuidados com a saúde, alimentação, ao entrevistado pode se inquirir sobre o que ele entende por uma alimentação saudável (disposições para crer) e o que ele possui de alimentos em sua geladeira (disposições para agir), ou ainda, em termos de beleza e estética, o que o entrevistado entende como um corpo bonito (disposições para crer) e quais as atividades físicas que o mesmo pratica (disposições para agir). Para o autor, são nesses momentos de falas inesperadas e menos apaixonadas, momentos triviais, que podemos captar a diversidade das influências socializadoras, das disposições, dos gostos, das competências e apetências individuais.

Muito se fala que, após longas horas de entrevistas, pouco se extrai dos entrevistados. Para Lahire (2004, p.35), no entanto, ao pesquisador cabe um trabalho sistemático de questionamento e posicionamento. Perguntas precisas e contextualizadas, em vez de gerais e abstratas, devem ser postas para assim se poder extrair dos entrevistados memórias úteis, memórias que estejam além da naturalização de um percurso de vida. Neste sentido, partindo do pressuposto de que o ponto de vista cria o objeto, ou seja, de que cada opção metodológica se configura enquanto construção do pesquisador, logo, nada tem de neutra, Lahire expõe, em 11 pontos, seu conjunto arquitetônico, que vai da construção das grades de entrevistas à explicitação da natureza das diversas questões presentes na pesquisa empírica.

O primeiro ponto trata das matrizes socializadoras, dos grandes universos de socialização constituintes dos indivíduos, que são: família, escola, trabalho, sociabilidade, lazer-cultura e corpo. As perguntas devem abordar, direta ou indiretamente, essas matrizes. No segundo ponto, Lahire enfatiza que não há uma matriz socializadora única. As grades estão entrelaçadas, ao passo que, ao detalhar as práticas, “é difícil falar de escola sem falar de família ou de amizade ou abordar a questão do trabalho sem evocar a escola, a família ou a sociabilidade” (LAHIRE, 2004, p.38). No terceiro ponto, o autor trata da importância de apreender a pluralidade dos princípios de socialização, de captar a diversidade das influências socializadoras, de não homogeneizar os contextos. O quarto ponto foca na compartimentação e interpenetração das diferentes esferas de atividade (família, trabalho, lazer), tendo em vista que o indivíduo investe tempo e energia diferentes ao longo dos diferentes universos que ele atravessa.

O quinto ponto aponta o caráter biográfico de cada grade de entrevista. Da grade escola, por exemplo, pode se extrair todo o percurso escolar do entrevistado, desde o maternal, na primeira infância. No sexto ponto, o autor aborda o caráter diacrônico das variações intra-individuais e como este permite compreender as disposições e suas variações

sincrônicas e como novos contextos possibilitam a ativação ou a inibição destas. O sétimo ponto reforça a necessidade de perguntas precisas para se chegar a disposições precisas. Como exemplos de disposições, Lahire elenca: disposições de planejamento, disposições espontâneas, hipercorreção, hipocorreção, disposições estéticas, disposições utilitárias, disposições culturais legítimas, disposições culturais pouco legítimas, ascetismo, hedonismo, etc. Todas elas oscilam de acordo com o grau de extensão de sua ativação e os contextos de sua aplicação.

O oitavo ponto enfatiza a necessidade de se obter um material verbal rico do entrevistado, pois, através dos seus diversos relatos de práticas, pode se extrair suas maneiras de ver, sentir e agir. O nono ponto destaca a importância da grade sociabilidade. Através das redes de amigos e afinidades de um indivíduo, apreendem-se partes dos seus gostos e inclinações. No décimo ponto, Lahire trata dos “sonhos acordados” (sonhos profissionais, escolares, familiares, culturais), que seriam, como instrumento metodológico eficaz, mapeamentos das disposições favoráveis e não-favoráveis de determinadas ações, percepções, frustrações, desejos e anseios. Por fim, Lahire ressalta o cuidado que o pesquisador precisa ter com as generalizações. Segundo ele, não se trata de privilegiar a contradição e a heterogeneidade, mas de se evitar “permanecer cego e surdo às dissonâncias, às diferenças, às contradições”.

Destes pontos elencados, o desenvolvimento das entrevistas teve como substrato os processos de socialização vivenciados pelas mulheres da Associação nos seus mundos sociais da família, da escola, do trabalho e da comunidade. De forma tópica, a grade de entrevistas procurou englobar as relações de gênero na comunidade, as relações dentro da Associação, a militância das mulheres dentro e fora da comunidade, etc. A seguir, o próximo capítulo trata das mulheres em ação, de suas tramas e trajetórias.

## Capítulo 4 - As mulheres em Ação do Porto do Capim

Quando eu tinha uns oito anos de idade, lá da casa da minha avó dava para ver, do alto, o rio Sanhauá. Minha avó sempre morou no centro da cidade. E passei boa parte da minha vida na casa dela. Certa manhã de dezembro, bem cedo, minha avó se dirigiu até a calçada e ficou a olhar. Curiosa, fui atrás dela e me pus a olhar também. Lá longe, no horizonte, uns barquinhos no rio. Coisa atípica. Na minha cabeça de criança, naquele rio não se navegava. Não se navegava ao lado de um lixão (o então Lixão do Róger). Mas os barquinhos, juntos, seguiam, se encaminhavam para o centro, naquilo que parecia uma ilha, um pedaço de terra no meio da maré. Minha avó então me disse que era a procissão dos navegadores e dos pescadores. Não sabia ela, no entanto, e eu só vim saber anos mais tarde, que não, não, voinha, não era a procissão dos pescadores nem dos navegadores. Era a de uma mulher. E não era da santa, não. Não era da Conceição. Era de Da Luz, uma das mulheres que fazem parte da Associação de Mulheres do Porto do Capim, que está à frente tanto da mobilização pela permanência da comunidade, ali, nas margens daquele rio, quanto está, por décadas, à frente da procissão que já virou marco na cidade. Da Luz, como tantas outras mulheres, vai segurando as paredes do mangue do seu quintal, levando a santa à sua ilha, lutando pelas vidas que vivem ali, exigindo que se pare, olhe e escute.

No primeiro #OcupePortoDoCapim, me chamou a atenção o fato de que quantitativamente havia mais mulheres da/na comunidade participando do evento. Com o acompanhamento da mobilização, todavia, foi fácil perceber que não era apenas uma questão de números. Saltava aos olhos o modo como aquelas mulheres se inseriam nos debates e como passaram à tomada de decisões na Associação de Mulheres do Porto do Capim. Foi isto que me impulsionou a fazer um projeto sobre a mobilização política dessas mulheres. Se me parecia, num primeiro momento, uma particularidade da comunidade o protagonismo dessas mulheres na mobilização, com a revisão da literatura sobre gênero e movimentos sociais urbanos, no entanto, este protagonismo se mostrou recorrente quando se trata de movimentos populares que reivindicam moradia. No primeiro capítulo, explorei algumas questões sobre a preponderância e a liderança feminina nos movimentos populares, sobre os motivos que levam as mulheres a se engajarem em torno da pauta da moradia e sobre como esta participação contribui para seu empoderamento nos espaços públicos. Em suma, trabalhei a necessidade de refletir sobre a perspectiva de gênero nos estudos dos movimentos urbanos

contemporâneos e de como esta capacidade reflexiva passa necessariamente pela experiência das próprias mulheres.

Neste sentido, neste capítulo, me proponho a elaborar, na forma de retratos, uma narrativa da história de vida de três das doze mulheres que fazem parte da Associação de Mulheres do Porto do Capim. A escolha por essas três mulheres não fora aleatória. Vários fatores contribuíram para que eu pudesse entrevistá-las: desde a participação nas reuniões da Associação e nos eventos da comunidade até questões pessoais, de maior proximidade minha com elas, por exemplo, perpassando ainda os contratempos auferidos no decorrer da própria pesquisa e os caminhos metodológicos que propõem uma sociologia à escala individual. Em termos de sociologia à escala individual, penso que essas três mulheres me fornecem os atributos necessários para a análise dos elementos e das categorias postas durante a pesquisa.

O pano de fundo desses retratos biográficos, da reconstrução das trajetórias de vida dessas mulheres encontra-se na possibilidade de se enfatizar a participação política delas tanto na Associação quanto no movimento Porto do Capim em Ação. Para a construção dos retratos são utilizados como suporte os depoimentos colhidos nas entrevistas semiestruturadas, fotografias, registros e anotações do diário de campo, além de materiais e textos produzidos pelo próprio Movimento Porto do Capim em Ação. A metodologia abordada na pesquisa de campo permitiu esse amplo leque de materiais envolvidos.

Para a reconstrução das trajetórias, todas as entrevistas foram transcritas, lidas e relidas. Todas elas foram ainda realizadas na residência das pesquisadas e perpassadas pelas mais distintas interferências (ligações telefônicas, visitas, preparação de refeições, cuidados com o lar, atenção requerida pelos filhos). Em alguns momentos, contaram com a presença de membros da família, do marido, dos filhos, da mãe. Foram intervenções substanciais que transformaram as entrevistas em experiências, como afirma Orlandi (1993), de “ditos, não-ditos e silenciados”.

Por exemplo, no caso de uma das entrevistadas, quando questionada se seu companheiro não reclamava de sua participação na Associação, em presença do marido, ela afirmara que não, que ele não participava, mas também não colocava empecilhos, que ele sabia da importância da mobilização pela permanência da comunidade. Mas, logo mais, sem a presença dele, ela retoma e diz que, em 2016, os planos seriam de selecionar mais as atividades para ter maior tempo para cuidar dos filhos, que o marido vivia reclamando que a casa estava bagunçada, que ela precisava dar mais atenção ao lar e à família. Este exemplo denota, primeiro, a importância de tomar as narrativas das entrevistadas como representação

(Becker, 1994) de suas trajetórias e, segundo, de atentar para as pequenas situações de não intencionalidades presentes no próprio conteúdo das narrativas dessas mulheres.

Dessa forma, seguem as narrativas de Ariana, Nívea e Mônica. Essas três mulheres fazem-se expressões e se expressam na Associação de Mulheres do Porto do Capim.

#### **4.1. Ariana: “Eu faço da comunidade o meu mundo”**

Nas primeiras reuniões que participei da Comissão Porto do Capim em Ação, em 2013, quando ainda não havia formalizado a Associação de Mulheres, uma pessoa me chamou a atenção. Com cara de poucos amigos e não muito satisfeita com o andamento das horas e horas de reunião, estava Ariana<sup>19</sup>, cabelo meio loiro, preso num rabo de cavalo, vestida de saia, com uma bíblia e revista de cosméticos à mão, ela questionava sobre as comemorações de São João que então estavam sendo organizadas pela Comissão, dentro do calendário cultural da comunidade. Segundo ela, “era muita festa, em vez de queimarem pneus na integração pra protestar pelas constantes faltas d’água. Muita festa, muita festa”. Presenciei embates do tipo em outros momentos.

Das mulheres mais assíduas nas reuniões, Ariana possuía uma perspectiva mais pragmática da mobilização. Para além da valorização da cultura, da tradição, da identidade local, como enfatizavam os outros componentes da Comissão (professores, articuladores culturais, estudantes), Ariana colocava em pauta necessidades efetivas e ações concretas que precisavam, com urgência, serem tomadas para a melhoria das condições de vida da comunidade. Ela atentava para a ausência de coleta de lixo, para o fechamento da creche, para a falta de água, para a questão da segurança. Esse posicionamento forte e recorrente dela me marcou bastante.

Ariana, natural de Areia, município do brejo paraibano, chegou à comunidade Porto do Capim aos 14 anos, quando sua mãe resolvera mudar de cidade, vir para capital, como tantos outros, em busca de melhores condições de vida. Filha de pais separados desde a mais tenra idade, Ariana me conta como foi difícil o processo de mudança. Seu pai separou da sua mãe quando ela tinha apenas dois anos de idade. Mudou-se para o Rio de Janeiro, para trabalhar como mestre de obras e lá constituiu uma nova família. Ficando a cargo da mãe, assim, criar e cuidar dos cinco filhos, sendo dois homens e três mulheres. Ariana me conta

---

<sup>19</sup> Como dito anteriormente, optei por utilizar nomes fictícios, tendo em vista que as falas das mulheres ora expostas são bem demarcadas e significativas.

com pesar como foi a sua infância, como chegaram ao Porto do Capim e lá se instalaram, nos primeiros meses do ano de 1988:

*quando chegamos aqui minha mãe trabalhava com coleta. Era uma vida bem difícil mesmo. Quando a gente chegou logo, lá do interior, não tinha muita coisa pra trabalhar. Minha mãe trabalhava com coleta. Meu irmão trabalhava com coleta e eu ficava olhando as meninas.*

Aos 64 anos, a mãe de Ariana até hoje trabalha com coleta seletiva de lixo na comunidade. As pessoas separam o lixo e ela vai de casa em casa recolhendo. Ela ainda trabalha como costureira e faz carvão no seu quintal para vender. Moradoras da Vila Nassau, com uma casa de frente para a outra, mãe e filha não são atingidas pelo aumento do nível da maré nem estão na faixa considerada como área de risco. Sobre o posicionamento da sua mãe quanto à retirada da comunidade, Ariana comenta que

*Não são prejudicadas, não tão na área de risco. Não, por ela (sua mãe) não. E o quintal dela é até bonzinho, viu. Ela cria galinha. Fez um chiqueiro pras galinhas bem arrumadinho. Tem um cachorro. Tem plantação. Tem um pé de acerola, pé de não sei o quê. Cozinha com carvão. Se for prum apartamento, já pensou? Aí muda tudo. Não pode ter mais plantação de nada. Não pode criar animais. Sem falar que é mínimo, né, o apartamento. Pessoal que tem quintal já, que é acostumado com quintal. Quintal pra estender as roupas, né. O pessoal mais antigo aqui, que mora mais tempo, que o quintal é assim, cria pato. Seu Alagoa ali cria pato, tem cachorro também, tem fogão de carvão, de lenha. Aí já muda muito, né. Quando a gente chegou aqui, 28 anos atrás, já tinha um monte de gente, né. Já tinha seu Antônio, seu Alagoa. Já tinha umas sete casas. Porque essa Vila Nassau aqui é pequena, né.*

Moradora e representante da Vila Nassau, Ariana me explica como foi o processo de ocupação daquela área da comunidade. O que seria inicialmente um galpão abandonado, foi, aos poucos, sendo ocupado, se estendeu e abriga mais de 40 casas.

*Era uma família, aí ela foi cedendo pro pessoal de fora. A família foi casando, aumentando, aumentando (...) Agora não lembro mais. A prefeitura fez um cadastramento. A gente tava junto. Eu fiquei responsável por essa parte aqui. No total, são 40 casas e 90 e poucas famílias, só aqui na Nassau.*



Casada e mãe de três filhos, Ariana possui um pequeno comércio na frente da sua casa. Uma espécie de mercearia, de onde retira a renda principal da família. É ela quem administra a casa, os filhos, o comércio, complementando a renda com a venda de cosméticos. Foi, inclusive, pela venda de produtos cosméticos nacionais que começamos a ter uma relação mais estreita. Morar em um apartamento do Minha Casa Minha Vida, como prevê o projeto da Prefeitura, para ela, representa, mais que tudo, a desestruturação de sua renda familiar, já que é da própria comunidade que ela retira seu sustento e da sua família.

Ela reconhece que morar no que já fora um galpão não é das melhores condições de existência. No entanto, são quase três décadas ali vivendo. Casas e vidas foram construídas às sombras de uma eminente retirada. Afinal, desde a década de 1990, existem projetos de intervenção no centro histórico de João Pessoa, mais especificamente na área que engloba a comunidade. O primeiro projeto, intitulado “Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim”<sup>20</sup>, foi organizado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCHJP), em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), dentro do Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha, data de 1987. Desde então, projetos foram reformulados, governos foram mudados e a comunidade continua à espreita de uma remoção. Esse é um dos fatores, para Ariana, que dificultam atualmente a mobilização e o engajamento da própria comunidade. A Associação de Mulheres, por exemplo, começou a fazer reuniões públicas, nas ruas da comunidade. No entanto, a participação dos moradores continuou restrita. Ariana afirma que

*É a minoria que se interessa em participar mesmo. Eles querem saber o que aconteceu, como é que tá o projeto. Mas eles não querem participar mesmo mesmo... são poucas pessoas. Eu acho que isso é, eu acho não, eu tenho certeza é que já tão desacreditadas mesmo no projeto. É que é muito tempo que falam. Não é que as pessoas queiram sair. É que falam, falam, mudam de prefeito e a gente continua aqui. Essa coisa que tá acontecendo aí, entre o dinheiro desviado pra outras coisas, da Lagoa, junta tudo isso, o pessoal tá desacreditado que realmente vai sair.*

É interessante que Ariana, durante toda a entrevista, ressalta a palavra “minoria”. Sua fala está carregada da preocupação de se enfatizar que é a minoria que aceita sair da comunidade, que é

---

<sup>20</sup> Para mais informações sobre os diversos projetos de revitalização do centro histórico de João Pessoa, ver em: GONÇALVES. *O PORTO E A CASA: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

a minoria que vive em área de risco, mas também que é a minoria que se mobiliza de fato. Sobre o papel da Associação de Mulheres, ela coloca que

*As reuniões quando não são no Ponto de Cultura, são na Associação de moradores. Então, o mais difícil é tentar fazer com que as pessoas participem. A prefeitura fez a parte dela de fazer as pessoas desacreditarem. Agora nós estamos tentando reverter, fazer com que as pessoas acreditem que realmente existe esse projeto. O pior é que as pessoas nem acham que existe, que é ficção. O pior é que existe. E nós temos que lutar, que a gente permaneça.*

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de ela ter consciência do movimento, de estar à frente da mobilização, de estar reivindicando o seu lugar de fala, da luta pela moradia, mas de não se considerar uma liderança comunitária ou uma protagonista feminina, uma mulher dentro de um movimento. Quando questionada quanto a esse posicionamento, ela, veementemente, reitera: “*apesar de ser muito ativa, eu acho que me considero como uma cooperadora, mas líder, com jeito de líder, não. O que eu puder e souber, eu falo, eu faço, eu ajudo, mas líder não*”. É importante ressaltar esta fala por dois motivos. Primeiro, por algo que mencionei no primeiro capítulo: que, inicialmente, me incomodava o fato das mulheres do Porto do Capim não apresentarem em seus discursos, de forma explícita, questões de gênero. Volto a reiterar, no entanto, que pôr uma questão de gênero no estudo da mobilização política dessas mulheres se faz uma preocupação minha, e não delas. Ademais, Bourdieu e tantas outras feministas (Safiotti, Scott, Wittig, Lauretis) já demonstraram que seja por vias de dominação masculina, seja por vias de reiteração de papéis sociais e sexuais, as questões de gênero perpassam todos os âmbitos dos mundos sociais. Tendo isso em vista, o segundo motivo é justamente tentar entender os processos de socialização vivenciados no âmbito da família, da escola, do trabalho, da comunidade que fizeram com que Ariana, mesmo não se considerando líder, mesmo não atentando para sua condição de mulher, se considere como uma “pessoa ativa”, que a faz estar em “ação” na Associação de Mulheres.

Pensando a partir das matizes socializadoras (Lahire, 2004), no que tange à família, tem-se que, dos cinco irmãos, apenas Ariana conseguira dar continuidade aos estudos e terminar o ensino médio.

*Na minha casa eu fui a única que terminei. Os outros abandonaram pra trabalhar. O mais velho já não gostava de estudar. Quando já não gosta, fica mais difícil. Não é que era tão bom. Mas você sabe que tem que estudar. Que é importante estudar.*

*Ele não achava isso. Ele desistiu, dava muito trabalho a minha mãe quando ia pro colégio. As minhas outras irmãs quando vieram pra cá pra João Pessoa, dava pra continuar. Mas teve uma que foi até a sétima só, nem ensino fundamental terminou. O mais novo terminou o ensino fundamental. E a outra foi até o terceiro ano do primário.*

Quando questionada sobre os motivos que a fizeram, mesmo não tendo sido incentivada pela mãe nem pelo pai, que estudaram até a segunda série do primário, nem pelos irmãos ou alguém próximo que a estimulasse como referência, a se voltar para os estudos, Ariana diz que se até hoje continua “na ativa, na luta”, e isso reverbera nos seus filhos e na atenção dedicada aos cuidados escolares deles, é porque sempre teve o pensamento que tinha que estudar até melhorar. Responsável pelos cuidados dos irmãos mais novos, Ariana relembra parte da sua trajetória escolar e profissional,

*quando a gente veio morar do interior pra cá, eu tava na sexta série com quatorze anos, treze anos. Com treze anos eu tinha terminado a sexta série. Aí passei quatro anos sem estudar aqui. Pra se habituar, ficar com as minhas irmãs pra minha mãe trabalhar, se estabelecer. Aí depois eu retomei. Voltei a estudar. Eu trabalhava o dia como arrumadeira, nas casas do pessoal, trabalhava como babá, trabalhava o dia e à noite, depois de quatro anos, voltei a estudar. Voltei com dezoito. Aos vinte e três anos foi quando eu terminei o ensino médio. Aí quando eu terminei fui fazer curso. Trabalhando de dia, e fazendo curso de cabelo à noite. Ainda comecei a fazer o pedagógico, aí tive que escolher entre pedagógico e cabelo. Aí fiquei trabalhando com cabelo, porque eu podia trabalhar pra mim, né. Cortando cabelo podia ser autônoma. Aí estudei, terminei o curso de cabelo. Aí depois eu fiz, no tempo ainda tinha, datilografia. Que hoje é computação, mas eu fiz datilografia. Depois fiz oito meses de computação.*

Terminados o ensino médio, o curso técnico de cabeleireiro e o curso de computação, Ariana logo começou a trabalhar em um renomado salão de beleza da cidade. Lá permaneceu até o nascimento do primeiro filho. Nesse meio tempo, ainda fez curso pré-vestibular. Em sua fala, e dentro daquilo que me foi possível perceber, o curso de Comunicação Social aparece como um “sonho acordado”. Sonhos acordados são os “sonhos” profissionais, escolares, familiares ou culturais, cuja observação permite a expressão das pulsões que os pesquisados trabalham interiormente, pelo menos nos momentos de imaginação “livre”, sendo assim oportunidades de expressar crenças (modelos, valores, normas) cujas disposições correspondentes (ainda?) não se constituíram, ou de atualizar disposições incorporadas que já não encontram contextos

favoráveis à sua atualização (Lahire, 2004, p.42). Sobre a possibilidade de iniciar um curso de jornalismo, Ariana coloca que *“já não tem mais a mesma disposição, só a vontade, que só sonhava, a gente vai pro lado mais fácil. Trabalhar e ver logo o dinheiro. Eu optei pelo curso de cabelo por causa disso”*.

Houve, no entanto, uma espécie de ruptura – biográfica - na sua trajetória profissional com o nascimento dos filhos. Segundo ela, teve que optar por não trabalhar, para *“cumprir seu dever de mãe, porque criar filho de todo jeito, todo mundo cria”*. Assim, deixou seu trabalho de cabeleireira para investir no comércio em frente de casa, para poder acompanhar o desenvolvimento dos três filhos, um de treze, outro de onze e outro de sete anos. O marido, que na época era motorista de uma das madeireiras localizadas na comunidade, decidiu fazer o mesmo. Ambos, desde então, trabalham na mercearia, no entanto, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos são reservados à Ariana.

Dividida entre os cuidados com a casa e a família, a administração do seu negócio próprio, as atribuições na congregação religiosa da qual faz parte, as reuniões da Associação de Mulheres do Porto do Capim, para Ariana, *“tem que se virar nos 30, isso é ser mulher, se virar nos 30”*. As múltiplas jornadas que possui são por ela interpretadas dentro daquilo de ser uma pessoa “ativa”, uma mulher que “se vira nos 30”.

*Sempre fui ativa. Devido a fazer muita coisa, agora nesse final de 2015, pensei que agora nesse 2016 vou ver o que eu faço. Porque eu não paro. Eu tava fazendo curso de crochê. Eu já sabia fazer crochê, mas eu tava querendo fazer blusa de crochê. Eu já fazia assim coisinha pequena de crochê. Eu fazia sozinha. Eu fiz quando era novinha um curso de crochê e aprendi umas coisinhas. Mas agora eu tava fazendo curso pra fazer blusa, tirar da revista e fazer. Agora eu tô fazendo uma saída de praia e uma blusa. Aí comecei a fazer bolo, torta e bolo, acredita? Eu sou uma pessoa muito curiosa e quero aprender de tudo. Aí eu fui fazer um bolo pros meus meninos e ficou ruim a massa. Menina, aí comecei a pensar: a pessoa já velha e não sabe fazer um bolo? Aí eu disse: vou fazer um curso agora. Achei um curso gratuito lá na central plast, no mercado central. Tem uns pagos, mas você que opta. É barato, 10, 15 reais. É só uma aula. Você vai aprendendo a fazer a massa. Mas com a massa que eu aprendi já fiz torta, fiz tudo, ficou bem boa a massa. Comigo é curiosidade mesmo, pra aprender.*

Em termos de trajetória familiar, escolar e de trabalho, observo em Ariana essa *“curiosidade mesmo”*. Esta vontade de saber é o que a distancia da sua família, por exemplo, tanto no seguir dos estudos escolares quanto no estar participando, estar engajado em uma

mobilização. Ariana pode ser compreendida, neste sentido, quanto um caso dissonante. Uma variação disposicional (Lahire, 2004). Como ela própria revela ao contar sua trajetória de vida, não havia o incentivo da família para estudar, para ler, para saber, para querer saber. Os pais não detinham capital cultural para tal e não puderam transmitir isto para os filhos<sup>21</sup>.

Segundo Ariana, tanto a mãe quanto os irmãos querem saber o que está acontecendo, como anda o projeto, se vai haver a retirada da comunidade, mas, em termos de participação, eles não participam. A vontade de saber, a “curiosidade”, também parece ter sido uma das motivações que a levaram à vontade de fazer jornalismo. Quando ela deixa o emprego e se volta para a tarefa de cuidar dos filhos, esta vontade, no entanto, não desaparece. Apesar de passar por um período de latência, ela incide sobre os vários cursos profissionalizantes que Ariana passa a fazer. E reverbera em sua participação na Associação e naquilo que ela considera como a necessidade do “*entendimento dos nossos direitos*”. Para Ariana, esta seria a parte mais importante da mobilização, da Comissão Porto do Capim e das próprias mulheres da Associação: terem lhe dado “*consciência dos seus direitos*”. Neste processo, as práticas sociais e políticas foram sendo ativadas e foram fortalecendo os vínculos que a levam a participar do Porto do Capim em Ação. Quando questionada sobre a importância da permanência da comunidade às margens do rio Sanhauá, Ariana me responde:

*Eu acho que dá pra viver só aqui. É só fazer da comunidade o seu mundo. Tem hora que eu faço isso: da comunidade o meu mundo. Saio pra fazer pagamento, resolver coisas, mas volto rápido. Aqui é o meu refúgio, aqui me sinto protegida. Pouco pego ônibus. O centro tá aqui, tudo tá perto. Já hoje fui na escola dos meninos, andando, fui tirar xerox, fui no banco. Mas você ora a Deus pra chegar em casa, na comunidade, minha casa. Eu não acho que é vantagem pra ninguém sair daqui. Mora minha mãe. Minha irmã casou com um rapaz de Bayeux. Aí ele veio morar aqui. A minha sobrinha, a primeira filha dela tá com dezesseis anos, tá noiva, tá construindo a casa aqui. O noivo dela mora na rua da Areia e vem pra cá. E todo mundo vai nascendo, crescendo e ficando aqui mesmo.*

Ariana faz da comunidade o seu mundo, ou ainda, seu mundo é o mundo da comunidade, porque, em sua trajetória, a família e a comunidade são quase um único mundo social. Em termos de experiências, essa percepção também está presente nas outras mulheres da

---

<sup>21</sup> Em Retratos Sociológicos (2004), Lahire, a partir das muitas e longas entrevistas, nos oito perfis analisados, procura entender como se constituiriam as variações disposicionais nos sujeitos. No caso de Ariana, por exemplo, se eu fosse pelas vias do Lahire, já que os pais não detinham capital cultural para incentivá-la nos estudos, quais foram as outras referências que ela teve e que a influenciaram de forma decisiva neste sentido? Foi um professor marcante? Foi uma tia? Uma amiga da infância? Um vizinho? No entanto, mesmo sabendo das possibilidades e chaves de acesso desse nível de informação, este não se faz o objetivo do estudo.

Associação, a ideia de que *“todo mundo vai nascendo, crescendo e ficando aqui mesmo”*. Enquanto “mulher em ação”, destaco, assim, em Ariana, suas inclinações para a comunicação, tanto enquanto sonho acordado, quanto no seu gostar de se expressar, de interagir com o público, na Igreja, na mercearia, nas vendas de cosméticos e, por fim, na Associação de Mulheres do Porto do Capim em Ação.

#### **4.2. Retrato de Nívea: “se disser, você agora vai falar com a presidente, eu vou lá e falo”.**

Entre muitas pausas para atender clientes e vários telefonemas, assim foi minha conversa com Nívea. Sempre agitada e falando muito e alto, de quem parece não sentir necessidade de parar para respirar, ela me conta os percalços de sua segunda gravidez, aos trinta e três anos, os problemas com o sistema público de saúde, sua experiência com o primeiro parto, os anseios quanto ao segundo parto, os problemas de saúde decorrentes da primeira gravidez, a infância problemática do seu primeiro filho, como conseguiu amamentá-lo por quatro anos e quatro meses e o resumo de padecer no paraíso que é ser mãe.

Nívea não é das mais assíduas das mulheres nas reuniões nem exerce um papel tão forte na Associação, mas ela tem uma peculiaridade: sempre que está presente em algum evento, possui o seu lugar de fala garantido. Nos eventos dos quais participei, seu jeito enérgico de se expressar, começando com pedidos de desculpa, pelo modo simples de falar, pelo não trato com as palavras, sempre garantiu aplausos efusivos de quem a ouvia. As pessoas chegam a ficar de pé para aplaudi-la, tal o fervor de suas declarações. Esta percepção está presente no relato de outras moradoras. Amiga de Nívea, Mônica me conta que

*quando Nívea fala eu chega me emociono. As lágrimas chega caem. É porque ela fala com tanto amor, com tanta propriedade do lugar que ela mora, que encanta. Eu me emociono toda vez.*

Segundo Nívea, foi assim que ela chegou à Associação. Durante o primeiro Ocupe Porto do Capim, ela fez uma fala que foi bastante aplaudida. Desde então, passou a ser convidada para as reuniões, para participar dos eventos e sempre a colocam para falar. As inclinações de Nívea para se expressar, sem grandes dificuldades, em público, podem ser remetidas tanto no âmbito das suas socializações na escola quanto do trabalho, ao menos, na curta fase da vida em que ela pôde se dedicar ao trabalho fora de casa. No período em que estava concluindo o ensino médio, Nívea foi selecionada para participar de um programa do governo chamado

Oficina-Escola. Era uma espécie de curso profissionalizante para jovens, com duração de dois anos. À Nívea, coube a especialização em jardinagem. Aos risos, ela me relata sua experiência com a jardinagem

*eu pensava que cuidar de planta era fácil, só cortar os galhos e colocar água. A tesoura era pesada e tinha que ficar agachada o todo tempo. A tesoura pesava 3,5kg. Era muito pesado. Muita pressão. O professor da gente era muito tradicional, daquele que ensinava da maneira certa e não da maneira mais fácil. Naquela época eu era muito magrinha. Quando eu cortei a primeira vez, eu juro que tive vontade de soltar a carreira e ir pra casa. Mas continuei. Minha mão cheia de calo. Mas eu aprendi.*

Essa experiência, inicialmente traumática por causa da rigidez do professor, no entanto, foi decisiva para a Nívea. Além do cuidado com a jardinagem, a ela foram ofertados cursos de história, de matemática, sobre patrimônio histórico, sobre microempreendedorismo e recursos humanos. Ter conseguido concluir o curso representou um crescimento pessoal, “foi engrandecedor, muito rico”. O segundo emprego de Nívea, também localizado no centro da cidade, foi em uma loja de bordados, na qual ela era “um faz-tudo”. Trabalhava da panfletagem, passando pelo bordado das roupas, até o atendimento direto aos clientes. Segundo ela, esperta, aprendeu a fazer tudo sozinha. Apesar de ser mal paga, recebia menos que um salário mínimo mensal, Nívea gostava de trabalhar. No entanto, ao engravidar, sob pressão do marido, ela deixou o emprego e se reservou aos cuidados do lar. Para Nívea, todavia, esta foi uma fase importante por ter havido uma mudança significativa em seu comportamento, seu modo de enfrentar o mundo

*eu era tímida, mas não era tímida de ter medo, eu sempre gostei de vencer meus medos. Mas eu não era de responder, de dar opinião, eu não fazia questão. Hoje não, eu respondo, eu enfrento, eu reclamo. Se disser, você agora vai falar com a presidente, eu vou lá e falo.*

Oito anos depois, Nívea tentou voltar ao mercado de trabalho. Conseguiu, através de uma prima, um emprego de auxiliar de serviços gerais em uma autoescola da cidade. Não passou uma semana e pediu demissão. O marido e o filho não se adaptaram à nova rotina, sem ela por perto, sem os cuidados de mãe e esposa. Uma insatisfação, no entanto, nela permanecia. Ela me relata que

*Mas eu tinha que fazer alguma coisa, ficar só cuidando da casa também não dá. Eu tenho que ter alguma coisa pra espairecer. Porque tá certo, dona de casa trabalha demais. Trabalha até mais do que fora. Mas se você trabalha fora, você tem com quem conversar, com quem você dialogar, com quem você espairecer. E você só ali, limpando casa, limpando chão, lavando roupa, cuidando de menino, cuidando de marido, fazendo almoço, você quando pensa que não, você tá doida.*

Recentemente, ela aproveitou a mudança de casa e abriu um depósito de bebidas/mercearia. Nívea, que antes morava com a mãe, há dois anos construiu uma casa no Curtume. O Curtume é uma área privada, mas que vem sendo ocupada pelos moradores do Porto do Capim. Nívea não vê problemas na invasão do terreno. Ela frisa, inclusive, que não se trata de invasão, mas de ocupação. Para ela, a casa nova é a realização de um sonho para a família. E veio a calhar, ainda, pelo depósito de bebidas trazer-lhe uma ocupação. Dois pontos podem ser ressaltados quanto à instância familiar de Nívea: sua relação com o casamento e sua relação com a mãe. Sobre o casamento, o posicionamento dela é de que não era prioridade em sua vida.

*Eu não pensava em casar não. Eu pensava em trabalhar. Em ser dona do meu nariz e acabou a história. Negócio de casar! E se um dia eu pensasse em casar, o marido ia ter que ficar em casa e eu ia trabalhar fora. Mas meus planos não é meu, é de deus, né. Deus sabe tudo. Graças a deus, arrumei ele! Ele é daqui do Porto do Capim também.*

Essa recusa pelo casamento e a valorização do trabalho têm muito a ver com sua relação familiar original. O pai, do qual ela prefere não falar, não participou da educação de Nívea. Fora a mãe a responsável pela renda familiar, mulher forte, não tão expressiva quanto a filha, mas que também participa da mobilização. Nívea narra que sonhava, quando criança, em seguir a mesma profissão da mãe, inclusive: caixa de supermercado. Assim ela poderia conversar, lidar com pessoas, ocupar a mente. E assim ela poderia ter liberdade financeira. No entanto, a vida leva para caminhos outros. O marido é o responsável pela renda familiar e Nívea vem se realizando com o depósito na frente da sua casa.

Nívea não se atém muito às minhas tentativas de voltar o assunto para a Associação e a mobilização. Quando questionada sobre o porquê de uma associação só de mulheres, ela me responde



*porque assim os homens, eles são mais tímidos, pra falar. A mulher tem aquele negócio, tímida ou não, vai e enfrenta. Os homens ficam recuados e alguém tinha que tomar a liderança, né. Terminou que foi a gente. A gente que tomou à frente.*

Para além da timidez masculina, o “não-lugar” dos homens na mobilização do Porto do Capim pode ser entendido quando se tem em vista que, segundo Brandão (2014), estudos sobre movimentos sociais urbanos a partir das relações de gênero comprovam que os problemas relacionados à moradia, ainda hoje, afetam mais diretamente as mulheres. A luta (e o protagonismo) das mulheres do Porto do Capim por moradia, por melhores condições de vida, por reconhecimento e pelo direito à cidade acontece justamente porque elas são as mais afetadas.

#### **4.3. Retrato de Mônica: “eu sou uma pessoa preocupada com o meio onde eu vivo”**

Natural de João Pessoa, do bairro de Cruz das Armas, Mônica chegou ao Porto do Capim via casamento. Seu marido nasceu e cresceu no Porto do Capim. Eles se conheceram em uma festa de São João, quando ambos dançavam nas quadrilhas dos seus respectivos bairros. Aos 46 anos, com 20 anos de casada e de moradora do Porto do Capim, Mônica tem dois filhos, um de 16 e outro de 13. Cheguei à sua casa para entrevistá-la em um sábado pela manhã. Enquanto ela se dividia entre fazer o almoço, lavar roupa, encontrar a meia perdida do filho atrasado para o futebol, fazer a faxina semanal, nós conversávamos amistosamente. Tínhamos nos visto uma semana antes, no Ocupa Pavilhão do Chá, em uma oficina de ioga.

*Eu não sou muito de estar parada em casa não. Tem um evento hoje, alguma coisa, aí eu vou tiro aquela horinha e vou. Porque se você for fazer serviço de casa, isso vai ser a vida inteira. Posso fazer a qualquer hora. Agora tem coisa que não volta, ou você participa ou você perde. Como o Ocupa Pavilhão, tiro aquela horinha e vou. Eu vou ser mãe até... Dona de casa, cuidar dos filhos, isso é sempre. A gente tá conversando aqui e eu tô fazendo almoço, fazendo almoço e a roupa na máquina, a roupa na máquina e o filho ali jogando. Dá certo, a gente vai coordenando tudo e dá certo.*

Assim Mônica divide seu tempo: entre a família, a caminhada da Igreja, a catequese, a Associação e o trabalho. Há dez anos, técnica em saúde bucal, Mônica me conta que já

trabalhou em vários empregos: no comércio, sendo camelô, vendedora de roupas, em lojas, etc. Mas tem formação de técnico de mecânica industrial.

*Eu sempre gostei de estudar. Minha mãe e meu pai sempre incentivaram muito. Eu estudava num colégio da prefeitura. Aí minhas amigas: vamo fazer o científico? Aí eu fiz a seleção e passei. Hoje é ifpb, eu sou do tempo da escola técnica. Fiz o técnico de mecânica industrial. Não quis seguir área pelo preconceito, ser mulher, mecânica... faz um tempinho que eu terminei, se fosse hoje era mais fácil. Aí ainda tentei, fiz o curso de torneiro mecânico no Senai. Mas aí me desinteressei, nunca exerci. Eu sentia muito preconceito, o pessoal falava que era coisa de homem. Na minha turma só terminaram três mulheres ao todo de trinta e cinco alunos.*

Segundo Mônica, era difícil conseguir um emprego na área. As poucas indústrias que existiam não queriam contratá-la, não davam crédito à sua competência, por ser mulher. Devido a isso, ela se especializou na área de manutenção de odontologia. Sempre atenta, afirma que, como a máquina, para funcionar bem, tem que ter uma boa manutenção, assim é a vida.

Mônica me conta que, antes de casar e ir morar na comunidade, a imagem que tinha do Porto do Capim era a que seu pai lhe falava: que era um lugar antigo, dos tempos que não tinha água encanada na cidade e por isso o pessoal levava os cavalos para beber água em umas das gameleiras do Porto do Capim, mas que não existia mais. Foi então que ela se mudou para o Porto do Capim e um certo incômodo passou a fazer parte da sua vida social, principalmente na Igreja. No Porto do Capim, ela assumiu a direção da catequese, e viajava muito em função disto, catequizando crianças de outras comunidades.

No entanto, ela se sentia muito incomodada, algumas vezes envergonhada, quando perguntavam onde morava e ela respondia que era no Porto do Capim, mas as pessoas não sabiam onde se localizava, muitas vezes relacionavam a cidades do interior. Foi a partir dessas experiências de não-reconhecimento que Mônica passou a se mobilizar em prol da comunidade. Em conjunto com um ex morador do Porto do Capim, fortaleceram a Pastoral da Criança, a catequese e missas voltaram a ser realizadas na capela da própria comunidade. Mônica me relata um episódio que parece ser marcante em termos de “mulheres em ação”, anos antes, de quando ainda não havia Comissão, Associação, mobilização

*assim que restauraram logo o hotel Globo, a igreja não era restaurada. Aí o ministro da cultura veio aqui. E a gente já fez um movimento: eu, dona Penha, dona*

*Maria, chamando a atenção pra igreja, com cartazes. Aí restauraram a igreja e desde essa época que eu tô envolvida. Me envolvi naquele dia.*

Se tomamos como pressuposto que as motivações, constituídas por influência dos processos de socialização nos diversos mundos sociais, partem dos indivíduos, mas provocam ações que repercutem no coletivo porque estão direcionadas para o outro, ou ainda, entendendo que “experiências de desrespeito, até então desagregadas e privadamente elaboradas, podem tornar-se motivos morais de uma luta coletiva por reconhecimento” (Honneth, 2003, p.259), faz sentido considerar os sentimentos de vergonha, de invisibilidade, de não-reconhecimento do lugar de moradia instados em Mônica e como estes se voltam para a sua ação política. Um aspecto relevante em sua trajetória é que suas inclinações para a ação social, para a ação política e para a ação religiosa estão intrinsecamente relacionadas dentro das suas disposições para crer e para agir de acordo com aquilo que ela considera “ser cristão”.

*Eu já fui muito envergonhada, mas aí comecei a catequese na igreja. Aí você tem que lidar com muita gente. Com criança nunca tive vergonha, mas com adulto, a gente fica com receio. Aí na igreja comecei a desenvolver esse lado. A igreja estimula muito a você ter atitude, de cidadania, de tudo. Foi o que me estimulou a ver as coisas e ter uma atitude cristã, de amor pelo próximo. Aí eu comecei a desenvolver esse lado. Tem retiro, vai pra outras comunidades, conhece outras pessoas, suas dificuldades. Já puxei logo pro lado da Associação.*

Da participação na catequese da igreja até a Associação de Mulheres, Mônica toma para si uma mudança de comportamento: de muito envergonhada, ela passou a “falar pelos cotovelos”. Quando questionada se ela se considera uma liderança comunitária, Mônica afirma, no entanto, nunca ter pensado nesses termos, que seu papel é mais como ponte, de orientar as pessoas sobre as reuniões, os avisos, os comunicados da Associação. Mônica exerce na comunidade quase como um papel de agente comunitária. Segundo ela relata “tenho a preocupação dos meus filhos na escola, e quem está ao redor também. Os meninos aqui da comunidade, to sempre atenta, perguntando, e aí, 83a estudando? Passou de ano? Tá indo pra escola?”. Apesar de não haver posto de saúde no Porto do Capim, foi assim que ela me foi apresentada pela primeira vez: como a agente comunitária. Os moradores mais antigos contam com ela para ir ao médico, para ler e escrever documentações, para solucionar pequenos problemas burocráticos. Foi por isto, inclusive, “por estar sempre envolvida, por se preocupar muito com a comunidade”, que a convidaram para a primeira reunião de formação

da Comissão Porto do Capim em Ação. Seus filhos não eram do projeto Subindo a Ladeira, cujos pais e mães foram chamados para a reunião, mas, segundo ela, foi convidada e assim foi ficando. Participou do primeiro #OcupePortodoCapim, do segundo, de outras mobilizações na cidade, e reiterou o que já havia percebido, anos atrás, quando veio morar na comunidade: que, no centro, “*as pessoas pensam que só tem comércio, não têm moradores*”. Este é um ponto recorrente na fala de Mônica.

E é um ponto importante, tendo em vista que, dentro da Associação de Mulheres, dentro da luta de Mônica pela permanência da comunidade no Porto do Capim, da luta das mulheres pelo direito à moradia, estão presentes, em várias instâncias, tanto a tríade conflito – lutas por reconhecimento – mudança social (Honneth, 2003) quanto a reivindicação do direito à cidade (Harvey, 2014). Tanto a explicação da mobilização coletiva, expressa na Associação e na Comissão, quanto a explicação do engajamento individual dessas mulheres na luta política passam pela negação do reconhecimento como força motriz do engajamento político. Quando Mônica enfatiza seu mal estar pela própria cidade não saber onde se localiza a comunidade, de não atentar que ali tem gente, que vivem mais de 400 famílias, é a um sofrimento moral, a uma insatisfação individual, a uma experiência de desrespeito que ela está se reportando. Quando a Associação de Mulheres coloca que o Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável representa um projeto de gentrificação, de exclusão da comunidade como sendo parte da história da cidade, ou ainda, quando a Comissão Porto do Capim em Ação propõe que se “Pare, Olhe e Escute”, estão se reportando a noções de respeito, dignidade e autoestima. Sobre a ponte entre os sentimentos individuais e as ações coletivas realizadas no Porto do Capim, a relação de Mônica com a comunidade e sua participação na Associação, ela comenta que

*Antes da Associação, a gente tentava se organizar, mas não deu (...) a gente sabia o que queria, mas não sabia o que dizer. Daí a gente começou a debater e os professores da universidade ficaram tomando nota, prestando atenção, fazendo a gente entender o que a gente tava falando.*

Moradora da Praça XV de Novembro, ao unir suas inclinações para a ação religiosa e sua tendência para atuar de forma voluntária com seus sentimentos de indignação moral, aguçados pela participação na Associação, para Mônica, ser parte da mobilização, estar presente nos eventos e nas reuniões, faz sentido quando se tem que ela está ali representando os seus vizinhos, amigos e conhecidos de uma vida inteira, e que eles confiam nela. De forma quase

didática, Mônica me explica como exerce aquilo que ela chama de “ponte entre a Associação e a comunidade”

*eu falo sempre assim: olhe, a gente não pode, por achar que não vai sair, é não tá unido. Temos que tá com essa preocupação, vendo, acompanhando. Você acha que não vai sair, e se sair, como é que fica? Mesmo que você não acredite que vai sair, mas você quer estar na sua casa e alguém chegar dizendo que você vai ter que sair daqui a um mês? Aí o pessoal diz que não. Eu digo: pois pronto, por isso que a gente se reúne. É um trabalho de formiguinha botar na cabeça do outro que é importante tá junto, participar, lutar.*

É interessante que, ao mesmo tempo, em que Mônica enfatiza a necessidade da comunidade como um todo de acreditar que a remoção é um fantasma que vem se concretizando, em alguns momentos de sua fala, ela própria retoma o argumento de que o atual projeto de revitalização é apenas mais um projeto.

*eu escutava muito da minha sogra. A idade do meu menino caçula é a idade que ela faleceu, treze anos. Antes disso, ela já dizia: eu vou morrer e isso aqui não sai. Eles vêm, dizem que vai ajeitar. Passa uma eleição, passa outra, isso nunca vai sair. Terminou que ela morreu, já faz tempo e ainda não saiu (...). Eu não acredito que isso saia pra ontem não. Diante de tanta burocracia, daqui uns três anos pra frente. Ainda tem muita negociação. Refazer o projeto, fazer licitação, Caixa liberar dinheiro, construir as casas, pra tirar o povo, é muito tempo, muito tempo.*

Entre a indignação de não ser reconhecida pela própria cidade, nem pelos órgãos públicos nem pela população, e a esperança de que a mobilização da Associação leve adiante à luta ou de que, ao menos, este seja mais um projeto da Prefeitura, Mônica me leva para conhecer sua nova casa, cuja obra está sendo executada pelo marido e outros homens da comunidade, aos fins de semana, em forma de mutirão. Cerca de cem metros adiante de onde mora atualmente, ela me mostra as bases da construção e espera que, no mais tardar, em dois meses, sua casa nova esteja levantada.

## Conclusão

São infínitos e infinitesimais os momentos que compõem uma pesquisa. Momentos estes constituídos de imersão e submersão, insights, relações sociais estabelecidas, efeitos etnográficos, imaginação sociológica, processos e retrocessos. Entre mulheres, gênero, movimentos sociais urbanos, reconhecimento, redes, disposições, orientações, entre o espaço do campo e o espaço da escrita, entre estes dois mundos, no fim, o efeito que tudo isto causa está em você, com e contra você mesmo. A certeza que fica é de que há sempre um falar de mim na seleção das coisas. Por isso passei semanas e semanas me debatendo com as teorias feministas e de gênero para entender como poderia utilizá-las. Como trabalhar as categorias de gênero sem que estas estejam necessariamente conjugadas à sexualidade, constituídas de femininos e masculinos, teorias queer? No entanto, quanto mais estudava as teorias de gênero, mais me voltava para as teorias dos movimentos sociais. Foi necessário fazer uma revisão das diferentes abordagens dos estudos de gênero, repensar minhas próprias relações sociais de gênero, refletir sobre gênero e movimentos sociais, o gênero dentro de uma teoria da ação coletiva, para então chegar à perspectiva da transversalidade de gênero, para entender que a construção social de gênero abrange as mais diversas áreas da vida social, fazendo mais sentido pensar em termos de interseccionalidade entre raça, classe e sexo, ao tomar gênero como uma categoria sem significado definitivo e transcendente e que poderia ser conjugada à, também vazia e sem significado definitivo, categoria direito à cidade.

Isto feito, me voltei para o ponto de partida: quais mulheres são estas que vem sendo constituídas como partícipes ativas no processo de reivindicação de permanência da comunidade nas margens do rio Sanhauá? Comecei então pelo processo de reivindicação de permanência da comunidade nas margens do rio Sanhauá e como foram constituídos o movimento Porto do Capim em Ação, o Ocupe Porto do Capim, a Comissão Porto do Capim em Ação e a Associação de Mulheres do Porto do Capim. Ao estudar o movimento Porto do Capim em Ação e a ação das mulheres da Associação, consegui desenvolver as categorias de análise que se tornaram centrais para esta pesquisa: gênero, luta por reconhecimento e direito à cidade. A partir da perspectiva da transversalidade de gênero, o desafio (tanto teórico quanto epistemológico) estava em trabalhar as lutas por reconhecimento dentro do espaço urbano a partir das relações sociais de gênero. Nesta empreitada, vários elementos foram se descortinando e formando o pano de fundo para a análise das “mulheres em ação”. Dentre eles, o movimento Porto do Capim em Ação como um movimento em rede; a Comissão Porto do Capim em Ação reivindicando o direito à cidade; a Associação de Mulheres do Porto do

Capim, dentro do direito à cidade e da questão da moradia, reivindicando, em última instância, o reconhecimento dos seus modos de vida, da sua tradição, de suas identidades.

Isto posto, ao desafio teórico e epistemológico, me foi lançado outro, agora metodológico: trabalhar as mulheres em ação do Porto do Capim na forma de retratos sociológicos. Foram, todavia, outras tantas semanas me debatendo com Lahire e sua sociologia à escala individual. O dispositivo metodológico original que Lahire propõe carrega em si não apenas uma discussão metodológica radical para a Sociologia, mas também teórica. Compreender biografias individuais sociologicamente. Entender como e por que os indivíduos agem, pensam e sentem da forma que agem, pensam e sentem. “Mas isso é psicologia!”, alguns diriam. Lahire retoma Durkheim e afirma que, sim, “toda sociologia é uma psicologia, mas uma psicologia *sui generis*”. A sociologia que Lahire propõe é de voltar-se para o interior, para a psique do indivíduo, buscando nela encontrar a intersecção entre sociedade e indivíduo. Da metáfora do social em estado dobrado e desdobrado, Lahire procura mostrar que o social está nas dobras mais singulares do indivíduo. Ao adentrar nos oito perfis que Lahire trabalha em *Retratos Sociológicos* (2004), todavia, percebi que seria inviável fazer o mesmo com as doze mulheres que compõem a Associação, em uma pesquisa de mestrado. Por quê? Pelo tempo, pela densidade e complexidade envolvidas no nível de análise dos perfis. O próprio Lahire contou com uma equipe de auxiliares durante as longas e profundas entrevistas (48 no total). Por isso, trabalhei com apenas três perfis, necessários e suficientes quanto às questões colocadas com relação a gênero, direito à cidade e luta por reconhecimento.

Construídos os perfis, baseados nas histórias de vida narradas por essas três mulheres, refeitas partes das trajetórias individuais de cada uma delas, no entanto, a sensação que se tem é de que falta uma resposta conclusiva para a pergunta “afinal, quais mulheres são estas, há uma identidade comum para elas?”. Esta foi também a impressão que tive ao terminar de ler Lahire em sua mais importante obra. Após tanto vigor e imersão nos perfis dos seus entrevistados, parecia faltar algo. Mas não. E isto o próprio Lahire responde. Esta impressão nada mais é do que a recorrente necessidade do sociólogo por fórmulas geradoras, regularidades, estatísticas. Trabalhar com a sociologia à escala individual requer, como o próprio Lahire propõe, a convicção teórica de que as práticas, as atitudes, as crenças de um indivíduo singular não são redutíveis a uma fórmula geradora. No caso das mulheres do Porto do Capim, as trajetórias, os contextos e as relações sociais por elas travadas demonstram como os indivíduos são singulares, complexos e plurais. A perspectiva do homem plural, do Lahire, encontra-se totalmente de acordo com o que Lauretis (1994) propõe com trabalhar o

gênero em seu potencial epistemológico radical. Ou seja, trabalhar o sujeito como múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido.

Tendo isso em vista, dentro dos três perfis construídos, procurei destacar alguns pontos, que aparecem ora mais, ora menos, a depender do perfil: a condição de mulher vivenciada por elas; a importância da matriz familiar na constituição de disposições fortes e transferíveis; as disposições ao engajamento público; as disposições à tomada de responsabilidade. Disposições estas que levam à ação, ao protagonismo destas mulheres na mobilização pela permanência da comunidade. Em Ariana, tem-se no seu sonho acordado de ser jornalista, essa ação voltada para a comunidade e a comunicação que ela estabelece com seus vizinhos. Em Nívea, a comunicação que ela estabelece junto à Associação já não se apresenta da mesma maneira que em Ariana. A facilidade de se expressar se apresenta mais como competência do que inclinação ou disposição. O reconhecimento desta competência por parte das outras moradoras apresenta-se como ponto forte dos seus vínculos com a Associação e a mobilização. Em Mônica, estão mais presentes suas disposições ao engajamento público, iniciadas junto à Igreja e que reverberam na Associação.

Junto dessas disposições para “agir ativamente”, podem ser notadas ainda as relações corpo-espço, a questão das corpografias urbanas, de como as experiências subjetivas ativam e interferem no espaço urbano e na reivindicação do direito à cidade. Como essas experiências estão associadas, nos perfis analisados, às experiências dessas mulheres, inicialmente, de desrespeito, cujos conflitos, individuais e coletivos, acabam nas lutas por reconhecimento. E são nessas lutas que as mulheres do Porto do Capim estão inseridas, são constituídas, encontram as forças emancipatórias, as possibilidades de transformação da realidade. O protagonismo destas mulheres, sua participação na Associação, a noção de pertencimento a esta associado, levaram a mudanças positivas em sua autoconfiança, autoestima e autorrespeito. Afetadas pela denegação do reconhecimento ao direito à cidade, estas mulheres, juntas, dentro de suas idiossincrasias, acabaram se constituindo como sujeitos de luta.

Ao fim e ao cabo, os embates não findam. O Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável é mais do que um projeto de revitalização do centro histórico. Ele engloba um projeto de cidade, que afeta diretamente a vida de milhares de pessoas, e que precisa ser debatido e questionado. A produção do espaço urbano precisa ser revista. À urbanização contemporânea, cabe reivindicar sua dimensão emancipatória. A luta das mulheres do Porto do Capim continua neste sentido. Destas mulheres em ação, que reivindicam que “aqui tem gente!”, o que fica é a certeza de que “o que vive incomoda de vida”. Portanto, Pare, Olhe e Escute.



## Referências

- ALONSO, A. **As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- BANDEIRA, L. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM UnB, Brasília, Janeiro, 2005.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). **De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. - São Paulo: Annablume Editora, 2006.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BRANDÃO, A. C. B. **Um Estudo sobre a Desigualdade Espacial em uma Perspectiva de Gênero: o Caso das Trabalhadoras Sexuais do 'Prédio da Caixa' na Cidade de Niterói**. In: II Seminário Latino-Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades, 2014.
- BRANDÃO, Z. **Entre questionários e entrevistas**. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). **Família & escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CAMARGO, A. **Os Usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1984.
- CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.
- \_\_\_\_\_. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- CERTEAU, M. de, GIARD, Luce a MAYOL, Pierre. **“Os fantasmas da cidade”**. In: A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FERNANDES, E. **“Constructing the ‘right to the city’ in Brazil”**. Social & Legal Studies, v.16, n.2, pp.201-19, 2007.
- FRASER, N. **Reconhecimento sem Ética?** In: Souza, J. e Mattos, P. (orgs.) **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo, Annablume, 2007.
- FREITAG, B. **Teorias da cidade**. Campinas-SP: Papirus Editora, 2006.

GARCÊZ, R. L. O. Teoria do Reconhecimento: uma teoria dos movimentos sociais? In: 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 2014.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Em: Revista Política & Sociedade, 11, 41 -70. 2007.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Em: Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago, 2011.

GONÇALVES, H. T. **O PORTO E A CASA: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HEILBORN, M. L. e SORJ, B. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

\_\_\_\_\_. **Reconhecimento ou Redistribuição? A Mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade**. In: Souza, J. e Mattos, P. (orgs.) Teoria crítica no século XXI. São Paulo, Annablume, 2007.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

\_\_\_\_\_. **Patrimônios Individuais de Disposições: para uma Sociologia à Escala Individual**. Sociologia, Problemas e Práticas, n.49, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Singular Plural**. Dans les plis singuliers du social: individus, institutions, socialisations. Tradução de Thiago Panica Pontes. Paris: La Découverte, 2013.

- \_\_\_\_\_. **Entrevista**. In: Sociologias, vol.17, no.38. Porto Alegre, 2015
- LAURETIS, T. de. **"A tecnologia do gênero"**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MACEDO, M. S. **Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres**. In: GT Gênero/Plataforma de contrapartes Novib/ SOS Corpo para ONGs. Recife, 2002.
- MARIANO, S. A. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.13, n.3, 2005.
- MARICATO, E. **Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARCUSE, P. **"Os direitos nas cidades e o direito à cidade"**. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. (orgs.). **Cidades para todos: propostas e experiências pela direito à cidade**. Santiago: Habitat International Coalition, 2010.
- MATTOS, P. C. **A Sociologia Política do Reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor**, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELUCCI, A. **Um Objetivo para os Movimentos Sociais?** Lua Nova – São Paulo. Junho, 1987.
- MELO NETO, J. C. de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1999.
- MITCHELL, D. **The right to the city: social justice and the fight for public space**. New York: Guilford, 2003.
- NEIL, B. **Em prol de uma reconsideração do urbano e seu impacto global**. E-metropolis, nº 22, ano 6, 2015.
- OLIVEIRA, V. F. **Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral**. História oral , Recife, v. 8, n. 1, p. 92-106. jan./jun. 2005.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1993.
- PAOLI, M. C. P. M. **As Ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a Questão do Gênero**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 31, p. 107-121, 1990.
- Plano de Ação João Pessoa Cidade Sustentável. Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2014.  
[http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano\\_de\\_Acao\\_Joao\\_Pessoa\\_ICES.pdf](http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano_de_Acao_Joao_Pessoa_ICES.pdf)
- PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PINTO, C. R. J. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político**. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

- Queiroz, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: SIMSON, Olga de von. (Org.). Experimentos com história de vida. (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1998.
- ROLNIK, R. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios**. Ensaio. Políticas sociais – acompanhamento e análise. v. 12. IPEA, 2006.
- RUBIN, G. **“The Traffic in Women: Notes on the ‘political economy’ of sex.”** In: R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania].
- SAFFIOTI, H. **Posfácio: conceituando gênero: Violência de gênero no Brasil contemporâneo**, in H. Saffioti. & M. Munhoz-Vargas (Orgs.), *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; Brasília, UNICEF, 1994.
- SANTOS, B. de S. **A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença**. Oficina do CES, nº 135, Coimbra, Portugal, 1999.
- SCAVONE, L. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?** Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 288; janeiro - abril/2008.
- SCHERER-WARREN, I. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, 2006.
- SCOCUGLIA, J. B. C. **Revitalização urbana e (re)invenção do Centro Histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Editora Universitária/UEPB, 2004.
- SCOTT, J. W. **"Gênero: uma categoria útil de análise histórica"**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.
- \_\_\_\_\_. **Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista**. Debate Feminista, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), 1999.
- SMITH, N. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global**. São Paulo: Annablume, 2006.
- SOUZA, M. **“Which right to which city? In defense of political-strategic clarity”**. Interface, v.2, pp.315-33, 2010.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- TOURAINE, A. **Os Novos Conflitos Sociais: para evitar mal entendidos**. Lua Nova – São Paulo, junho 1987.

VAINER, C. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14. Rio de Janeiro, 2011.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

## **Anexo 1 – Roteiro das entrevistas**

- 1) Idade?
- 2) Em que cidade você nasceu?
- 3) Seus pais nasceram na mesma cidade? (caso a resposta seja negativa, qual cidade seus pais nasceram?)
- 4) Você mora na cidade em que nasceu? (caso a resposta seja negativa, quais as cidades nas quais já morou antes de chegar até a cidade atual?)
- 5) Estado civil?
- 6) Número de pessoas do seu núcleo familiar?
- 7) Onde você trabalha?
- 8) Qual foi seu primeiro emprego?
- 9) Quais foram as atividades remuneradas anteriores que você exerceu?
- 10) Você já fez algum trabalho voluntário? Quais?
- 11) Você já fez algum curso de capacitação? Quais?
- 12) Principal fonte de renda?
- 13) Qual a sua profissão?
- 14) Quais é a profissão do seu pai?
- 15) Qual a profissão da sua mãe?
- 16) Qual a profissão do seu cônjuge?
- 17) Qual o nível de escolaridade da sua mãe?
- 18) Qual o nível de escolaridade do seu pai?
- 19) Se você é casada, qual o nível de escolaridade do seu cônjuge?
- 20) Qual o seu nível de escolaridade?
- 21) Você gosta de ler e escrever? Com que frequência?
- 22) Seus pais estimulavam você a ler e a escrever?
- 23) Ao longo da sua trajetória escolar, você se sentiu estimulada a ler e a escrever?
- 24) Como era sua relação com a escola?
- 25) O que você gosta de fazer em seu tempo livre?
- 26) Você faz alguma atividade física? Com que frequência?
- 27) Você vai ao médico com que frequência?
- 28) O que é ser mulher pra você?
- 29) Como é ser mulher hoje?
- 30) Quem a convidou ou quê a estimulou a participar da Associação de Mulheres?

- 31) Como você chegou na Associação?
- 32) Qual a importância da associação de mulheres na sua vida?
- 33) Você se considera uma líder comunitária?
- 34) Como você analisa a sua participação na associação?
- 35) Quais são os pontos positivos e negativos que você enxerga na associação?
- 36) Sua família apóia a sua participação na associação?
- 37) Por que uma associação só de mulheres?
- 38) E os homens, onde estão?
- 39) Como você articula cuidar da casa, do trabalho e participar da associação?
- 40) Quais os momentos mais importantes da Associação?
- 41) Em que sentido a universidade, os professores contribuem na mobilização e para a associação?
- 42) Como a comunidade enxerga a associação de mulheres?
- 43) Como a comunidade enxerga a luta e a mobilização de vocês mulheres?
- 44) A associação vem conseguindo a aderência da comunidade?
- 45) Como você enxerga o ocupe porto do capim?
- 46) Você participou do primeiro ocupe? Como foi?
- 47) Você participou do segundo ocupe? Como foi?
- 48) E o calendário cultural do porto do capim, como se deu?
- 49) Na sua opinião, o que mais precisaria ser feito?
- 50) Por que permanecer na comunidade é importante pra você?
- 51) E se a comunidade tiver que sair mesmo, o que você acha?